

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

DINA SANTOS ARAUJO

MOBILIDADE HAITIANA:
Análise Do Contexto Brasileiro E Seus Desdobramentos

Dissertação apresentada ao Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Brasília, 2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS
SOBRE AS AMÉRICAS

DINA SANTOS ARAUJO

MOBILIDADE HAITIANA:

Análise Do Contexto Brasileiro E Seus Desdobramentos

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Cavalcanti da Silva

Banca: Prof. Doutor Leonardo Cavalcanti da Silva (PPGCEPPA C/UnB)

Prof.a Doutora Délia Dutra (PPGCEPPA C/UnB)

Prof.a Doutora Lúcia Maria de Assunção Barbosa (NEPPE/UnB)

Prof.a Doutora Simone Rodrigues Pinto (PPGCEPPA C/UnB,
SUPLENTE)

Brasília, 2018

À Nana, que há dez anos, voltava em seis meses.

AGRADECIMENTOS

Aos haitianos e às haitianas que participaram da pesquisa. Obrigada pela atenção, tempo e por compartilhar suas histórias.

Aos atores intermediários e informantes-chave que participaram dessa pesquisa, em especial ao Instituto de Migrações e Direitos Humanos, pelo suporte na abertura e continuidade do campo.

Ao Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília – UnB, professores e funcionários, pelo apoio e formação acadêmica.

Ao LAEMI e OBMigra, pela recepção nos projetos de pesquisa e desenvolvimento enquanto pesquisadora.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Leonardo Cavalcanti, pelas aprendizagens, oportunidades, incentivo e confiança.

Às professoras Delia Dutra, Lúcia Barbosa e Ana Collares, por participarem na minha banca de qualificação e defesa. Muito obrigada pelas contribuições.

Aos amigos, pelo apoio, ombro, paciência, carinho e cuidado, especialmente ao Michel, Jó, Sundiata, Beto, Fafa, Robertinho, Emmanuel, Manuela, Gui e Viny. Vocês iluminam a minha vida!

À república, na sua configuração antiga e atual, pelo carinho e suporte diário, especialmente à Alissa, Gogo e Danielzão.

À Fefa, pelos altos e baixos. Eu tenho aprendido muito com você!

À Nana, pela inspiração e companheirismo que supera qualquer distância.

À família querida, por todo amor ofertado.

E em especial, a Jah Rastafari.

RESUMO

Essa pesquisa pretende trazer luz sobre a imigração haitiana para o Brasil. O presente século tem apresentado um endurecimento das políticas migratórias o que afeta o projeto migratório daqueles que procuram melhores oportunidades no exterior. É nesse contexto que o Brasil se apresenta como um país de destino possível para os haitianos. Partindo dessa situação, a presente pesquisa procurou analisar como os imigrantes haitianos se estabelecem na sociedade brasileira, buscamos ainda compreender quais os entraves encontrados por esta população. O foco da pesquisa reside na inserção laboral dos imigrantes uma vez que reconhecemos o trabalho como fundamental na vida em sociedade. Os dados foram levantados a partir de uma metodologia qualitativa da qual utilizamos as técnicas de entrevistas semi-estruturada, observação participante e grupo focal, todos realizados em Brasília. A partir de fontes oficiais, exploramos os registros administrativos referentes à inserção laboral desses imigrantes a fim de obter um cenário em escala nacional. Os resultados apontam para uma inserção na sociedade brasileira onde os haitianos aproximam-se das classes menos favorecidas que no Brasil são racialmente marcadas.

PALAVRAS CHAVE: Imigração Haitiana - Inserção Laboral - Brasil

ABSTRACT

This research aims to shed light on Haitian immigration in Brazil. The actual century has shown more complicated immigration policies which directly affects the migration process of those who look for better opportunities in other countries. It is in this context that Brazil plays a role as a possible destination country for Haitian people. From this point of view, this research tried to analyze how Haitian immigrants establish themselves in Brazilian society, trying to understand the obstacles they face. This analysis focused on the insertion of these people in the working environment once we recognize work as essential for life in society. The data was collected from a qualitative methodology using the techniques of semi-structured interview, participant observation and focus groups, all realized in Brasília. From official sources, we explored the administrative registers regarding the immigrants' labor insertion in order to obtain a national scale scenario. The results show that Haitian immigrants are inserted in Brazilian society more closely to underprivileged social classes which in Brazil are racially identified.

Keywords: Haitian immigration - Labor Insertion - Brazil

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1: O caribe	11
Mapa 2: Intensidade terremoto Haiti	19
Mapa 3: Rota terrestre de haitianos para o Brasil	27
Quadro 1: Três níveis da análise migratória	33

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1: Haitianos inseridos no mercado formal de trabalho brasileiro, Brasil, 2010 a 2016.....	75
Tabela 1: Entrada e saídas de estrangeiros do território brasileiro nos pontos de fronteira, segundo principais países de nacionalidade - Brasil, 2010 – 2016	63
Tabela 2: Haitianos com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo principais grupos ocupacionais, Brasil, 2015 – 2016.....	79
Tabela 3: Haitianos com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo faixas de renda (sm), Brasil, 2015 – 2016.....	83
Tabela 4: Haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo grau de instrução, Brasil, 2015 e 2016.....	84
Tabela 5: Haitiano com vínculo formal de trabalho, por cor ou raça, segundo principais nacionalidades, Brasil, 2015 – 2016.....	86

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CPF	Cadastro de Pessoa Física
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMDH	Instituto de Migrações e Direitos Humanos
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MINUJUSTH	Missão das Nações Unidas para o apoio à Justiça no Haiti
MTb	Ministério do Trabalho
OEA	Organização dos Estados Americanos
OFPRA	Office Français De Protection Des Réfugiés Et Apatrides
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Pessoas com Necessidades Especiais
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RN	Resolução Normativa
RNE	Registro Nacional de Estrangeiro
SM	Salário mínimo
SINE	Sistema Nacional de Emprego
TPS	Temporary Protected Status
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Imigração Haitiana, uma lógica caribenha	2
Da ideia à pesquisa	4
Considerações sobre o campo e a metodologia	5
Estrutura da dissertação	8
1. MOBILIDADE HAITIANA INTERNACIONAL	11
1.1. Aspectos Históricos do Haiti	11
1.2. Mobilidade Internacional – Atributo da História Haitiana	16
1.3. Principais Destinos – Tendência e Diversificação	20
1.3.1 Imigração Haitiana para o Caribe	20
1.3.2 Imigração Haitiana para o norte Global	24
1.3.3 Imigração Haitiana para América Latina	25
1.3.4 O Brasil como destino possível	27
1.4. Reflexões Finais do Capítulo	35
2. ‘MAPEANDO AS MARGENS’: A intersecção das categorias que recaem sobre os haitianos ao chegarem ao Brasil	38
2.1. Compreensão da abordagem interseccional	38
2.2. De estrangeiro a imigrante: considerações para compreensão do haitiano entre nós	43
2.2.1 O outro entre nós.....	43
2.2.2 O contexto brasileiro.....	50
2.2.3 O haitiano “entre nós”.....	54
2.3. A encruzilhada	56
2.4. Reflexões Finais do Capítulo	59
3. DESDOBRAMENTOS DA PRESENÇA HAITIANA NO CONTEXTO BRASILEIRO	62

3.1. Ditos e não ditos: Considerações sobre a entrada dos haitianos no Brasil.	62
3.2. Percepções dos atores intermediários	66
3.3. O Haitiano e o Mercado de Trabalho Brasileiro	75
3.3.1. “Não é válido!”: Contradições para o exercício dos direitos.....	75
3.3.2. “Você faz o que acha”: Sobre a inconsistência de status.....	78
3.3.3. “Ser haitiano já resume tudo”: desdobramentos da intersecção.....	84
3.4. Reflexões Finais do Capítulo	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
ANEXOS	104
Anexo I : Resolução Normativa nº 97/2012 do CNIg	105
Anexo II : O estrangeiro de Baudelaire	106
Anexo III : Distribuição da população negra no Distrito Federal.....	107

INTRODUÇÃO

“O ponto de vista que cria o objeto e a construção científica dá acesso a uma versão da realidade” (LAHIRE, 2004. p.20).

A mobilidade humana enquanto parte constitutiva do tecido social é um aspecto fundamental para entender a sociedade contemporânea. Isso é particularmente evidente no cenário atual, marcado pelas integrações econômicas, sociais e culturais impulsionadas pela globalização das últimas décadas, que multiplicou não só as redes de bens, capitais e ideias, mas também, de pessoas. As migrações internacionais são parte constitutiva das transformações geradas pelo neoliberalismo ascendente, cujo intercâmbio comercial e financeiro e trânsito de capitais têm abalado drasticamente os territórios e fronteiras de diversos tipos. Não por acaso, o deslocamento espacial de populações tornou-se uma questão permanente em nosso cotidiano midiático. Não é difícil notar a visibilidade que ganharam, nos últimos, anos as tensões e conflitos em torno das ondas migratórias, bem como os dilemas e questionamentos acerca do destino e impacto desses deslocamentos.

No entanto, e aqui encontra-se a razão mesma desta pesquisa, a mobilidade humana, a despeito das importantes contribuições intelectuais que a envolvem, é um tema relativamente marginalizado no conhecimento científico. Ao analisar o fenômeno migratório à luz da transformação social, Castles (2012) observa que este tem sido negligenciado em dois aspectos. Em primeiro lugar, a mobilidade humana tem sido abordada como subproduto, ou seja, como consequência de áreas que possuem maior reconhecimento enquanto pilar social: saúde, economia, educação, segurança, política entre outros. E em segundo, no âmbito acadêmico, o tema também tem sido marginalizado em função de seu caráter interdisciplinar, sendo caracterizado enquanto subdisciplina – no melhor dos cenários. Em razão disso, entende Castles (2012), a análise do fenômeno tem se prestado a solucionar problemas de curto prazo, gerando uma compreensão rasa do fenômeno (e por consequência uma eventual interferência pouco eficiente). Sayad (1998, p.21) questiona se ao nos dedicarmos a um objeto marginalizado [“socialmente pobre”] seria nossa ciência também marginalizada? Se assim for, este receio que Sayad enuncia presta-se a explicação do lugar secundário ao qual o fenômeno é destinado. A despeito de qualquer negligência, a recorrência deste

fato não pode ser menosprezada no cotidiano de várias sociedades como é o caso do Haiti.

É no sentido de contribuir com as reflexões em torno desse fenômeno cada vez mais relevante em nosso contexto social global, que o presente trabalho busca analisar a imigração haitiana e seus desdobramentos no contexto brasileiro.

Imigração Haitiana, uma lógica caribenha

O Haiti se insere no conjunto de países onde a migração internacional é componente crucial de sua história, como verificado na região caribenha. Atualmente conhecido como destino paradisíaco para turistas, o caribe teve sua história marcada, durante séculos, pela exploração europeia no cultivo de produtos primários sob um forte regime escravista (FUNES MONZOTE, 2013), realidade que impulsionou desde muito cedo a imigração laboral dentro da região (FERGUSON, 2003).

Entre o final do século XIX e início do XX, a região caribenha foi tomada por uma forte influência dos Estados Unidos (FUNES MONZOTE, 2013). As áreas que recebiam investimentos estadunidenses criavam demanda de mão-de-obra, tornando a busca por melhores oportunidades baseada na oferta de emprego o principal fator de atração migratória. Esse movimento se devia em grande medida ao contexto socioeconômico dos países de origem, cuja pobreza e desemprego alimentavam os fluxos de emigração como uma possibilidade de ampliar os horizontes (FERGUSON, 2003).

A exemplo dessa conjuntura, Ferguson (2003) nos mostra que no mesmo período, a construção do canal do Panamá levou à imigração de milhares de trabalhadores caribenhos, estima-se que cerca de 70.000 jamaicanos, 45.000 barbadianos e outros milhares nacionais das demais ilhas tenham se mudado para o Panamá, nesse período. De maneira similar, o comércio de bananas levou milhares de pessoas em direção à Costa Rica, Panamá e Honduras. As plantações de açúcar na República Dominicana, na mesma época, recrutaram outros milhares de trabalhadores caribenhos e, posteriormente, a indústria petrolífera em Trinidad e no caribe Venezuelano (FUNES MONZOTE, 2013; FERGUSON, 2003).

O excedente de mão de obra em um país assumia o papel de mão de obra barata no destino. Segundo Ferguson (2003), essa dinâmica foi impulsionada, sobretudo, nos países de origem, visto que constituía uma alternativa lógica - e socialmente desejável - dada a difícil situação vivida nesses espaços. Entretanto a recepção no país de destino não foi sempre isenta de estigmatizações (ibidem). Ao adentrar uma nova sociedade esses imigrantes esbarraram em dificuldades baseadas na diferença linguística e cultural que promoviam atitudes discriminatórias.

Nesse contexto, Ferguson (2003) aponta os haitianos como a nacionalidade que carrega o maior peso de discriminação e exclusão entre os caribenhos. Tal desprestígio apoia-se em características peculiares do Haiti em relação aos demais países caribenhos, são elas: situação de pobreza do país; identidade cultural distinta; aspecto linguístico (creole haitiano), atípico numa região amplamente dominada pelas comunidades de língua inglesa e espanhola; e a prática do vodu, concebida ainda como fator essencial para o êxito da Revolução Haitiana (LIMA SANTOS, 2010).

Refém de uma *história única* (ADICHIE, 2009), ou seja, marginalizado dentro de uma narrativa universal do mundo, apenas certos episódios escaparam do silenciamento imposto ao Haiti (FERRER, 2012). Os eventos que são evidenciados na história Haitiana se resumem em três: em primeiro lugar, o fato de ter sido colônia mais produtiva das Américas, reconhecida pela alcunha de “pérola das Antilhas” (FUNES MONZOTE, 2013); em segundo lugar, pela revolução dos escravizados que levou à independência da colônia; e em terceiro lugar, pela miséria que acompanha o país lhe fornecendo o título de nação mais pobre das Américas.

A esses três episódios, podemos adicionar outro evento recente que acentuou ainda mais as condições desse país: o terremoto de 2010. Um olhar desinteressado sobre esses acontecimentos pode levar ao entendimento de que o “impensável” segundo momento é causa para a consequência expressa na condição do momento subsequente. No entanto, a interpretação desses eventos baseada na inevitabilidade dos fatos culpabiliza os haitianos pela condição precária na qual vive o país, desresponsabiliza outros atores e esconde uma história de discriminação e exclusão em nível global.

O silenciamento e isolamento ao qual o país foi remetido desde sua revolução (FERRER, 2012) evidencia como ele foi abandonado à própria sorte e posteriormente vítima de novas formas de colonização. Da ocupação norte-americana, e apesar de seu lema de cooperação com o Haiti, pouco ou nada usufruíram os haitianos com a intervenção das companhias estadunidenses (FERGUSON, 2003). Para além disso, o

país ainda passou por inúmeras divergências políticas que acarretaram consequências no âmbito social, cultural e econômico (ROSA, 2006; HEBBLETHWAITE, 2012), agravadas devido às catástrofes ambientais apagando, assim, os passos dados em direção ao desenvolvimento (AUDEBERT, 2012).

A junção desses elementos históricos fez do Haiti um lugar pouco fértil, por assim dizer, para o cultivo de um futuro, propiciando a busca por melhores condições de vida alhures. Os destinos mais procurados são aqueles já decifrados por outros compatriotas nas últimas décadas, seja por motivações econômicas (países do norte), seja por proximidades (migração intracaribenha) (FERGUSON, 2003; AUDEBERT, 2011).

O presente século apresenta uma diversificação desses destinos onde a América do Sul ganha evidência (SILVA, 2012; CARRERA, 2014; COTINGUIBA, 2014; VASQUEZ; BUSSE; IZAGUIRRE, 2014; PEDEMONTE; AMODE; VÁSQUEZ, 2015; HANDERSON, 2015; AUDEBERT; 2017). Dado o atual contexto onde as políticas migratórias são cada vez mais restritivas, a flexibilização para entrada e estadia regular, encontrada em certos países, opera enquanto relevante fator de atração.

Da ideia à pesquisa

Diante desse movimento migratório vivenciado pelo Haiti, chama-nos a atenção o deslocamento recente de seus habitantes para o Brasil, que desde 2010 tornou-se um dos destinos possíveis na composição do *espaço migratório hatiano* (AUDEBERT, 2011). Porém, cinco anos após a entrada dos primeiros imigrantes, fomos instigados pelo movimento de saída que uma parte desta população começou a realizar. Inicialmente, foi esse possível processo de reemigração dos haitianos que despertou o olhar da presente pesquisa.

Contudo, ao longo do tempo, a confecção do campo mostrou-se mais complicada do que se esperava para averiguação do pressuposto, uma vez que os movimentos migratórios mostraram-se demasiadamente poliédricos e dinâmicos (ARANGO, 2000), especialmente neste caso, em que o fluxo estudado estava em permanente deslocamento. Necessário, neste campo, seria a interpelação do próprio

imigrando (imigrante no deslocamento espacial)¹. Em razão disso, redirecionamos o olhar para a maior parte dos haitianos que chegaram e permaneceram no país, uma vez que essa presença no Brasil revelou também uma série de elementos a serem analisados.

Ao priorizar a população haitiana que permanecia no Brasil, decidimos observar a entrada e o estabelecimento na sociedade brasileira. Optamos por uma análise a partir do mercado de trabalho, visto que é considerado via privilegiada para a integração social (CASTEL, 1998). Ademais, o olhar sobre o mercado de trabalho é fundamental para compreender a posição social que o imigrante ocupará na nova sociedade (CAVALCANTI, 2014).

Assim, o objetivo dessa pesquisa é compreender quais os entraves e dilemas que a população haitiana encontra para adentrar o mercado de trabalho brasileiro visando uma inserção no contexto social, mais amplo.

Considerações sobre o campo² e a metodologia³

O levantamento dos dados teve como orientação explorar a inserção dos haitianos no mercado de trabalho brasileiro, assim como, entender melhor as particularidades e dificuldades enfrentadas por esse novo fluxo migratório. O campo de pesquisa foi desenvolvido inspirado no conceito de *ob portus*⁴. Por se tratar de uma atividade investigativa, não partimos a campo sabendo exatamente aonde chegaríamos,

¹ Um pleonasma, ora se o imigrante é por definição provisório, o imigrando dirá respeito a este ser provisório em trânsito, ou seja, o imigrante, ainda que provisório, instala-se em um destino – de maneira definitiva ou não, consideramos que o imigrando, igualmente provisório instala-se na mobilidade – no sentido de deslocamento espacial)

² A pesquisa foi realizada a partir dos dados (qualitativo) levantados no âmbito do projeto “A imigração Haitiana no Brasil: características sociodemográficas e laborais na região sul e no Distrito Federal” conduzido pelo Laboratório de Estudos sobre as Migrações Internacionais (LAEMI) da Universidade de Brasília, no qual compusemos a equipe de pesquisadores, onde fui responsável pela aplicação de 15 entrevista e atuando ainda como assistente na aplicação do Grupo Focal, cuja mediação foi realizada pelo professor Joseph Handerson. Este campo realizado em 2015, resultou em relatório com demais análises de investigadores parceiros deste laboratório e do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), disponível em: <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/publicacoes-obmigra> .

³ Esse texto é uma versão sucinta do capítulo ‘notas metodológicas’ parte da pesquisa referenciada em nota de rodapé anterior. Ver ARAUJO, Dina et al (2016).

⁴ Oportunidade é uma palavra que tem origem no latim, sua etimologia une o prefixo ob-, "em direção a" à palavra portus, "porto de mar". *Ob portus* era o nome com o qual, na antiguidade, os romanos batizavam os ventos que os levariam para o porto que se queria chegar.

ou seja, com conclusões previamente elaboradas. Antes, abrimos nossas velas para cada vento, e ao abri-las foi possível navegar no ofício de investigar em direção ao lugar seguro, este lugar na pesquisa foi a descoberta. Não estamos aqui afirmando que foi uma atividade isenta de desafios, e sim ressaltando o posicionamento otimista frente a estes e como os ventos soprados, mesmo aqueles que nos pareciam hostis, fizeram o campo de pesquisa oportuno.

Nesse sentido, entendemos que toda pesquisa que define seu ponto de partida como a oportunidade de descobrir sempre considera o próprio processo como um desafio. A troca que se estabelece com o *outro* a ser investigado, que por sua vez nos interpela, demanda mais do que conhecimento específico de técnicas de pesquisa. Demanda do/a pesquisador/a uma atitude de estar aberto/a para o novo e desconhecido. Isto, pois a *relação de pesquisa* é antes uma *relação social* (BOURDIEU, 1993), cujo objetivo é o conhecimento, ela não pode ser simplesmente entendida como um procedimento metodológico, ela exige “criatividade, disciplina, organização e modéstia, baseando-se no confronto permanente [...] entre o conhecimento e a ignorância” (GOLDENBERG, 2004. p.13).

Quando nossa inquietação como pesquisadores passa por querer conhecer e compreender o outro, temos que recorrer às nossas próprias referências para flexibilizá-las e entendermos melhor essa outra ‘verdade’. Esse processo permite pensarmos em nós mesmos e nossas próprias certezas. Entendemos que nossa relação não é neutra, e sim dotada de sentidos que só podem ser acionados de acordo com nossas subjetividades e com o contexto em que nos encontramos. De forma que nossa atividade não é apenas a “experiência e a interpretação de uma *outra* realidade circunscrita, mas sim uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos” (CLIFFORD, 1998. p. 43).

A investigação nas ciências sociais implica, portanto, observar uma realidade social dinâmica e imprevisível como o ser humano (IANNI, 1998). Por isto, esta área de conhecimento considera seu objeto de estudo multifacetado, ou seja, partimos do pressuposto de que a realidade social é composta por várias dimensões. Desse modo, devemos compreendê-la por perspectivas diferenciadas, o que é fundamental para evitar a compreensão incipiente de determinado fenômeno. A adoção de mais de uma técnica de pesquisa para o trabalho de investigação social é condizente com a pluralidade de leituras de uma realidade. Ou seja, a realidade social oferece espaço suficiente para utilizar os pontos fortes dos métodos qualitativos e quantitativos, uma metodologia

multimétodo (VERD PERICÁS; LÓPEZ ROLDÁN, 2008), na qual nos apoiamos, a fim de utilizar técnicas de pesquisa que são complementares, e se desenvolvem com a junção das potencialidades encontradas na abordagem quantitativa e qualitativa.

No âmbito quantitativo, utilizamos os registros da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho (MTb). Este registro administrativo configura a principal fonte de informação sobre o mercado de trabalho formal brasileiro. Este recurso objetivou principalmente delinear um perfil da presença dos imigrantes haitianos no Brasil e, contribuiu para lançar perguntas no campo qualitativo.

A abordagem qualitativa, para o levantamento dos dados, enfocou sobre a realidade vivida pelos haitianos no Distrito Federal, e foi realizada a partir de três técnicas de pesquisa. Em primeiro lugar a entrevista semiestruturada, pertinente à pesquisa quando se faz necessário coletar falas que revelem perspectivas de pessoas envolvidas internamente ou a pequena distância do tema de interesse científico. Realizamos 15 entrevistas com haitianos e atores intermediários que contribuíram ou faziam parte das instituições necessárias para inserção no mercado de trabalho.

Das entrevistas realizadas com os nacionais do Haiti, contabilizamos 3 mulheres e 7 homens. Vale dizer que, inicialmente, encontramos resistência dos haitianos diante de nossa aproximação, que, segundo eles, devia-se às frequentes deturpações de suas falas em matérias de jornais e ainda do conhecimento raso dos brasileiros sobre o Haiti, que, por sua vez, resultava em uma imagem estereotipada de sua nação. Tal resistência foi dissolvida a partir da mediação de informantes-chave, e da relação construída através de encontros informais que antecederam a aplicação da entrevista. Ademais outro aspecto de fundamental importância consiste na disponibilidade de tempo dos imigrantes. De maneira geral, o tempo é consumido pelo trabalho, assim as possibilidades de entrevista ocorriam durante o final de semana, período noturno ou em eventuais feriados.

Esses encontros propiciaram ambiente favorável à observação participante, segunda técnica de pesquisa utilizada no âmbito da abordagem qualitativa, empregada na intenção de promover o encurtamento da distância entre o retrato estatístico e os sujeitos de pesquisa. Tal recurso permitiu a observação de informações que se revelavam na relação estabelecida entre pesquisados em seus contextos de ação rotineira, ou seja, em seus ambientes de vida.

A rede de contatos que fomos alcançando nos levou a alguns espaços de socialização da comunidade haitiana. Os contatos que melhor desenvolvemos permitiu-nos o acesso às suas casas, convite que partiu dos entrevistados de forma que pudemos acessar, em alguns casos, um pouco de seu cotidiano. Fomos convidados ainda a conhecer uma igreja que cede determinado horário à comunidade haitiana para que o culto seja ministrado em creole. Estivemos presentes ainda no curso de português ministrado na Casa São José, no Varjão, espaço cedido através do IMDH (Instituto de Migrações e Direitos Humanos). Por se tratar de uma atividade de extensão, os imigrantes já estavam habituados com a presença de brasileiros, graduandos da universidade, de forma que o nosso ingresso, num primeiro momento, foi interpretado através da imagem de estudante extensionista. Findada a primeira aula, apresentamos o nosso interesse naquela atividade, sobre o qual o professor responsável já estava ciente.

O grupo focal configura a terceira técnica de pesquisa aplicada, cujo uso objetivava produzir uma situação na qual os membros do grupo pesquisado empenhem-se em discursar e debater suas opiniões sobre temas sugeridos pelos mediadores. Esta atividade foi realizada na Universidade de Brasília e participaram 2 mulheres e 6 homens. O campo qualitativo foi integralmente realizado em Brasília e observamos que as atividades apoiadas no uso da língua nativa, o creole, propiciaram uma postura e envolvimento mais espontâneos, como observado na atividade religiosa, no grupo focal e no dia a dia com suas famílias.

Estrutura da dissertação

Mediante o exposto, a presente pesquisa está dividida em três capítulos. Acreditamos que para compreender os processos contemporâneos da mobilidade haitiana é necessário recorrer à gênese desse movimento que se encontra no decorrer da formação do país. Assim, o primeiro capítulo procura apresentar um pouco da história dos processos migratórios que integraram ao longo do tempo o tecido social haitiano. Objetivamos recuperar os principais aspectos da história deste país, tendo em vista que os movimentos migratórios de seus habitantes mantém relação direta com os eventos que ali ocorreram.

As estruturas econômicas, sociais, políticas e ambientais abaladas, cada uma ao seu tempo, contribuíram para um crescente processo de emigração no Haiti e, por isso, merecem ser aqui abordadas. Diante disso, procuramos ainda identificar os fatores que

impulsionaram a imigração haitiana para o Brasil, a fim de apreender causas outras desse processo, para além da motivação patente do terremoto de 2010, cujos impactos levaram a uma intensa mobilidade dessa população por toda a América Latina. Esse movimento sul-sul é resultado das mudanças geoeconômicas e geopolíticas globais, o que significa dizer que, se por um lado, os países de destino “padrão” fecham as portas e endurecem as políticas migratórias, por outro, os países do sul apresentam novos horizontes para este fluxo. Assim, buscamos apresentar no primeiro capítulo a prática da mobilidade internacional observada entre a população haitiana até os fluxos migratórios mais recentes.

Apresentados os percursos burocráticos e geográficos que os haitianos utilizam para adentrar no país, e procurando compreender como ocorre a inserção deles no mercado de trabalho brasileiro, o capítulo segundo dedica-se a uma perspectiva interseccional das categorias que cruzam a presença desses imigrantes no Brasil. Essa perspectiva oferece suporte para a análise de relações sociais onde há a sobreposição de desigualdades (CHO, CRENSHAW, MCCALL, 2013).

Nesse sentido procuramos sublinhar certas categorias que podem ocupar um lugar de subordinação no que concerne à realidade do haitiano no Brasil. A não nacionalidade, a situação do país de origem, o idioma, o grupo étnico-racial, o gênero e a qualificação profissional são relações simultâneas que se sobrepõem na realidade desse imigrante. Nesse quadro acreditamos que o entrecruzamento das categorias em que os haitianos se inscrevem, ao entrar no Brasil, auxilia a compreensão dos entraves com os quais se deparam.

No terceiro e último capítulo, procuramos evidenciar, a partir do questionamento sobre as motivações para escolherem o Brasil, que existem experiências vividas por esses imigrantes que não serão compartilhadas com o pesquisador. Em razão disso, analisamos neste capítulo não somente as falas dos haitianos como também as percepções oferecidas pelos atores intermediários sobre a inserção desses imigrantes na sociedade brasileira. Em seguida, observamos os dados do mercado de trabalho formal brasileiro e as percepções dos haitianos sobre sua inserção laboral procurando evidenciar as repercussões desse processo em outras esferas de sociabilidade. Quer dizer, esforçamo-nos por compreender como essa inserção haitiana no mercado de trabalho contribui para sua incorporação mais ampla na sociedade brasileira.

Por fim, baseamo-nos nas considerações de Lahire (2004) para evidenciar que a análise aqui apresentada configura uma versão da realidade de forma que não nos

prestamos à ousadia de nomear uma razão *única* para explicação dos fenômenos aos quais dedicamos o nosso olhar. Entretanto, dada a postura engajada com a qual observamos a mobilidade humana, acreditamos contribuir para *uma* compreensão possível do objeto aqui analisado.

1. MOBILIDADE HAITIANA INTERNACIONAL

O presente capítulo pretende recuperar a historicidade dos movimentos migratórios articulados pela população haitiana desde o período colonial até a entrada de seus nacionais no Brasil. Em vista de que a comunidade haitiana residente no exterior vem crescendo paulatinamente e, em 2011, representava aproximadamente 20% de toda a população do Haiti (AUDEBERT, 2011). Para a compreensão desse fenômeno, manifestamos a importância de recuperar os aspectos históricos nos quais se funda a construção do Haiti, para em seguida, a partir dessa narrativa, evidenciarmos os movimentos migratórios como parte constituinte da história haitiana.

A seção seguinte apresenta os principais destinos que os haitianos alcançaram no mundo, durante as últimas décadas, situando a entrada dos imigrantes haitianos enquanto parte de um ingresso mais abrangente na América Latina. Assim, procuramos descrever como ocorreu tal entrada nessa parte do continente, no território e, em seguida, levantamos os fatores capazes de explicar essa mobilidade para o Brasil.

Mapa 1: Caribe



Fonte: Google maps, 2017

1.1 Aspectos Históricos do Haiti

O território que hoje comporta a República Dominicana e o Haiti, habitado primeiramente por populações autóctones, passou a ser conhecido como conquista da

coroa espanhola a partir de 1492. A Ilha de Hispaniola, posteriormente conhecida como Ilha de Santo Domingo, foi fragmentada. Desse modo, um terço do território, o atual Haiti, passou a fazer parte do domínio francês. A cessão de território da coroa espanhola à coroa Francesa ocorreu oficialmente em 1697, por intermédio do pacto de Ryswick⁵, no entanto, já havia uma relação de metrópole-colônia décadas antes da consolidação desse documento (HAZARD, 1873 p. 89).

Durante séculos a colônia francesa foi palco para as plantações de tabaco, anil, cacau, açúcar e café, e o comércio baseado na exportação desses produtos rendeu à França “o mais impressionante progresso de prosperidade até o período da Revolução Francesa” (ibidem, p. 98). Esse balanço tido como positivo, em uma perspectiva eurocêntrica, foi viabilizado pelo trabalho escravo de africanos, assim aumentava-se a população escravizada, conforme cresciam os lucros. Em 1754, por exemplo, existiam na ilha 14.000 brancos, 4.000 mulatos livres e 172.000 negros (ibidem, p. 105). Poucas décadas depois, esse número chegou a quase meio milhão de escravizados, enquanto o número de brancos teria apenas duplicado (GORENDER, 2004).

O Haiti, assim como o restante do mundo Atlântico, foi constituído com base na hierarquia racial (POPKIN, 2008). No lado privilegiado dessa hierarquia estavam os brancos e no extremo oposto os negros escravizados. A união entre ambos resultou no nascimento de pessoas que ocupavam um lugar intermediário na estrutura/hierarquia social, classificados como *octoroon*, *quarteroon*, *sang melée*⁶, mulatos, etc. O século XVIII apresentou mesmo uma vasta gama de possibilidades para identificar as pessoas não - totalmente - brancas da ilha (HAZARD, 1873, p. 109). Dentre essa multiplicidade racial, Hazard (1873) identifica o surgimento dos *affranchis*: mulatos não submetidos ao regime de escravidão - uma comunidade produzida por escravizados que durante algum tempo se tornavam aptos para comprar suas próprias liberdades. O autor comenta que, ainda que esses indivíduos fossem livres, eram vistos como propriedade pública, sendo obrigados a prestar serviços militares para a Maré Chaussée quando atingiam a idade adulta. A Maré Chaussée consistia em uma espécie de infantaria dedicada

⁵ Tratado de Paz que encerra a *Guerra dos nove anos*. Para ver a íntegra do texto acessar: <https://bonoc.files.wordpress.com/2013/11/tratado-de-ryswick-y-sus-complementarios.pdf>

⁶ Tipificações utilizadas para identificar a porcentagem de herança genética negra que o indivíduo concebido por uma relação inter-racial possuía, os termos referem-se a: 1/8 de sangue negro (*octoroon*), 1/4 de sangue negro (*quarteroon*) e o *sang melée*, que em português significa sangue misturado, indicava um termo mais amplo para identificação dos mulatos. Hazard (1873) conta que na época havia inúmeras outras classificações possíveis, tendo em vista a diversidade de fenótipos que se reproduzia através das relações inter-raciais ou mesmo entre mulatos.

principalmente à desarticulação dos espaços construídos por negros evadidos do sistema coercitivo da escravidão, conhecidos por marons.

A organização foi dissolvida, pois havia o receio entre os colonos de que os *affranchis*, ao invés de dismantelar esses lugares de resistência, contribuíssem para a manutenção dos mesmos, uma vez que os indivíduos reconhecessem sua proximidade com os demais negros que perseguiam. Essa prestação de serviço foi alocada em serviços braçais nos espaços públicos (*ibidem*, p. 109).

A comunidade parda ocupava um lugar intermediário, em aspectos fenotípicos e em termos de direitos e liberdades. Eles não estavam submetidos ao trabalho escravo, mas, tampouco podiam exercer profissões liberais, e mesmo o acesso à justiça era diferenciado, havendo um sistema para brancos e outro para pardos (HAZARD, 1873).

O período que precedeu a Revolução Haitiana é dividido por Hazard (1873) em três diferentes épocas, marcadas racialmente. Ele argumenta que, inicialmente, e logo após a independência dos Estados Unidos, o clamor por independência ecoava dentre os colonos da Ilha de Saint Domingue, que, entusiasmados com a Revolução Francesa, projetavam para si a possibilidade de independência e liberdade econômica, sem necessariamente considerar os direitos da população não-branca. Havia, nesse quadro, entre os colonos, uma parte que apoiava um governo independente e outra parte que jurava lealdade à metrópole (*ibidem*, p. 117).

Paralelamente a esse conflito de interesses, surge uma revolta dos mulatos liderada por Vicent Ogé (HAZARD, 1873). Ogé era um homem pardo livre que buscava a ampliação do conceito de cidadania para que abarcasse pessoas de cor que eram livres. Tendo suas demandas ignoradas pela França, em outubro de 1790, Ogé retorna à Saint Domingue munido de armas e discursos abolicionistas, arregimenta algumas centenas de homens e inicia uma revolta. E, ainda que Vicent Ogé tenha sido capturado e executado, esse evento serviria de base para a Revolução Haitiana. (HAZARD, 1873; DUARTE e QUEIROZ, 2016). Assim, visto que os valores da Revolução Francesa de 1789 não recaíam sobre as vidas livres nas colônias, e reunindo-se essa insatisfação ao descontentamento do trabalhador escravizado, é que, sem demoras, uma revolução foi iniciada - na qual Toussaint L'Overture, até então escravizado, foi identificado como principal líder (HAZARD, 1873).

Essa Revolução, iniciada em 1791, desencadeou o processo que alcançaria a independência do Haiti em 1801, reconhecida somente em 1804, cujo líder na época foi o ex-escravizado Jean Jacques Dessalines. Autodenominado imperador do Haiti,

recrutou homens negros para formar seu exército e declarou culpados os franceses que ainda estavam na ilha, por todos os crimes cometidos contra os negros, sentenciando-os à morte. Anos mais tarde, Dessalines foi assassinado (ibidem, p. 151).

A revolução bem-sucedida da população negra da então ilha de Saint Domingues transformou todos os indivíduos que ali habitavam em pessoas livres. O Haiti alcançou o que inúmeras revoltas, fugas e suicídios praticados por outros escravizados - em outras colônias - almejavam, uma resistência que levaria à libertação (FERRER, 2012). Esse feito promoveu, por um lado, a saída das pessoas brancas receosas por suas vidas e, por outro, a entrada de pessoas negras que, ao contrário, tinham o Haiti como um lugar de esperança. Ferrer (2012) observa que a Revolução Haitiana teve impacto em todo o mundo escravista. Na época a menção a essa revolução fazia referência à revolução, violência, extermínio, vingança e liberdade. Em contrapartida, o autor explica ainda que os contemporâneos à época não tiveram a capacidade de compreender o fenômeno para além de categorias preconcebidas, o que impactou o jeito com que o evento foi abordado pelos historiadores, resultando numa “ausência relativa da Revolução Haitiana na história” (FERRER, 2012, p. 39).

Após a morte de Dessalines, a ilha foi politicamente fragmentada. No norte reinava Henry Christophe e o sul era presidido por Alexandre Pétion, sendo reunificada sob a liderança de Jean Pierre Boyer (HAZARD, 1873). Conforme o autor, até 1825 a França considerava o independente Haiti como uma colônia de escravizados rebelados, na tentativa de obter o reconhecimento francês. Boyer comprometeu o país com a soma de cento e cinquenta milhões de francos que deveriam ser pagos à França em função de todas as perdas que a Revolução Haitiana lhe havia ocasionado. Conforme o tempo passava, a dívida se tornava impagável, sendo reduzida e posteriormente extinta.

Contudo, a tentativa de obter o reconhecimento oficial da antiga metrópole resultou num endividamento que minou as possibilidades de crescimento da economia do território, baseada numa cultura agroexportadora. Portanto, a ausência do país na História é, também, reflexo do isolamento que o Haiti sofreu após sua independência, sendo considerado pela França como colônia rebelde no lugar de país independente (FERRER, 2012).

Ainda durante o governo de Boyer foi implementado o Código Rural, que obrigava os habitantes a trabalhar nas plantações, fato que desencadeou outro período de revoltas e causou a saída de Boyer do governo em 1843 (HAZARD, 1873). As décadas seguintes foram palco para várias rebeliões, golpes de estado e instabilidades

no governo, e uma aproximação com os Estados Unidos foi concretizada mediante a ocupação norte-americana em 1915 (ANGLADE, 1982). Com o pretexto de restabelecer a ordem, a invasão dos Estados Unidos foi desleal. O país passou a exercer controle nas finanças, nas decisões políticas e militares do Haiti, que suscitaram a criação de uma nova constituição, na qual o Haiti concedeu grandes terrenos para o investimento norte-americano, abrindo-se assim uma era de dependência do capitalismo financeiro e industrial (ANGLADE, 1982).

Com a crise de 1929, no entanto, a intervenção estadunidense foi atenuada e, em 1934, os Estados Unidos retiraram-se do território haitiano. Antecedido por outros governantes, em 1957, François Duvalier torna-se presidente do Haiti. Homem já conhecido no cenário político haitiano, se apresentava como sacerdote vodu e participava de projetos de medicina comunitária. Passou a ser conhecido como “Papa Doc” e advogava a necessidade de combater a opressão dos mulatos, fossem eles políticos, militares, proprietários de terras ou comerciantes (MARQUES; DOS ANJOS, 2015). Duvalier criou uma guarda pessoal chamada *Tontons Macoutes*, às vezes percebida como uma polícia especial, outras como milícia civil armada, que tinham como alvo os oponentes políticos de Duvalier.

O presidente também solicitou a ajuda estadunidense e permaneceu no governo até 1971. Sucedido por seu filho “Baby Doc”, ou Jean Claude Duvalier, que manteve o regime ditatorial até 1986, sendo um período de fome, crise e crescimento dos movimentos sociais. Após sua saída, a presidência do país foi ocupada por governos militares de curto período e, somente em 1991, através de eleições, Jean Bertrand Aristide entra para o cargo. O político foi eleito com boa aceitação popular, todavia, ao tentar agradar as massas e as elites, encontrou o descontentamento de ambos os lados (MARQUES; DOS ANJOS, 2015).

O governo de J. B. Aristide foi interrompido algumas vezes, mas ele conseguiu finalizar o primeiro mandato em 1996 (MARQUES; DOS ANJOS, 2015). Em 2001, o político se lançou num segundo mandato, ocupando a presidência até 2004, interrompida por um golpe de estado. Após um governo de transição, René Préval, que já tinha ocupado o cargo entre o primeiro e segundo mandato de Aristides, volta para um novo mandato até 2011. Durante esse período seu governo vivencia o terremoto que marca a história recente do Haiti em 12 de janeiro de 2010, fragilizando ainda mais o país.

O Haiti já contava com a missão de paz mantida pelo Conselho de Segurança da

ONU, criada em 2004 e encerrada, segundo as Nações Unidas, com sucesso em 2017⁷. A MINUSTAH teve como objetivo restaurar um clima seguro e estável, apoiar o processo político em curso, fortalecer as estruturas governamentais e o Estado de direito, bem como promover e proteger os direitos humanos no Haiti⁸.

Apesar do dito sucesso da missão, o Conselho de Segurança criou a Missão das Nações Unidas para o apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), missão de transição que pretende encerrar a participação da ONU na manutenção da paz no Haiti.

1.2 Mobilidade Internacional – Atributo da História Haitiana

Apoiando-se nos eventos anteriormente descritos, procuramos, doravante, destacar os fluxos migratórios que atravessam a história haitiana, considerando-se que o Haiti é marcado por vários momentos conturbados desde sua colonização até os dias atuais. Seja por conflitos políticos, econômicos ou ambientais, o país viveu poucos períodos de bonança. Nesses períodos de perturbação e disputas, os grupos vencidos encontraram na imigração uma alternativa para seus destinos.

Ainda no período colonial, segundo Hazard (1873, p. 103), os tratamentos mais amenos vivenciados pelos negros na parte espanhola de Santo Domingo, acrescidos da possibilidade de se tornarem livre, motivaram a fuga de vários indivíduos para esse lado da ilha. Outro movimento, conhecido também, consiste na fuga das elites brancas quando os primeiros conflitos ocorreram em 1791. Esse fluxo de brancos partia em busca de asilo em outras colônias do Caribe, como Cuba, Porto Rico e República Dominicana (HAZARD, 1873; FERRER, 2012).

Durante o império de Jean Jacques Dessalines, após declarar a independência do Haiti em 1804, um de seus primeiros atos foi incentivar a vinda de outros negros e mulatos para o país onde eles poderiam se tornar pessoas livres (HAZARD, 1873, p.151). Nota-se que movimentos de entrada e saída do país não significavam uma novidade no século XIX, entretanto, é a partir do século XX que esses movimentos assumem uma nova amplitude.

Handerson (2015) sintetiza a história da emigração haitiana recente em quatro grandes fluxos. O primeiro coincide com a época da ocupação das forças armadas

⁷ Notícia retirada do *feed* de notícias alocado no site das Nações Unidas sobre a Missão. Clôture de la MINUSTAH - <https://minustah.unmissions.org/>

⁸ Site oficial da MINUSTAH - Sobre - <https://minustah.unmissions.org/%C3%A0-propos>

estadunidenses no Haiti, o segundo está associado à influência dos Estados Unidos na região e à ditadura Duvalier. Um terceiro fluxo situa-se no início dos anos 1990, vinculado ao golpe de estado que levou ao exílio do, então eleito, presidente Aristide. Há ainda um quarto fluxo em 2010, em que a situação do país caribenho se agrava em função do terremoto de 12 de janeiro.

Vale ressaltar que a intervenção norte-americana no Haiti, entre 1915 e 1934, fez parte de um fenômeno mais abrangente de intervenções realizadas pelos Estados Unidos no restante das Américas. Entre outras medidas realizadas no âmbito dessa ocupação, a cessão de terras haitianas às companhias estadunidenses provocou uma emigração em massa de camponeses que passaram a servir de mão de obra barata nas grandes plantações dos países vizinhos, alimentadas pelo capital norte-americano (AUDEBERT, 2012).

Os Estados Unidos, mais que interessados na ordem do Haiti, procuravam estender seu domínio pelas Américas. Dessa forma, intervieram também em outros países dos quais poderiam auferir bons rendimentos. Nesse período, a influência estadunidense já era atuante em outras ilhas da região por intermédio de grandes companhias, que faziam uso da mão de obra camponesa em proveito das novas indústrias (ANGLADE, 1982; FERGUSON, 2003; AUDEBERT, 2012).

Segundo Anglade (1982), essas indústrias suscitaram um deslocamento sem precedentes, pois tratava-se de dez anos de influência do capital norte-americano, em que mais de $\frac{1}{4}$ da população, composta por dois milhões de habitantes, deslocou-se em busca de trabalho nesses grandes centros. Estima-se um número entre 200 mil trabalhadores haitianos na República Dominicana e o dobro em Cuba, visto que os investimentos americanos na agricultura desses países foram maiores que aqueles feitos no Haiti, em oito e cem vezes respectivamente (AUDEBERT, 2012).

Durante esse período e mesmo depois, a influência norte-americana se alastrou sobre o setor político, econômico e cultural haitiano, servindo de alicerce para o surgimento de uma emigração em massa voltada para os Estados Unidos. A partir dos anos 1950, a inércia econômica vivida pelo país associada ao terror político promovido pelos governos *duvallieristas* contribuem para um novo período de emigração (AUDEBERT, 2012).

O governo de François Duvalier, cabe reforçar, foi marcado pela criação dos *Tontons Macoutes*, uma espécie de polícia especial que visava combater qualquer oposição ao governo. A forte repressão política e diminuição dos espaços de liberdade

levou à emigração de uma classe socialmente favorecida em direção aos Estados Unidos, seguida de uma emigração das camadas mais populares - que sofriam também com a violência dos “voluntários” *Tontons Macoutes*, - para a República Dominicana, Bahamas, Grand Turck e Caicos e Territórios Franceses Ultramarinos (ibidem).

Durante o segundo governo Duvalier, governo de Baby Doc, registra-se entre 50 a 70 mil haitianos que chegaram à Flórida no fenômeno *boat people* (HANDERSON, 2015). E, no final desse governo (1986) a imigração regular em direção aos Estados Unidos já era duas vezes superior aos números registrados no primeiro ano do governo de Baby Doc (AUDEBERT, 2012.). Após a era Duvalier, o país se encontrava politicamente instável e vivenciou as eleições que levaram ao poder o presidente Aristide, vítima de um golpe de estado nove meses após sua posse.

Durante o golpe estima-se que ocorreram de 3 mil a 5 mil assassinatos daqueles que apoiavam o presidente oficial. Com o apoio dos EUA e da OEA, na tentativa de reempossar o presidente oficial, um embargo econômico é imposto ao Haiti que, todavia, cria um efeito colateral àquele pretendido (HANDERSON, 2015). A medida imposta objetivava estabilizar o país politicamente e, conseqüentemente, os fluxos migratórios para os Estados Unidos. No entanto, o que se presenciou foi um aumento da inflação no país que, somado à falta de segurança e violência, conformaram fatores de expulsão, promovendo um novo aumento nos registros de emigração. Estima-se um número de 100 mil haitianos que deixaram o país nessa época, além dos milhares de *boat people* interceptados em alto-mar (HANDERSON, 2015).

O retorno de Aristides ao poder, associado ao discurso de “se fazer justiça”, provocou uma nova onda de insegurança em que as vítimas do passado tornaram-se os algozes da época. Cresceu, a partir de então, o número de grupos paramilitares e as milícias privadas mantidas pelas classes ricas. No final dos anos 1990, a economia rural estava degradada e o êxodo rural intensificou a guetoização das regiões urbanas. As incertezas políticas fortaleceram a crise econômica e, nessa época, mais de 50% da população sobrevivia graças ao setor informal (AUDEBERT, 2012).

No início deste século, o país passou ainda por vários desastres naturais que resultaram na morte de milhares de pessoas e deixaram outros milhares de desabrigados⁹. De acordo com o relatório publicado pelo Escritório das Nações Unidas

⁹ Segue lista dos principais desastres naturais no Haiti para o início do século XXI, segundo o site de notícias Terra: Em 2004, tempestade tropical Jeanne resultou em Pelo menos 1.330 mortos e 1.056 desaparecidos e deixou mais de 300 mil desabrigados. Em 2005, o furacão Dennis deixou 45 mortos, 16

1.3 Principais destinos – Tendência e Diversificações

Os destinos da emigração haitiana, até o início deste século, vinham seguindo padrões tradicionais de comportamento, inicialmente em direção aos Estados Unidos, Canadá e França e, em seguida, em direção aos países caribenhos vizinhos. Os últimos dados revelam cerca de 600 mil imigrantes haitianos nos Estados Unidos, 86 mil no Canadá e 40 mil na França. Entre os países mais próximos, destaca-se a República Dominicana, com 460 mil imigrantes haitianos, nas Bahamas aproximadamente 40 mil e no Caribe Francês são contadas 28 mil pessoas (AUDEBERT, 2017).

De maneira geral, o número de haitianos que vivem no exterior dificilmente é dado com exatidão, tendo em vista as diferentes fontes estatísticas, a situação regular na qual são enquadrados - ora como refugiados, ora como migrantes econômicos - e ainda devido à clandestinidade (FERGUSON, 2003; AUDEBERT, 2011). Audebert (2011) considera que os fluxos migratórios haitianos do último século contribuíram para a expansão do espaço migratório haitiano (ibidem, p. 04), e notamos o incremento da sua diversificação quando integramos os fluxos em direção ao Brasil e ainda a outros países da América do Sul. Segundo Simon (2015) o espaço migratório ou o campo migratório refere-se ao “espaço praticado pelos imigrantes e estruturado pelo conjunto de seus fluxos (...) engloba parte ou a totalidade do país de origem, residência e em alguns casos trânsito” (ibidem, p. 15).

1.3.1 Imigração Haitiana para o Caribe

Segundo Ferguson (2003), dentro da região caribenha os principais destinos alcançados pelos haitianos são República Dominicana, Bahamas, Territórios Franceses Ultramarinos, existindo menores incidências para Jamaica e Cuba. E, ainda que haja imprecisão nos dados referentes ao número de haitianos no exterior, todos entram em acordo ao declarar a República Dominicana como o destino principal, ou o primeiro, de boa parte dos haitianos na região caribenha. Esse movimento é datado a longos tempos na história de ambos os países.

A República Dominicana ocupa 2/3 da ilha Hispaniola, a população é hispano falante e é fenotipicamente mais miscigenada que a população do país vizinho. Ferguson (2003) sugere inclusive que a identidade Dominicana é fortalecida em

oposição à Haitiana. Ademais, desde os conflitos que antecederam a Revolução Haitiana e mesmo nos anos que se seguiram, a colônia espanhola sofreu inúmeras ocupações.

Em 1822 o Haiti ocupou a região, que se tornou independente em 1844 com o apoio das elites de descendência espanhola. Ferguson (2003) conta que o receio de uma nova ocupação pelo país vizinho era tão evidente que, anos mais tarde, a República Dominicana convidou a Espanha para recolonizar o país - ocupação que durou apenas quatro anos (ibidem, p. 19).

O delineamento oficial da fronteira do país foi alcançado apenas em 1999, e o ressentimento e os receios de novas invasões permaneceram no imaginário dominicano até os dias atuais. Tal temor é utilizado para nutrir o sentimento *anti-haitiano*, em que a identidade dominicana é construída em contraste com a haitiana. São, portanto, hispânicos, católicos romanos, falantes de espanhol e possuem ascendência espanhola - características que, segundo uma perspectiva dominicana, lhes garantiriam superioridade (ibidem) - enquanto os haitianos são majoritariamente de origem africana, falantes de creole e praticantes do vodu.

No início do século XX, a precarização das condições de vida no Haiti coincidiu com a necessidade de mão de obra barata nos grandes latifúndios da República Dominicana. Desde o início dessa mobilidade em direção ao país vizinho, a presença dos haitianos na República Dominicana é associada aos trabalhos nas plantações de açúcar, que apresentam condições degradantes. Além disso, de maneira geral, os demais haitianos na República Dominicana recebem baixos salários, trabalhando na informalidade, também em serviços domésticos, ou como ambulantes, ou ainda na construção civil (FERGUSON, 2003). De tal modo, ainda que durante os anos eles tenham diversificado as ocupações que exercem nesse país, o preconceito e discriminação contra essa população minam suas possibilidades de mobilidade social (ibidem).

Por se tratar de um fluxo migratório de anos, os dominicanos com ascendência haitiana são vítimas do mesmo preconceito. Audebert (2011) apresenta um número considerável desses indivíduos, que sofrem por não ter o status legal para viverem na República Dominicana. Assim sendo, a recepção dominicana ao fluxo de pessoas haitianas é hostil, pois, de maneira generalizada, elas são consideradas uma ameaça à identidade nacional (ibidem, p.14).

O episódio mais cruel dessa discriminação foi registrado nas primeiras décadas do século XX, quando uma campanha contra os trabalhadores haitianos foi promovida e

aproximadamente entre quinze mil e trinta mil haitianos foram massacrados pelo exército dominicano (FERGUSON, 2003).

Procedendo-se à análise, Audebert (2011) declara que a imigração dos haitianos para Bahamas e para as Ilhas Turks e Caicos se desenvolve a partir dos anos 1950. Essa saída ocorreu em função da ditadura Duvalier, alcançando o número de 20.000 haitianos nas Bahamas no final dos anos 1960 e esse fluxo permaneceu contínuo durante as décadas de 1980 e 1990, devido ao agravamento das condições econômicas e ao esgotamento dos recursos naturais no noroeste haitiano - de onde se originava a maior parte desses imigrantes.

Quando ocorreu o golpe de estado contra o então presidente Aristides, em 1990, observou-se um aumento desse êxodo por meio de *boat people* e parte desse contingente aportou nas Bahamas (FERGUSON, 2003). O autor expõe que, em 1994, uma comissão estadunidense de direitos humanos realizou um campo nas Bahamas e denunciou inúmeras violações cometidas contra os nacionais do Haiti. Tais como: deportações sumárias, repatriações forçadas (tanto para os recém-chegados como para aqueles com mais tempo de residência), prisões em condições precárias e desqualificação de seus pedidos de refúgio.

Com o retorno de Aristides ao poder, as relações diplomáticas entre Haiti e Bahamas tornaram-se mais estáveis e um acordo foi assinado entre ambos os governos, em 1995, que previa a permanência dos imigrantes haitianos de mais longo tempo no país, enquanto os recém-chegados teriam de ser repatriados. Após o fim desse acordo, o governo bahamense continuou com a deportação de vários haitianos em situação irregular. O governo estadunidense solicitou que as Bahamas pudessem conceder a cada solicitante de refúgio um julgamento justo. No entanto, o governo bahamense considerou que a entrada de haitianos em seus territórios ocorria antes por questões econômicas que políticas (ibidem), o que, segundo ele, não justificava o aceite dos pedidos de refúgio.

Segundo Ferguson (2003), as comunidades haitianas estão majoritariamente concentradas nas ilhas de Abaco, Eleuthera, Grand Bahama e New Providence. Contudo, essas populações mantêm-se afastadas dos grandes centros e vivem em áreas mais precárias dessas cidades, recebem baixos salários e ocupam vagas na agricultura, serviços domésticos e no setor informal. Embora os salários sejam baixos, eles conseguem superar as remunerações pagas no Haiti e isso, por consequência, possibilita o envio de remessas para os familiares que ficaram na terra natal. Destaca-se ainda que,

muitos dos trabalhadores haitianos nas Bahamas não possuem permissão para o trabalho - obstáculo para acessar os direitos trabalhistas - e aqueles que conseguem o documento necessitam pagar a segurança nacional (uma espécie de desconto efetuado no salário), que só será desfrutada caso alcancem a cidadania local (FERGUSON, 2003).

Nas ilhas Turcs e Caicos a situação é similar. Em ambos os países a comunidade haitiana é vítima de alta discriminação e seus descendentes (imigrantes de segunda ou terceira geração) só podem solicitar a cidadania após os 18 anos (ibidem). De acordo com Audebert (2011), os imigrantes haitianos que partiram para Bahamas e Turcs e Caicos promoveram a criação de uma rede que tinha origem em duas regiões do norte do Haiti. Ademais, as grandes repressões vividas pelos haitianos nas Bahamas impulsionaram um processo de reemigração para a Flórida, nos Estados Unidos, desde 1973, ano da independência de Bahamas.

Nessa lógica de trânsito e de reemigração, Audebert (2011) afirma que, ao procurar outros países como intermediários para chegar até os Estados Unidos, os haitianos esbarraram na grande vigilância da Guarda Costeira do Canal de Mona e, ainda, no severo serviço de imigração em Porto Rico - o que levou alguns imigrantes a reconsiderar países como Saint Martin e as Ilhas Virgens enquanto lugar de instalação, tendo em vistas oportunidades no setor de turismo e de construção nos anos 1980.

Os departamentos ultramarinos franceses, formado por Martinica, Guadalupe e Guiana Francesa, fazem parte, também, dos destinos dos haitianos dentro da região caribenha. Segundo Ferguson (2003), estimar um número de imigrantes haitianos nessa região é tarefa difícil, considerando a situação irregular em que muitos se encontram. Privilegiar essa região como destino acontece em função de alguns fatores de atração, como a proximidade linguística e uma situação econômica mais favorável, se comparada aos demais países caribenhos.

Na Martinica e em Guadalupe os Haitianos ocupam vagas nos setores de serviços domésticos, construção e pequenos comércios. Em Guadalupe, eles encontram empregos nas plantações de bananas e, na Guiana Francesa, ocupam vagas nas minas e na exploração da floresta amazônica, onde atuam em condições precárias (ibidem). Dada a dificuldade de alcançar a nacionalidade francesa, acabam vivendo na clandestinidade e à margem dos serviços sociais.

Audebert (2011) relaciona o início dessa imigração à necessidade de mão de obra pouco qualificada nos anos 1960. Ele adiciona também que, dentre a comunidade estrangeira na Guiana Francesa, os haitianos são os que ocupam os empregos menos

qualificados. Bem como, Audebert (2011) sugere ainda, que a mobilidade de haitianos para os territórios franceses no Caribe visava a aquisição de documentos para realizar a entrada na França continental.

1.3.2 Imigração Haitiana para o norte Global

Embora existam proximidades entre o Haiti e a França (tendo em vista o idioma oficial e as relações coloniais), os destinos de imigração no norte global são principalmente os Estados Unidos e o Canadá.

Existe nos Estados Unidos uma forte comunidade haitiana que é inaugurada com o exílio de inúmeros indivíduos durante a ditadura Duvalier. Essa comunidade construiu ao longo dos anos várias associações, sobretudo de caráter político, que procuravam denunciar os eventos que atormentavam o Haiti na época do regime ditatorial (PIERRE-LOUIS, 2006).

Nos anos iniciais dessa imigração, a entrada no país era alcançada através de visto de residência. Aqueles que não o logravam, conseguiam entrar no país solicitando um visto de turismo e, com o passar do tempo, regularizavam sua situação como residentes, o que era comum até os anos 1990. Pierre-Louis (2006) ressalta que, até a mencionada década, a população imigrante haitiana era formada por profissionais qualificados com alto nível educacional e largo capital social.

Outra parcela da população haitiana utilizava os *boat-people* para alcançar o território estadunidense: entre 1971 e 1981, cerca de 60 mil haitianos recorreram a esse transporte para realizar o percurso Haiti-Estados Unidos (GLICK-SCHILLER; FOURON, 1999). Inicialmente, instalando-se em Nova Iorque, essa população foi paulatinamente deslocando-se para a Flórida, que, dentre outros motivos, possuía valores de imóveis mais razoáveis. Nas últimas décadas do século passado, dos 300 mil haitianos que lograram uma situação regular nos Estados Unidos, cerca de 45% residiam na Flórida (AUDEBERT, 2011).

Todavia, as políticas de imigração nos Estados Unidos têm se tornado cada vez mais restritas e alcançar um status legal de permanência faz-se cada vez mais difícil. Mesmo durante os fluxos iniciais, em que as motivações para solicitação de refúgio eram políticas, Charles (2006) destaca uma diferença de tratamento para com aqueles que chegavam ao continente norte-americano via *boat people*. Segundo Charles (2006),

o primeiro barco com solicitantes de refúgio chegou aos Estados Unidos em 1963, cujas solicitações foram negadas e eles deportados.

Vale ressaltar que, esse evento coincide com o mesmo período que outros haitianos entravam com vistos de turistas, prolongando sua estadia, e, ainda, com a admissão de outros haitianos solicitantes de refúgio. De qualquer forma, dada a situação precária do Haiti e a despeito dos conflitos políticos, a imigração de haitianos para os Estados Unidos foi considerada como econômica, logo, ainda que dificultado o ingresso nos Estados Unidos, esse movimento foi mantido na clandestinidade.

Após o terremoto de 2010, o governo estadunidense autorizou a entrada dos nacionais haitianos no programa TPS (sigla em inglês para Status de Proteção Temporária), que determinou o direito de permanecer (aqueles em situação irregular) nos Estados Unidos, sem correr o risco de deportação e propiciando o direito ao trabalho formal. O número de haitianos nos Estados Unidos triplicou entre 1990 e 2015, indicando um pouco mais de 600 mil imigrantes. Destes 16% chegaram após 2010 (SHULZ; BATALOVA, 2017).

A população haitiana no Canadá, por sua vez, está concentrada principalmente no Quebec e, segundo Audebert (2012), o início desse fluxo originou-se nos anos 1960, quando o Canadá abriu suas fronteiras para uma imigração não europeia e priorizou a reunião familiar, trabalhadores qualificados e refugiados. Em suma, é perceptível, através de articulações e ações sociais, que as comunidades nos Estados Unidos e Canadá são as mais engajadas e sensibilizadas com a situação do país de origem.

1.3.3 Imigração Haitiana para América Latina.

Nos últimos anos, os destinos da imigração haitiana foram diversificados e a América Latina ganhou notável atenção. O destaque é dado para o Brasil, enquanto país receptor da imigração haitiana após o terremoto de 2010. Entretanto, o Equador, em 2008, já mantinha uma política de livre mobilidade para indivíduos da América Latina e Caribe e já registrava, nessa época, algumas centenas de haitianos que ali residiam (CARRERA, 2014).

A isenção de visto para viajar ao Equador impulsionou o fluxo de imigrantes haitianos para esse país desde 2008. A catástrofe de 2010 sensibilizou o governo equatoriano, que regularizou a situação dos haitianos em seu território e dos respectivos

familiares. Registra-se um aumento evidente dessa imigração que, em 2008, designava o número de 270 imigrantes haitianos e, em 2009, alcançava 1.257 registros. Os dados mostram também o decréscimo do perfil de haitianos classificados como profissionais científicos e intelectuais a partir de 2008, com exceção do ano de 2010, e, ainda, um aumento para os perfis categorizados enquanto trabalhadores não qualificados (ibidem).

Carrera (2014) expõe que os haitianos que chegaram antes do terremoto de 2010 encontram-se em melhores situações do que aqueles que chegaram depois desse evento. Estes vivenciam uma situação de vulnerabilidade originada na dificuldade de regularizar a estadia no país, na discriminação que sofrem e no desemprego. Em concomitância, esses aspectos também impulsionam a saída em buscas de melhores oportunidades, transformando o Equador em um país de trânsito para boa parte dos haitianos que se deslocam para o Peru e alcançam outros destinos na América Latina. À vista disso, a presença haitiana no Peru foi identificada como passageira, mas há ainda aqueles que ficam no Peru, cujas motivações variam entre a criação de uma família ou a falta de recursos para seguir viagem (VASQUEZ; BUSSE; IZAGUIRRE, 2014).

No Chile, o número de imigrantes haitianos tem apresentado um aumento nos últimos anos, sobretudo, após o terremoto de 2010. Handerson (2015) indica o país e também a Argentina enquanto rotas para alcançar outros países no continente (p. 178). Isto, pois ambos os países não exigiam vistos para entrada dos nacionais haitianos. O Chile, em função da tragédia de 2010, foi um dos primeiros países a apresentar uma política humanitária na direção dos haitianos, autorizando a reunião familiar daqueles que residiam no Chile anteriormente ao terremoto (ibidem. p. 189).

Pedemonte, Amode e Vásquez (2015) argumentam que o ingresso de haitianos no Chile ocorre, sobretudo, via aeroporto internacional de Santiago, diferentemente de outros fluxos migratórios sul-sul realizados principalmente por via terrestre. Os haitianos que chegam ao Chile solicitam inicialmente um visto temporário podendo, posteriormente, aplicar para um visto permanente.

O perfil desse fluxo é formado, sobretudo, por homens, jovens, com experiência prévia de imigração, seja na própria trajetória, ou seja, na trajetória de familiares. Tais indivíduos, pretendendo alcançar o hemisfério norte, estendem sua estadia no país, uma vez que se apropriam do idioma, encontram empregos e iniciam projetos familiares (PEDEMONTE; AMODE; VÁSQUEZ, 2015. p. 223). Segundo o Departamento de Estrangeiros e Migrações do governo Chileno, fatores como a estabilidade política e o

relativo desenvolvimento econômico do país têm contribuído para esta permanência (Ibidem).

De modo geral, a presença dos imigrantes haitianos nos países da América do Sul foi compreendida enquanto provisória, contemplando-se o fato de que os mesmos estavam buscando alcançar o Brasil (CARRERA, 2014; VASQUEZ, 2014; PEDEMONTE; AMODE; VÁSQUEZ, 2015; HANDERSON, 2015). A seguir, abordamos o ingresso desses imigrantes no território brasileiro e os debates provocados em torno da categoria jurídica em que os haitianos se alocaram.

1.3.4 O Brasil como destino possível

O norte do Brasil foi identificado como primeira região afetada pela presença haitiana¹⁰. Ainda no ano de 2010, os haitianos adentravam o país a partir dali, ora pelo Amazonas, ora pelo Acre, e Handerson (2015) chama atenção ainda para percursos realizados a partir da região sul, como visualizado no mapa a seguir.

Mapa 3. Rota terrestre de haitianos para o Brasil

¹⁰ Há pesquisas que indicam que os primeiros haitianos no Brasil entraram pelo Mato Grosso do Sul (Ver em: COTINGUIBA, 2014). No entanto, ainda que a afirmativa seja verdadeira a região que registrou o crescente número de imigrantes haitianos após 2010 foi o norte do país, sendo aqui considerada como a região primeiramente afetada por esta imigração que se deslocou ao longo dos anos para outras regiões do país, como veremos mais a frente.



Fonte: Elaboração nossa

O mapa ilustra percursos que também foram ratificados em nosso de campo de pesquisa. Durante o grupo focal, os participantes foram questionados sobre o trajeto realizado para chegar até o Brasil. “*Eu saí da República Dominicana, fui para o Equador; passei pelo Peru e depois entrei aqui*”, respondeu um dos participantes cuja fala foi complementada por um segundo participante, que também experienciou essa jornada: “*No Equador você passa oito dias no ônibus para poder entrar!*”. Um terceiro participante completa a resposta dizendo: “*Você faz duas viagens, pega avião e também ônibus*”.

A sequência dessas respostas harmonizava-se e correspondia a uma mesma realidade, vivida por esses três imigrantes. Uma quarta participante se manifesta designando um percurso que se diferencia dessas primeiras respostas numa determinada parte da rota: “*Eu peguei avião, ônibus e barco!*”, exclama ela, expondo um trajeto mais dispendioso. O terceiro participante, que havia feito um trajeto de ônibus e avião, explica: “*Ela chegou de barco porque passou pelo Equador, quer dizer por Manaus*”. O

quinto participante reforçou, em tom de lamento, o desgaste que o percurso também lhe causou: “*Quando cheguei no [rio] Amazonas, para atravessar essa água...*”.

Entre os imigrantes que entrevistamos, o trajeto terrestre era bem conhecido, seja porque o trilharam, seja por intermédio de outros compatriotas que compartilhavam rotas distintas percorridas. A via terrestre para entrada no Brasil tornou-se a opção viável para inúmeros haitianos chegarem até o país. Ainda que a via aérea apresentasse menos custos no que concerne a recursos financeiros, tempo e segurança, nela existia a possibilidade de não se concretizar o projeto migratório com a entrada no Brasil. Logo, optar pela entrada no país através da fronteira terrestre e atravessando países que não lhes barraram a passagem com demandas de vistos pareceu-lhes mais certo, ainda que mais oneroso. O custo suplementar não é necessariamente econômico, os caminhos terrestres percorridos pelos haitianos foram povoados por inseguranças e violações dos direitos humanos (SILVA, 2012; COTINGUIBA, 2014; HANDERSON, 2015).

A fim de combater essas violações e somados os inúmeros noticiários a respeito da crescente presença haitiana no norte do país, o governo brasileiro emitiu a Resolução Normativa nº 97 em 2012 (Ver ANEXO I) que, por razões humanitárias, abria as portas para os haitianos. Cabe explicar em que contexto surge a publicação desta normativa, e mais à frente nos debruçaremos sobre as motivações dessa imigração.

A entrada dos haitianos no Brasil ganhou expressão em 2010, coincidindo com o ano do desastre que assolou o Haiti. Nesse ano a presença desses imigrantes registrava números tímidos, mas ainda assim não perdia seu caráter inesperado. Concernentemente a essa época, nota-se que esses imigrantes acionavam o Instituto do Refúgio para obter uma estadia regularizada no país.

O refúgio constitui um subcampo das migrações forçadas. Categoria pensada em âmbito internacional, no contexto do pós-guerra, levou a Organização das Nações Unidas a criar uma agência para refugiados (ACNUR) que se ocupasse da questão e estabelecesse a definição jurídica dessa categoria, por meio da *Convenção de 1951 - relativa ao Estatuto do Refugiado*, revisitada pelo *Protocolo de 1967 - relativo ao Estatuto dos Refugiados*, e no contexto latino-americano, reexaminada através da *Declaração de Cartagena de 1984*. A qual, em 2014, fora ratificada em evento realizado

em Brasília¹¹.

¹¹ Cartagena+30 é um processo estratégico no qual os países da América Latina e Caribe, mais que celebrar suas conquistas e avanços, reflitam sobre os desafios que ainda precisam superar em termos de

Em suma, no rol de classificações sobre migrações forçadas, a determinação do status de refugiado é caracterizada pelo fator de perseguição (origem) e necessidade de proteção (destino). A lei brasileira que implementou o estatuto de refugiado é a lei nº 9.474 de 1997, que ratifica os entendimentos das Nações Unidas sobre os motivos necessários para deferimento de uma solicitação de refúgio e cria o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), órgão de deliberação coletiva, no âmbito do Ministério da Justiça, encarregado dos casos referentes a refúgio no Brasil. O CONARE, a partir de 2010, recebia solicitações de refúgio por parte dos nacionais haitianos, todavia as motivações para a demanda tinham pouca relação com os termos da lei.

O artigo primeiro da lei condiciona a definição de refugiado ao indivíduo “que devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país” (BRASIL, 1997). No Brasil, a imigração haitiana não foi interpretada como resultado dos eventos anteriores pelos quais o país tenha passado, ou seja, causas cumulativas que culminaram em um contexto de precarização e violação dos direitos humanos. Este fluxo para o país foi entendido enquanto consequência do terremoto de 2010.

O inciso terceiro do mesmo artigo adiciona que o indivíduo pode ser considerado refugiado no caso em que “devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.” (ibidem). Ainda que a situação no Haiti pós-terremoto pudesse ser percebida nos termos do inciso terceiro, a origem desse contexto foi justificada pela ocasião do desastre natural.

Ademais, as migrações realizadas em função de um desastre natural, ainda que consideradas como forçadas, são muitas vezes atribuídas à incapacidade do Estado em lidar com as consequências deixadas pelo incidente. Logo, o fluxo migratório que surge seria decorrente de uma situação econômica frágil do país de origem e as motivações desses imigrantes entendidas enquanto financeiras (SILVA, 2014).

A chegada dos imigrantes haitianos levou o Estado Brasileiro a um debate sobre os fluxos migratórios contemporâneos. As discussões sobre a compreensão jurídica dos haitianos no Brasil se intensificaram e, em paralelo, crescia o número de solicitações de refúgio desses imigrantes no escritório do CONARE. Esse estágio de espera, no qual os

proteção a refugiados e deslocados.. Texto retirado de <http://www.acnur.org/cartagena30/pt-br/>

imigrantes haitianos viviam enquanto solicitantes de refúgio, permitiu-lhes o acesso aos direitos fundamentais, visto que os artigos vigésimo primeiro e vigésimo segundo da lei de refúgio autorizam o imigrante solicitante de refúgio a permanecer no país de maneira regular até que o seu caso tenha sido julgado, concedendo ao solicitante um documento provisório de identidade (conhecido por protocolo) e uma carteira de trabalho temporária.

O debate em torno da tipificação jurídica do imigrante haitiano não foi exercício praticado somente no Brasil. Segundo Audebert (2011, p. 07), os desastres naturais somados à instabilidade política, à falta de segurança e à pauperização do país constituíram um cenário de dificuldade para essa tipificação nos inúmeros destinos que esse fluxo tenha alcançado. Tal classificação é relevante, pois, uma vez definida sua categoria pelo país de destino, um tipo de política será tomada em favor ou desfavor desse fluxo.

Na América do Sul, de maneira geral, os haitianos não foram caracterizados enquanto refugiados (idem, 2017), mas a abertura dos países para este fluxo foi sustentada por uma abordagem humanitária acerca da situação em que se encontravam. No Brasil, a base jurídica para respaldar esse tratamento foi encontrada na Resolução Normativa nº 13 de 2007 do CONARE. Esse documento delibera que os solicitantes de refúgio que estão na iminência do indeferimento, visto que não atendem aos requisitos de elegibilidade do estatuto de refugiado, podem ter seus casos apreciados pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Para tanto, o CONARE, em reunião plenária e considerando a permanência do estrangeiro no país por questões humanitárias, pode submeter o caso à apreciação daquele órgão.

Cabe, sucintamente, situar a importância desse Conselho na gestão migratória do Brasil. A política migratória do Brasil era pensada pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), colegiado quadripartite (composto por governo, representantes dos trabalhadores, representantes dos empregadores e sociedade civil) vinculado ao Ministério do Trabalho, com destaque à participação dos Ministérios da Justiça, Relações Exteriores e do Trabalho. E, as decisões referentes à imigração e ao estrangeiro eram subsidiadas pelo estatuto do estrangeiro, lei nº 6.815 de 1980¹². No

¹²

Até novembro de 2017 as decisões referentes à imigração e ao estrangeiro eram subsidiadas pela lei nº 6.815 de 1980. Este documento foi substituído recentemente pela lei nº 13.445 de 2017, no entanto, para as nossas análises, abordaremos o assunto dentro da jurisdição competente à época do fenômeno.

âmbito do CNIg os casos podiam ser apreciados com base na Resolução Normativa nº 27 de 1998. Esse instrumento se ocupava dos casos especiais e omissos, para os quais a legislação vigente, o estatuto do estrangeiro, não fornecia resolução.

Nesse contexto, a situação dos imigrantes haitianos foi tratada na plenária do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) que, em colegiado, aprovou a Resolução Normativa nº 97/2012 que *dispõe sobre a concessão do visto permanente, previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980*, a nacionais do Haiti. O texto desse instrumento teve por objetivo facilitar a retirada de visto na embaixada brasileira do Haiti e posteriormente de outros países, evitando os riscos das rotas terrestres nas quais muitos haitianos já haviam se aventurado.

Após a publicação do documento o número de haitianos que se dirigiam ao Brasil manteve-se crescente, a possibilidade de prorrogação prevista no artigo 4º da RN nº 97/12 foi acionada nos anos consecutivos e viabilizou quatro outras resoluções que alteraram a validação desse documento em função da demanda ainda existente.

Segundo Oliveira (2017), o número de haitianos que entraram no Brasil entre 2010 e 2016 manteve-se positivo e crescente. Ao analisar as entradas e saídas desses imigrantes do território brasileiro, através do Sistema de Tráfego Internacional da Polícia Federal, o autor apresenta um saldo positivo de 74.408 haitianos no território nacional. Essa dinâmica crescente da mobilidade haitiana conduz ao questionamento das razões dessa imigração.

A compreensão da mobilidade haitiana para o Brasil pode ser realizada a partir da interface entre indivíduo e estrutura. Os estudos migratórios têm desenvolvido teorias que se dedicam a explicar a causa da mobilidade humana, ora se baseiam em fatores macroestruturais, ora se baseiam em fatores microestruturais e, mais recentemente, os fatores mesoestruturais têm sido colocados como fundamentais para a compreensão desse fenômeno (FAIST, 2010).

No âmbito macroestrutural a análise leva em consideração fatores da estrutura global, da sociedade de destino e da sociedade de origem; o microestrutural reside sobre as escolhas individuais; e o nível mesoestrutural está entre o indivíduo e as estruturas mais amplas, procura analisar o impacto das relações mantidas pelo indivíduo no processo migratório (ibidem). Os três níveis de análise precisam ser considerados tanto na origem quanto no destino. A seguir, apresentamos o quadro explicativo sobre o conteúdo desses três níveis de análise baseado no material elaborado por Faist (2010).

Quadro 1. Três níveis da análise migratória

MACRO:	MESO:	MICRO:
Estrutural	Relacional	Individual
<p>Os fatores estão relacionados com a estrutura no âmbito:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Político (regulação da mobilidade espacial, repressão política, conflitos, etc), - Econômico (diferenças salariais, acesso ao emprego), - Cultural (normas e discursos dominantes, etc), - Demográfico e ecológico (crescimento populacional, fertilidade do solo, nível tecnológico, etc) 	<p>Os fatores estão associados a relações sociais que podem ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Laços Sociais - Laços fortes (familiares e parente), - Laços fracos (redes de imigrantes em potencial, imigrantes que já realizaram o projeto migratório e os demais que ficam) - Laços simbólicos (organizações étnicas e religiosas). - Capital Social - Recursos disponíveis aos imigrantes por meio da participação em coletivos e redes de laços fracos, fortes ou simbólicos. 	<p>Os fatores estão associados aos graus de liberdade do indivíduo baseados em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valores individuais (objetivos, preferências e expectativas) - Recursos individuais (capital financeiro, capital humano, capital político)

Fonte: Adaptado de FAIST (2010). Tradução nossa.

A partir do quadro de análise das migrações, consideramos que a mobilidade dos haitianos para o Brasil e sua subsequente intensificação ocorreu a partir da interação de fatores localizados em três níveis.

No âmbito macroestrutural, encontram-se:

a) fatores políticos: a liderança da missão de paz no Haiti, sustentada pela aspiração brasileira em lograr assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, associada ao interesse do Brasil em afirmar a liderança no continente latino-americano (BRACEY, 2011; AUDEBERT, 2017) e a aprovação da RN nº 97/2012;

b) Fatores econômicos: apesar da crise que afetou o mundo em 2008, o Brasil gozava de uma situação econômica equilibrada e os grandes eventos que seriam

promovidos no país (copa do mundo e jogos olímpicos) impulsionaram certos setores do mercado de trabalho;

c) Fatores demográficos e ecológicos: na contramão do cenário positivo brasileiro, o terremoto de 2010 no Haiti agravou, ainda mais, as condições de vida naquele território;

d) Fatores culturais: o Haiti possui uma história marcada por emigração e possui uma diáspora reconhecidamente presente em vários países, atenção especial dada aos Estados Unidos nesse quesito (AUDEBERT, 2011; HANDERSON, 2015). Além disso, os imigrantes haitianos com os quais tivemos contato reconhecem tal cultura, presentes não somente na história, mas ainda no imaginário dos haitianos. *“Haitiano tem um mito na cabeça dele, o mito é: se viajar vai ter uma vida melhor, entendeu?”*, explicava um dos participantes no grupo focal, sintetizando a causa de sua vinda para o Brasil.

O âmbito microestrutural diz respeito aos anseios particulares, ao capital humano e financeiro do indivíduo. A princípio, identifica-se o desejo de alcançar um futuro melhor face àquele que o Haiti pode lhes oferecer. Esse desejo por uma vida melhor foi expresso frequentemente entre os entrevistados.

Ademais, Audebert (2017) observa que a presença brasileira no Haiti criou uma imagem favorável do Brasil entre essa população e a “abertura do Brasil para os haitianos”, como foi manifestado por alguns dos participantes da pesquisa, pesou na escolha do destino. Esse “incentivo” para entrar no país encontrou respaldo na fala do, então, presidente Lula que, em solidariedade ao povo haitiano, declarou apoio humanitário. (COTINGUIBA, 2014; SILVA, 2012).

O capital humano de imigração está associado ao conhecimento sobre o processo de imigração para o país de destino e às experiências e habilidades que poderão propiciar essa entrada. O capital financeiro remete aos fundos necessários para arcar com os custos da viagem em direção ao destino desejado (PAUL, 2011).

O nível de análise mesoestrutural pode ser dedicado principalmente para a compreensão da expansão desse fluxo. O capital social (de imigração) repousa sobre as informações e assistências recebidas através das conexões sociais, a fim de reduzir os custos e riscos do projeto. Nessa perspectiva, os imigrantes anteriores bem-sucedidos em alcançar determinado país têm um papel importante em fornecer tal capital para os indivíduos que aspiram ao mesmo destino (PAUL, 2011. p. 1860 - 1862). Esse capital é compartilhado e a cada novo imigrante a rota percorrida torna-se menos complicada,

seja em função dessas informações, seja porque se forma uma rede de acolhida em determinados percursos.

Para o caso dos haitianos no Brasil, consideramos ainda que o uso recorrente das principais rotas e das estratégias para uma permanência regular no Brasil, associados às redes de acolhida, gerou uma pressão sobre o Estado, que desencadeou a publicação da RN nº 97/12. Tal pressão obteve resultado positivo, pois condizia com a política de Estado que procurava afirmar o país enquanto líder político na região latino-americana. O aumento significativo na entrada dos haitianos após a publicação desse documento (de 2012 para 2013) é um dado que corrobora esta afirmação.

Assim, as análises no nível mesoestrutural dedicam-se principalmente à compreensão da permanência de determinados fluxos nesse sentido e, dado o contexto global de políticas migratórias cada vez mais restritivas, observamos que a flexibilização do Estado Brasileiro para entrada e estadia regular exerceu influência no direcionamento de parte dos imigrantes haitianos que entraram no Brasil, sobretudo no período em que se observou crescimento significativo desse fluxo.

A análise no nível relacional (mesoestrutural) apresenta alguns fatores explicativos para a evolução dessa mobilidade que compete aos imigrantes que chegaram em anos posteriores, ou seja, na sequência dos fluxos inaugurais, e não daria conta de compreender o ingresso dos primeiros haitianos no território brasileiro. Sobre esse grupo, as pesquisas de Cotinguiba (2014) e Handerson (2015) acenam para a necessidade de passagem pelo território nacional, guiada pela pretensão de alcançar países como a Guiana Francesa e o Suriname, ou seja, o Brasil inicialmente compunha uma rota terrestre para a entrada em destinos já conhecidos pela comunidade haitiana no exterior.

Assim, não havendo causa única para explicar a mobilidade haitiana para o Brasil, atentamos para a combinação entre os fatores estruturais, relacionais e individuais (FAIST, 2010). Em escala global, observamos, ainda, que esse fenômeno compõe o emergente movimento de migrações sul-sul.

1.4. Reflexões finais do Capítulo

O Haiti se insere no conjunto de países onde a migração internacional é componente crucial de sua história, como verificado na região caribenha, e se destaca

dentre um conjunto de países por possuir uma história peculiar diante das demais colônias do novo mundo.

No entanto, refêem de uma *história única* (ADICHIE, 2009), ou seja, marginalizado dentro de uma narrativa universal do mundo, o silenciamento e isolamento desse país, desde sua revolução (FERRER, 2012), mostra como ele foi abandonado à própria sorte, sendo em alguns momentos de sua história vítima de novas formas de colonização. Os países algozes desta época foram “anistiados” e atualmente se isentam de qualquer responsabilidade frente ao Haiti, qualquer esforço por parte deles em fornecer assistência vincula-se antes à caridade que à obrigação.

Internamente, a alternância de poder e sua respectiva formação de elite durante os anos pós-revolução - fundadas na herança colonial - são elementos para a compreensão do Haiti contemporâneo. Após a Revolução Haitiana, Rosa (2006) observa que os grandes líderes que sucederam Toussaint L’Overture não tiveram sucesso em estabelecer uma autonomia econômica, social e política no Haiti. As atitudes dessas lideranças foram embasadas no passado colonial, pelo qual foi mantido um ideal de hierarquia, em que os franceses, ainda que expulsos, se mantiveram enquanto superiores, cultural e socialmente, no imaginário da sociedade haitiana - de modo que os processos de dominação no Haiti permaneceram arraigados ao colonialismo e ao racismo (ibidem).

O país manteve sua hierarquia baseada no colonialismo simbólico, em que os afrancesados, majoritariamente mulatos, detinham o poder. Essa ideologia teve chances de ser alterada no governo Duvalier, que enunciava um discurso dedicado ao fortalecimento da população negra. Entretanto, durante o período de seu governo, as discussões que poderiam combater os alicerces do racismo e do colonialismo não foram pautadas, resultando numa ordem política exercida por meio da violência do Estado. Esse processo agravou ainda mais as desigualdades sociais naquele país “entre analfabetos e letrados; entre a capital, Porto Príncipe, e os demais departamentos; entre o idioma francês e o kreyòl e entre o vodu e o catolicismo/protestantismo” (ROSA, 2006. p. 10).

O Haiti não chegou a constituir propriamente uma burguesia nacional, no seu sentido clássico, em termos de consciência de classe, circulação de capital e geração de emprego e renda. [...] Ademais, a precarização das condições de trabalho tornou o país vulnerável aos investidores estrangeiros que reproduzem a versão perversa do capitalismo: baixíssimos salários e/ou provocação de uma forte imigração. (ROSA, 2006. p. 14)

Rosa (2006) argumenta que, enquanto a elite político-econômica esteve voltada para o autoenriquecimento, a elite intelectual tornou-se diaspórica, em função de perseguições políticas e falta de mercado, enquanto a sociedade civil esteve reprimida ou manipulada. Nesse sentido, a busca por equilíbrio e unidade social foi afetada, tendo como consequência um cenário de ampla desigualdade em aspectos raciais, de gênero e educacionais, no qual a expectativa de mobilidade social tornou-se factível somente para além das fronteiras estatais.

Associados às questões raciais, políticas, econômicas, religiosas e mais recentemente climáticas, o país enfrentou grandes eventos que ocasionaram a formação do *décimo departamento*¹³. Isto é, uma parcela da diáspora haitiana que chegou a ser tão significativa ao ponto de se ocupar de aproximadamente $\frac{1}{4}$ do produto interno bruto, através do envio de remessas.

O capítulo teve o objetivo de recuperar os principais aspectos da história do Haiti, tendo em vista que os movimentos migratórios dos haitianos mantêm relação direta com os eventos que ocorreram nesse país. As estruturas econômicas, sociais, políticas e ambientais abaladas, cada uma ao seu tempo, contribuíram para um crescente processo de emigração no Haiti.

Diante disso, observaremos no capítulo seguinte como os processos vivenciados no país de origem podem afetar o estabelecimento do imigrante numa nova sociedade e objetivamos compreender quais outras dimensões, além do *background* do país de origem, são relevantes para analisar a inserção do imigrante nesse novo contexto.

¹³ A expressão em francês “Dixième département”, segundo Audebert (2011, p. 2), foi utilizada oficialmente pelo presidente Aristides, em seu primeiro mandato (1990), representando o reconhecimento das autoridades sobre o conjunto expressivo de nacionais haitianos que viviam fora do país. Segundo Handerson (2015), a expressão foi cunhada por George Anglade, geógrafo haitiano, “para designar o conjunto dos haitianos que residiam no exterior, mas até então, no Haiti não existia geográfica e juridicamente um décimo departamento, era uma questão simbólica e uma estratégia política que contava com o apoio associativo, político e financeiro dos haitianos residentes no exterior, particularmente, Estados Unidos, França e Canadá” (p. 346).

2. ‘MAPEANDO AS MARGENS’: A intersecção das categorias que recaem sobre os haitianos ao chegarem ao Brasil

A pesquisa que realizamos teve como objeto de análise o imigrante, todavia, dada a variedade de nacionalidades, acreditamos que a categoria imigrante não é suficiente para compreender os entraves com os quais a população haitiana se depara no intuito de se estabelecer no país.

Nesse sentido utilizamos o conceito de interseccionalidade para compreender as relações do imigrante haitiano com a sociedade de destino, a partir das intersecções que fazem as características, passíveis de discriminação, nas quais os imigrantes haitianos estão circunscritos ao entrarem no Brasil.

2.1. Compreensão da abordagem interseccional

O conceito de interseccionalidade foi cunhado em 1994 por Kimberle Crenshaw. A autora aborda situações de discriminação que entrelaçam dois ou mais marcadores sociais da diferença. Esta perspectiva observa que os indivíduos não estão necessariamente associados a um único grupo; antes, há a sobreposição de vários grupos aos quais essas pessoas possam pertencer (CRENSHAW, 2002).

Crenshaw (2004), ao analisar as categorias de raça e gênero, observou a existência de um ponto cego quando essas categorias se entrecruzavam. O caso da empresa General Motors é emblemático para trazer luz a esta questão de forma que ela se torne compreensível. Suscintamente, as mulheres negras não eram contratadas pela empresa em questão e alegavam, frente ao tribunal estadunidense, que sofriam discriminação de raça e gênero. O tribunal deliberou que não havia embasamento para a ação, pois a General Motors oferecia empregos para negros e para mulheres.

Contudo, Crenshaw (2004) observou que as áreas nas quais as pessoas negras eram empregadas (linha de montagem) absorviam mão de obra masculina, enquanto que naquelas onde as mulheres comumente operavam (serviços de escritório) eram disponibilizadas vagas exclusivamente para mulheres brancas. Nesse contexto, Crenshaw percebeu que para tal tribunal a discriminação racial estava baseada na experiência do homem negro e a discriminação de gênero fundamentada na experiência da mulher branca. A partir desse raciocínio, infere-se que as mulheres negras são suficientemente similares a homens negros e mulheres brancas e, portanto, podem ser

por eles representadas - todavia são demasiadamente diferentes para representar tanto negros ou mulheres como um todo (CHO; CRENSHAW; MCCALL, 2013).

Crenshaw (2002) analisa esse episódio se servindo da analogia ao trânsito de uma grande cidade, onde os eixos de poder (raça, etnia, gênero, classe, etc.) são representados pelas grandes avenidas que se entrecruzam, e os grupos marcados por essas categorias discriminatórias estariam localizadas na intersecção dessas avenidas, sendo atingidos por um intenso tráfego de várias direções simultaneamente.

Assim, a interseccionalidade é compreendida enquanto uma perspectiva teórica que analisa os efeitos estruturais a partir da interação entre dois ou mais eixos da subordinação (categorias discriminatórias). Ela se ocupa da maneira pela qual os marcadores sociais da diferença criam desigualdades definidoras da posição dos indivíduos marcados por tais categorias discriminatórias (ibidem).

Essa abordagem tem raízes nos estudos e movimentos feministas que se ocupavam em defender um sujeito político no interior desse grupo (movimento feminista), de modo que fosse extensivo para todos os membros (todas as mulheres). Viveros Vigoya (2010) afirma que, dentro de uma mobilização política, os sujeitos tendem a reduzir suas identidades individuais ou coletivas para a construção do sujeito político de suas lutas, a fim de fortalecer e centralizar suas demandas. Nesse sentido, as primeiras lutas feministas basearam-se na experiência da mulher privilegiada pela classe e cor. Entretanto, essa pretensão universalista do feminino foi questionada por outras mulheres que sofriam de racismo ou heterossexismo. O sujeito político desse movimento não abarcava a experiência de mulheres que não desfrutavam dos mesmos privilégios (VIVEROS VIGOYA, 2010).

Segundo Viveros Vigoya (2010), posteriormente a corrente feminista *Black Feminism* procurou compreender como as opressões de raça, gênero e classe afetavam as mulheres negras estadunidenses, buscando dar visibilidade às realidades vivenciadas por essa minoria. Isso ocasionou a redefinição do sujeito político dentro do movimento feminista, a partir de associações com outros movimentos sociais.

Nesse contexto, a interseccionalidade foi criada como uma perspectiva que nos permite pensar em termos de invisibilidade interseccional: como dentro de um grupo mais abrangente algumas diferenças entre os membros podem ser marginalizadas e, por conseguinte, invisibilizadas (CRENSHAW, 2004).

Crenshaw (2002) ao adentrar no campo de invisibilidade interseccional, observa que esta se comporta de duas maneiras possíveis: ora sendo *superinclusiva*; ora sendo

subinclusiva. A superinclusão ocorre quando se acredita que a categoria “mais abrangente” é suficiente para a compreensão de um problema enfrentado por um subgrupo. Por exemplo, um problema enfrentado por um grupo específico de mulheres é considerado apenas um problema de gênero e não se consideram outros marcadores da diferença que possam ter incidido em determinado caso. O problema dessa superinclusão é que, ao tentar lidar com a problemática, não se considera outros fatores subordinados e, logo, qualquer esforço a fim de solucionar a problemática torna-se ineficaz. Em outras palavras, quando a compreensão de determinado caso é rasa, rasa também será qualquer tentativa de intervenção.

A subinclusão, em paralelo, ocorre quando o grupo não considera as questões específicas de um subgrupo (dentro da mesma categoria), pois essas questões não são compartilhadas pelos atores dominantes deste grupo porque, dificilmente, afetam o universo desses atores e, dessa forma, não farão parte das questões de interesse do grupo (mais abrangente). Por exemplo, a dimensão de gênero em um determinado problema o torna invisível em uma abordagem racial, mas os problemas que afetam apenas os homens (negros) são percebidos como discriminação racial ainda que não afetem (diretamente) as mulheres. (ibidem. p. 175).

Nesse sentido Crenshaw (2002,) sintetiza apontando para o entendimento de que:

nas abordagens *subinclusivas* da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto que, em abordagens *superinclusivas*, a própria diferença é invisível (Ibidem, p. 176).

Viveros Vigoya (2010) evidencia, a partir do trabalho de Angela Davis no livro “Classe, Gênero e Raça”, que a dominação tem uma formação histórica e as relações sociais estão diretamente associadas às experiências concretas que podem ser vivenciadas de múltiplas maneiras. Nesta obra, por exemplo, Viveros Vigoya (2010) destaca que o homem escravizado não dispõe das características atribuídas ao homem branco sendo, então, considerado um ator paradoxal, pois os atributos de sua virilidade são subvalorizados. Assim, não se sustenta que a dominação masculina negra ocorra da mesma maneira que a dominação masculina branca. Ademais, na hierarquia dessas masculinidades, aos homens negros foram associadas características estigmatizantes, com o intuito de oprimi-los. A mulher escravizada, segundo Viveros Vigoya (2010), também é considerada um ator paradoxal, pois, ao trabalhar da mesma maneira

(mesmos esforços) que o homem escravizado construiu um grau de autonomia que a opressão de gênero não permitia.

Outra reflexão suscitada por Viveros Vigoya (2010), acerca da interseccionalidade, pretende compreender as relações sociais como construções simultâneas em diferentes aspectos (classe, gênero e raça, etc.) e em diferentes configurações históricas. A autora entende que os indivíduos são concebidos a partir da intersecção de várias relações sociais (gênero, raça, classe, etc). No entanto, há casos em que são reduzidos a uma identidade particular, seja em mobilização política, como apontado anteriormente, ou em situações humilhantes onde suas identidades são reduzidas a um estereótipo ou uma expressão estigmatizada de sua identidade, e é neste contexto que se ressalta o potencial político da interseccionalidade.

Segundo Piscitelli (2008), as abordagens que se baseiam na interseccionalidade apresentam elementos importantes para captar a construção de sujeitos na nova ordem global. Entretanto, a autora afirma que a perspectiva interseccional comete um erro ao fundir a ideia de diferença com desigualdade (ibidem, p. 267), e questiona se a diferença relaciona-se sempre com opressão ou se poderia ela ser pensada em termos de diversidade.

A este respeito, observa-se que a interseccionalidade tem sido debatida em vários espaços, criando um campo de estudos interseccionais (*Intersectional Studies*), seja como paradigma teórico, intervenção política ou enquanto metodologia na aplicação de um modelo interseccional para investigação. O uso do conceito enquanto perspectiva teórica, metodológica e para implementação de políticas, ao longo dessas duas décadas desde sua inauguração, tem tornado suas capacidades mais compreensíveis e ainda ampliado o seu foco de origem enquanto ferramenta analítica para capturar outros contextos de dinâmica de poder (CHO, CRENSHAW, MCCALL, 2013).

Cho, Crenshaw e Mccall (2013) observam que o uso da interseccionalidade tem servido para auxiliar as análises entre igualdade e desigualdade em várias disciplinas, porém não consideram razoáveis estudos que concebem a abordagem enquanto uma preocupação superficial com a diferença. Além disso, consideram que a interseccionalidade não é um campo de estudos delimitado no qual se centraliza o feminismo negro, porque seu ponto de partida seria melhor definido enquanto “um espaço de investigação com foco na sobreposição e conflitos das dinâmicas de raça,

gênero, classe, sexualidade, nação entre outras desigualdades” (LYKKE *apud* CHO, CRENSHAW, MCCALL, 2013, p. 788).

As autoras afirmam que a interseccionalidade não está primeiramente preocupada com diferenças e subjetividades, antes está engajada (não somente, mas em primeiro lugar) com estruturas de desigualdade e sua relação com esses marcadores da diferença, e, portanto, está mais relacionada com as várias e rotineiras formas de dominação em um contexto específico. Com isso, revela-se como certos grupos são mais vulneráveis a abusos e a intervenções inadequadas, pois não são capturadas as intersecções entre certas categorias em um determinado contexto.

As autoras ainda declaram que, ao considerar a interseccionalidade “um problema de identidade antes que de poder, não é possível ver quais diferenças fazem a diferença”. Logo, são as análises das relações de poder que revelam quais diferenças carregam significado (*ibidem*, p. 798).

Ainda nesse aspecto, Choo e Ferree (2010) observam que, ao utilizar a interseccionalidade, alguns trabalhos convertem em diversidade o que seria desigualdade. Essa lógica contribui para uma reprodução dos padrões de normatividade (*ibidem*, p. 133), pois não utilizam a diferença para repensar a categoria dominante. Ao invés disso, a diferença aparece como um eufemismo para qualquer divergência da categoria dominante.

Desse modo, compreendemos que a presença dos imigrantes haitianos no Brasil pode ser melhor compreendida se observarmos a interação entre os eixos de subordinação em que eles se inscrevem. Não pretendemos nesta pesquisa indicar as características que possam definir esses imigrantes e categorizá-los enquanto um elemento diferente que diversifica a realidade brasileira. Tampouco pretendemos criar uma identidade deturpada ou mesmo fazer uma análise ineficiente da identidade haitiana. Interessa-nos compreender como esses imigrantes interagem com a sociedade brasileira a fim de se inserirem no mercado de trabalho. Destacaremos, portanto, as categorias em que estão circunscritos (os marcadores da diferença que acompanham sua estadia no Brasil) e como o encontro dessas os situam em uma encruzilhada, sendo este um local de vulnerabilidade.

Reforçamos que esta pesquisa procura entender quais os entraves enfrentados pelos imigrantes haitianos para uma inserção no mercado de trabalho. Acreditamos que a perspectiva interseccional pode ajudar a entender como essas dificuldades se relacionam com o que são os haitianos no Brasil.

2.2. De estrangeiro a imigrante: considerações para compreensão do haitiano entre nós

Procuramos, doravante, compreender a categoria estrangeiro na qual o haitiano se instala dada a sua nacionalidade e o contexto de referência que é o Brasil. Em seguida, e receosos da superinclusão que pode ser manifestada, adentramos em diferenças que existem na presença do estrangeiro entre nós.

2.2.1. O outro entre nós

A categoria ‘estrangeiro’ protagonizou alguns trabalhos de relevância, os quais apresentam um ponto de similitude. O poema de Baudelaire (ver ANEXO 2), cujo título é a categoria aqui analisada, aponta para uma recusa da ordem social e, ainda, uma recusa da ordem afetiva. Observa-se que na prosa os valores morais e sociais reconhecidos por um todo social são ao estrangeiro, que passa por um interrogatório de seus valores, indiferentes. Sendo, portanto, um indivíduo difícil de compreender, tido como enigmático e excêntrico. Sua relação ocorre com aquilo que não é palpável e que se movimenta.

A obra de Albert Camus que carrega o mesmo título¹⁴ levanta também características que são comumente atribuídas ao estrangeiro. O personagem principal de seu livro acusado por “não jogar o jogo” é, portanto, situado enquanto marginal na sociedade em que vive. A indiferença do personagem provoca esta sociedade, que por consequência se sente ameaçada, como o próprio Albert Camus define o enredo ao longo do prefácio de uma edição estadunidense de 1995¹⁵.

A indiferença e o não enquadramento são aspectos atribuídos à figura do estrangeiro, pois este não compartilha (voluntária ou involuntariamente) do quadro de valores de um novo grupo (SHÜTZ, 2010). Essa percepção ocorre, pois o novo grupo utiliza como referência o seu próprio quadro de valores e, uma vez que o estrangeiro

¹⁴ A obra ‘o estrangeiro’, de Albert Camus, narra a história de um personagem que possui uma vida simples e recebe notícia do falecimento de sua mãe, fato que não lhe comove. Posteriormente se envolve com uma mulher de seu local de trabalho, torna-se mais próximo de seu vizinho e por fim comete assassinato de um homem árabe em uma praia, num dia de calor.

¹⁵ O prefácio a esta edição pode ser encontrado no seguinte link: http://wdb.sad17.k12.me.us/teachers/bburns/com/documents/literature/lit_includes/stranger_introINCL.htm

não corresponda a este quadro, lhe resta então ser definido pela negação (RICOEUR, 2006) desse conjunto de referências compartilhadas no interior do novo grupo. Vejamos a elucidação de Alfred Shütz sobre a figura do estrangeiro, pois elabora seu entendimento deste fenômeno de maneira detalhada, a partir do qual, agregaremos outras contribuições que complexificam e atualizam a ideia de estrangeiro.

Alfred Shütz (2010), ao elaborar sua compreensão sobre a figura do estrangeiro, o faz descrevendo, inicialmente, a situação do novo grupo anteriormente à aproximação do estrangeiro. Dessa forma explicita que, no interior deste novo grupo, o indivíduo (membro) organiza o conhecimento do mundo social em função da relevância que terá para suas ações, de forma que o enfoque é dado àquilo que está ao seu alcance, não se aprofundando em todos os elementos.

Esse sistema de conhecimento apresenta-se para os membros com uma aparente coerência, consistência e clareza, que são suficientes para que haja compreensão entre eles (entender e ser entendido). Shütz (2010) define esse sistema como uma receita confiável para a interpretação do mundo e para o controle da ordem. Para alcançar um resultado, é necessário seguir conforme as indicações e uma vez que as indicações são seguidas os resultados alcançados estarão correlacionados. E, nessa repetição herdada e perpetuada, substitui-se o inquestionável pelo “auto-explicativo”.

Depois de explicar esse mecanismo, que ele define como “pensar habitual” ou “concepção relativamente natural do mundo”, Shütz (2010) passa a identificar a figura do estrangeiro. Este, enquanto recém-chegado, não partilha das suposições que sustentam o pensar habitual do novo grupo. Ele (o estrangeiro) questiona então aquilo que era “auto-explicativo” para os membros do grupo do qual ele intenciona se aproximar. Ele não compartilha do padrão cultural deste grupo, que foi formado por uma forte tradição histórica, e, ainda que tenha acesso a ela (história), não é dela parte integrante, o que lhe impossibilita compartilhar do passado desse grupo, sendo qualificado por este como um indivíduo sem história.

Shütz (2010), no entanto, observa que o estrangeiro se mantém associado ao padrão cultural de seu grupo de origem, no qual se baseia para sua concepção relativamente natural do mundo e interpreta este novo ambiente social com base no ‘pensar natural’ do seu grupo de origem. Ou seja, ele observa o novo grupo através do esquema de referência que ele traz consigo, ainda que com o tempo se revele inadequado.

Nesse sentido, o esquema de orientação do novo grupo precisa ser decifrado nos termos do grupo de origem, onde seja possível encontrar equivalentes interpretativos de determinados termos. Uma vez que esses equivalentes existam, eles são entendidos e memorizados através de sua recorrência, todavia, sem ter certeza de que essa tradução coincide de fato com termo em sua origem. Para a adoção do esquema cultural do novo grupo como esquema de sua própria expressão, o estrangeiro precisará acumular um conhecimento da função interpretativa desse novo esquema (SHÜTZ, 2010).

Dessa situação, na qual Shütz (2010) identifica o estrangeiro, são ressaltadas duas características: a objetividade e a lealdade duvidosa. A objetividade é o produto da difícil experiência de não desfrutar completamente do ‘pensar natural’, o que ameaça a concepção relativamente natural do mundo. E a dúvida sobre sua lealdade é despertada quando percebe-se que o estrangeiro não está disposto a abdicar completamente da sua cultura de origem. E, uma vez que não reconheça o novo padrão cultural como abrigo (e sim como labirinto), é acusado de ingrato em relação ao grupo que o recebe (ibidem).

Para o autor, nossa interpretação do mundo baseia-se no processo de estranheza e familiaridade. Frente ao desconhecido, um processo de indagação é despertado - tentamos alcançar o significado daquilo que não é conhecido. Nosso sistema geral de interpretação do mundo vai se modificando até que o não conhecido ganhe compatibilidade com outros fatos de nossa existência e seus significados, de forma que o desconhecido transforma-se em mais um elemento de nosso conhecimento.

O processo de inserção pelo qual passa o recém-chegado segue este princípio geral de interpretação do mundo. Assim, aproximar-se do novo grupo é um processo de indagação contínuo de seu padrão cultural (ibidem). Denominado “ajuste social” por Shütz e, segundo ele, quando tal processo é bem-sucedido, o novo padrão cultural e seus demais elementos tornar-se-ão naturais para o estrangeiro, um abrigo e, por consequência, ele deixará de ser estrangeiro.

Simmel (2005) corrobora com algumas contribuições de Shütz, postulando que a posição do estrangeiro num determinado espaço é definida pelo não pertencimento e suas características não se originam deste espaço. Para Simmel (2005), a relação que se tem com o espaço é a condição e também o símbolo das relações entre os seres humanos. Nesse sentido, identifica o estrangeiro enquanto não proprietário desse espaço (sentido físico e simbólico), e por consequência ele não compartilha das atrações e significados simbolizados no dia a dia das experiências.

Ademais, Simmel (2005) considera que a compreensão sociológica do estrangeiro representa a união do mover e do fixar-se. Há no estrangeiro a possibilidade de permanência, todavia ele não supera por completo o movimento de ir e vir. A este respeito, a contradição fundamental é representada, segundo Sayad (1998), pela ilusão coletiva de uma situação que não é nem provisória nem permanente, ou seja, um estado provisório que pode ser prolongado indefinidamente ou um estado duradouro que se vive com grande sentimento de provisoriedade.

A objetividade do estrangeiro, segundo Simmel (2005), ocorre em função da relação distancia/proximidade que ele vive. Para o estrangeiro, o próximo é o que está distante e o que lhe cerca possui distanciamento. Tal objetividade é apreendida pelo novo grupo como tendências unilaterais, podendo ser julgada enquanto insensibilidade do estrangeiro. Simmel (2005) declara que esta objetividade pode ser também uma espécie de liberdade. Ele (o estrangeiro) é mais objetivo e mais livre, pois não está preso às ações realizadas em função do costume, piedade ou antecedentes de dependência, como estariam os membros do novo grupo que compartilham os valores e o passado histórico. Expõe ainda situações em que este estrangeiro pode se aproximar ou distanciar dos demais membros do novo grupo.

O estrangeiro parece próximo, na medida em que a ele o outro da relação se iguala em termos de cidadania, ou em termos mais social, em função da profissão, criando laços internos entre as partes inter-relacionadas. O estrangeiro parece mais distante, por outro lado, na medida em que esta igualdade conecta apenas os dois da relação de forma abstrata e geral, não havendo assim laços de pertença (ibidem. p. 269).

Para Simmel, o estrangeiro é um elemento exterior e contrário ao grupo, não configurando, porém, um inimigo interno. Nessa perspectiva, Ricoeur (2006), ao analisar a condição do estrangeiro, observa que este não é definido por algo que ele seja em si mesmo. Antes se observa a construção deste através da negação daquilo que o *nós* venha a representar.

A compreensão do *nós* sobre *nossa* pertença a uma determinada comunidade nacional é alimentada por uma história baseada em costumes evidenciados na forma de viver, falar, trabalhar, comer, amar, alicerçados nas narrativas fundamentais para o estabelecimento de uma identidade coletiva (RICOEUR, 2006). Isto remete ao quadro de valores e esquema de orientação no mundo compartilhado no interior de um grupo do qual Shütz (2010) destacou a necessidade de tradução pelo estrangeiro, visto que os

esquemas de valores de grupos distintos não funcionam da mesma maneira e a crença de que assim deveria ocorrer leva à produção de mal entendidos e preconceitos (ibidem). Nesse contexto, Ricoeur (2006) argumenta que a compreensão do *nós* é alimentada pelo contraste com o estrangeiro, logo a categoria assume outro destino além daquele pressuposto por Shütz (2010) de ajuste social, o estrangeiro acaba por fornecer sentido à unidade nacional.

Esse contraste, delineado por Ricoeur, é percebido pelo conjunto de valores no qual destacamos a língua. Segundo Amado (2017), vários estudos analisam como o idioma está diretamente associado à integração da unidade nacional. Sendo assim, aprender uma nova língua é um processo complexo que tangencia a cultura, identidade e as relações sociais. O aprendizado de uma nova língua é a metáfora que Shütz (2010) utiliza para sua compreensão do estrangeiro, isto porque aprender uma nova língua, e por consequência uma nova cultura, significa o deslocamento para o interior de outras mentalidades, implica questionar as capacidades de interpretação do mundo até então adquiridas no grupo/língua de origem (BARBOSA; SÃO BERNARDO, 2017b) e, nesse aspecto, a língua será um meio para penetrar nessa nova sociedade.

Segundo Barbosa e São Bernardo (2017a), vários estudos apontam para o impacto positivo que o aprendizado da língua e cultura do país de destino exerce na inserção do imigrante numa nova sociedade. Ricoeur (2006), ao falar da hospitalidade que se pode oferecer ao ‘estrangeiro entre nós’, enfatiza que tal hospitalidade, outrora vinculada a necessidades básicas de alojamento e alimentação, deve se estender à conversação - ao diálogo -, pois acredita que é a partir da igualdade desse aspecto que se é possível igualizar as condições e reduzir a dissimetria entre o membro e o estrangeiro.

Além disso, Ricoeur (2006) estabelece três figuras do ‘estrangeiro entre nós’: ele é primeiramente um visitante voluntário; em segundo lugar pode ser o trabalhador imigrante que mais ou menos a contragosto reside entre nós; e em terceiro lugar o refugiado que pede asilo.

O estrangeiro como visitante é uma figura pacífica, podendo ser o turista que circula livremente. Essa condição agradável, segundo Ricoeur (2006), está enraizada no projeto de paz perpétua e de hospitalidade universal argumentado por Kant e manifesta-se no direito de visita.

O estrangeiro como imigrante é evidenciado na condição de trabalhador estrangeiro - considerado um visitante forçado, o trabalho determina essa categoria.

Diferentemente da anterior, trata-se agora do ciclo da necessidade e não mais da liberdade.

O estrangeiro enquanto refugiado é concebido pelo direito à proteção, relacionado ao surgimento do dever de acolhimento em certos países. Ricoeur (2006) observa que o movimento de migração forçada eclodido em virtude dos acontecimentos das últimas décadas tem levado a uma deturpação do direito à proteção, em que os Estados procuram antes se proteger dos fluxos de migrações forçadas que proteger os refugiados das causas de sua emigração.

Sayad (1998), como Ricoeur (2006), acredita que há diferentes tipos de estrangeiros. Ambos indicam que essa presença externa pode ser considerada uma ameaça à ordem social. O nacional (o pertencente) existe a partir da ideia que se tem do não-nacional (não pertencente). Assim, aprofundar-se no que distingue o primeiro do segundo grupo implica considerar ideias de base - “o que não deve ser pensado para poder existir” (SAYAD, 1998, p.274), interrogar-se sobre a gênese social e histórica dessas representações - para o sustento da ordem nacional.

Se olharmos por esta ótica, segundo Sayad (1998), o fato nacional possui uma relação estreita com o fato da imigração. Nesse contexto Sayad (1998) aponta para cumplicidade e a dissimulação desse fato com a finalidade de manutenção dessa ordem nacional; em conformidade, Ricoeur (2006) verifica que, a despeito do projeto de paz perpétua e hospitalidade, qualquer ação em benefício desse estrangeiro toma uma posição tímida perto da satisfação legítima de pertencer a uma comunidade nacional.

Sayad (1998), ao analisar a imigração argelina para a França, elabora sua compreensão sobre o estrangeiro da qual surge sua diferenciação entre este e o imigrante. O estrangeiro se mantém enquanto tal para além da relação de fronteiras (quando visto pelo outro), ao passo que o imigrante é um estrangeiro até as fronteiras.

O antagonismo, a partir de uma perspectiva jurídica, seria dissolvido pelo tempo de estadia. Enquanto o estrangeiro está apenas de passagem - muitas vezes identificado como turista- o imigrante está - provisoriamente - por mais tempo que aquele. Entretanto, Sayad (1998) argumenta que não é só juridicamente que essa situação é observada, antes ela é compreendida através da relação desigual entre os países nos âmbitos político, econômico e cultural, o que permitiria a divisão do mundo em dois polos, nos quais, de um lado estariam os países dominantes (econômica e politicamente) e do outro, os países dominados. Os países dominantes produziriam apenas *estrangeiros* e os países dominados *imigrantes*. O autor considera que, mesmo que um estrangeiro

oriundo de um país dominante esteja imigrando permanentemente para outro país, ainda seria considerado ‘estrangeiro’.

O imigrante traz consigo a marca de status atribuída ao seu país em escala global. O imigrante é, então, um indivíduo e, também, seu país. Sayad (1998) indica que a origem dessa mobilidade criadora do imigrante era econômica e, portanto, a definição de imigrante era a de trabalhador temporário. Consequentemente, a imigração seria um estado provisório no qual o trabalho se fazia responsável por dar vida ao imigrante. Enquadrados em empregos em que não se requeria qualificação, os imigrantes foram e são socialmente definidos sem esta suposta qualificação.

Fruto da divisão internacional do trabalho, essa relação de desigualdade também é constatada nas interações cujos atores são os indivíduos, ou seja, não havendo igualdade de condições e não dispondo das mesmas possibilidades de escolha, os indivíduos instalam-se em classes diferenciadas. A perspectiva weberiana de classe refere-se a todo grupo que está na mesma *situação de classe*. Isto é, quando o “grupo em questão possui em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, que por sua vez essa oportunidade está determinada: pela presença/ausência de um volume e tipo de poder, pela posse de bens ou habilidades passíveis de gerar rendimentos”. (WEBER *apud* DUTRA, 2012, p. 153).

A divisão internacional do trabalho retoma a época em que as metrópoles eram beneficiadas em desfavor das colônias. Nesse âmbito, Quijano (2000) evidencia o uso desleal das características adscritas dos indivíduos para legitimização de poder. As diferenças raciais entre colonos e colonizados fundamentava a dominação, e essa noção hierarquizada de raça serviu para alimentar a divisão internacional do trabalho que, posteriormente, contribuiu para a noção inferiorizada de raça, criando um processo retroalimentado.

Nesse sentido, a dominação se apoia, entre outras coisas, sobre um processo de estigmatização em que determinados atores e/ ou instituições evidenciam características de outros indivíduos com a finalidade de lhes inferiorizar. Segundo Goffman (1981), estigma é um atributo profundamente depreciativo, e entende que:

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: Construimos uma teoria do estigma; uma

ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças. (GOFFMAN, 1981, p. 8).

Assim, uma característica assume o valor negativo que lhe é conferido durante uma interação, tornando-se um estigma que possui a habilidade de contaminação, ou seja, todos aqueles que compartilham determinada característica serão descreditados em função desse atributo estigmatizado (REA; TRIPIER, 2008).

2.2.2 O contexto brasileiro

No que se refere à imigração, o contexto brasileiro apresenta certas particularidades que precisam ser evidenciadas. O imigrante, sobretudo na época posterior à abolição da escravatura, representava o agente civilizador. O projeto imigrantista brasileiro compactuava com a hierarquia das raças e cooperou para a entrada dos imigrantes considerados ‘aptos’ no Brasil.

De acordo com o Memorial [Kalkmann e Koeller] a iminência do fim do tráfico representa séria ameaça à lavoura, já comprometida por um regime escravista cujo capital reverte para a compra de escravos, sendo urgente a “substituição do braço cativo por braços livres”. O capital investido no tráfico poderia ser usado positivamente, para chamar a imigração branca livre e industriosa, que daria ao país cidadãos exemplares, e ao imperador súditos fiéis”. (SEYFERTH, 2002. p. 123)

O documento mencionado refere-se ao período que antecedeu a abolição, como explica Seyferth, este memorial demonstrava o interesse por estrangeiros europeus na formação de empresas particulares. No entanto, essa mobilidade não ocorria de forma espontânea e, longe de ser indesejável, sua presença era financiada pelo governo brasileiro, tendo em vista que a mão de obra africana havia sido desqualificada.

Em resumo, a vigência do regime escravista faz da África apenas um lugar de negros bárbaros e não de imigrantes potenciais. Nesse sentido, não precisavam estar situados no debate sobre imigração. O esforço classificatório dirigiu-se para a nomeação das virtudes e defeitos de cada nacionalidade européia, em função do interesse maior: o imigrante agricultor. Eram hierarquias de brancos pautados por habilidades agrícolas, nas quais o

fator “raça” não aparece como limitação, e que adentram o século XX. Nas classificações imperam os atributos usualmente associados ao campesinato, incluindo a adjetivação da submissão: o bom colono deve ter amor ao trabalho e à família e respeito às autoridades, além de ser sóbrio, perseverante, morigerado, resignado, habilidoso, etc. Alemães e italianos são as nacionalidades mais frequentemente situadas no topo da hierarquia dos desejáveis “bons agricultores” (SEYFERTH, 2002. p. 120).

O processo de imigração e colonização, este posteriormente substituído pela República, estavam entrelaçados. A preocupação recaía sobre a constituição do perfil do nacional brasileiro fundamentado no processo de assimilação. Segundo Seyferth (2002), a perspectiva etnológica de Silvio Romero era bastante influente nas primeiras décadas do Brasil República, na qual “a história do Brasil é uma história de mestiçagem, explicada pelos cruzamentos de três raças, duas das quais classificadas por critérios de inferioridade biológica e cultural (negros e índios)”.

O peso atribuído à imigração branca na construção da nação tem sua contrapartida na legislação e na estatística: a promulgação da lei que impôs restrições à imigração asiática e africana em 1890 (atenuadas em 1907), e os altos índices de europeus (principalmente italianos) admitidos no primeiro decênio após a abolição, em grande parte direcionados para São Paulo. Apesar do pessimismo com a situação racial brasileira manifestado por algumas figuras notáveis nos meios científicos – caso de Nina Rodrigues –, a crença no ideal de branqueamento vicejou impulsionada, inclusive pela antropologia, através do trabalho sobre a mestiçagem escrito por João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional (SEYFERTH, 2002. p. 132).

O ideal de branqueamento esteve explícito na adoção do sistema de cotas na imigração para o Brasil. Segundo a qual seguia uma lógica das ciências da raça onde a orientação era voltada para o perfil branco, visto que cada estrangeiro era um possível elemento do “enclaudramento” racial. Nesse aspecto, o aumento estatístico da imigração europeia configurava uma espécie de “vantagem seletiva” que permitia o crescimento da população branca no Brasil (SEYFERTH, 2002).

Como observado, a imigração foi um dos pilares para a formação do país. A proposta de “embranquecimento”, segundo Guimarães (1995, p. 39), significava a “capacidade da nação brasileira para a absorção e integração dos negros e mestiços” na

qual a presença integral do negro ou indígena era concebida enquanto antinacional. Esta nação era concebida enquanto uma nova raça ligada à civilização europeia.

Nascida como um projeto elitista e não como resultados de lutas populares, a nacionalidade não estendeu o imaginário da cidadania a todos os brasileiros. Ao contrário, o imaginário elitista da nacionalidade aspirou — nas suas versões mais liberais — a uma raça mestiça que incorporasse negros e índios. Por isso, Peter Wade (1993, p. 3) tem razão quando diz que os pretos e os índios são incorporados mais "como candidatos potenciais à miscigenação" que como cidadãos plenos. (ibidem. p.41)

Essa procura por cidadania implicava o consentimento dos grupos não brancos em abdicar de sua herança (inclusive fenotípica) africana ou indígena, pois eram considerados elementos de inferioridade e explicativos da condição precária dos negros, assim como da condição servil de escravidão. Este modo de pensar foi sustentado pela doutrina liberal do século XIX, que justificava a situação de pobreza inerente à inferioridade do pobre e que no Brasil reverberou sobre a questão racial, legitimando a marginalização dos negros e mestiços no âmbito político, social e cultural (ibidem).

As distâncias sociais foram compreendidas inicialmente enquanto fruto das diferenças de renda e educação, no entanto o fator racial marcava essas desigualdades, o que configurou um mecanismo contraditório de cidadania que, por um lado é para todos e por outro lado, na prática, nem todos a alcançam. Guimarães (1995) traz como exemplo o direito ao voto, que ficou restrito aos alfabetizados até 1988. Até esse período a maior parte da população analfabeta era composta de perfis negros e mestiços.

Nesse aspecto, Silva (2016) mostra que essa desigualdade social, racialmente marcada, foi justificada inúmeras vezes pela proximidade temporal que existia em relação à escravidão. Esta seria dissolvida pelo tempo, visto que se tratava de um aspecto social e não racial, haja vista a suposta convivência cordial entre os diferentes indivíduos evocada e reforçada no mito da democracia racial. Argumentos desse teor, segundo Silva (2016), configuravam manobras para encobrir e ignorar a história de crueldade da população escravizada que se converteu em desigualdade para seus descendentes.

O racismo no Brasil, ao longo dos séculos, tem criado estratégias para manter os negros/as à margem dos direitos devidos indistintamente a cada cidadã e cidadão, sobretudo àqueles que se reconhecem [e são reconhecidos enquanto] descendentes de africanos. (SILVA, 2016. p. 25)

Segundo Cuti (2010) a discriminação racial se baseia na suposta inferioridade de certas raças e na suposta superioridade de outras, lógica promovida desde o período colonial que repercute no presente, mantida pela convivência da maioria.

[...] assim só existe racismo porque tem gente que pratica a discriminação racial e gente que é conivente com essa prática porque acredita que os povos ladrões de outros povos são congenitamente superiores. (Ibidem. p.2)

Sobre os desdobramentos dessa prática nos dias de hoje, e de acordo com o Conselho de Direitos Humanos da ONU, mais da metade da população brasileira é negra (considerando pretos e pardos), no entanto a taxa de desemprego é 50% maior se comparado ao grupo de brancos. De maneira geral, o salário da população branca é aproximadamente o dobro daquele recebido pela população negra (ONU, 2014). Conforme observado, a marginalização dos perfis não brancos, nesse contexto, impactou suas chances de mobilidade social, contribuindo para a manutenção de negros e pardos em classes econômicas desfavoráveis e com baixa incidência nas classes médias (HANDERSON, 2010).

Os estudos raciais suscitados, sobretudo, pelo debate da implementação de políticas de ação afirmativa apontam para um cenário que ratifica tal disparidade. Identificou-se um baixo contingente de profissionais negros em funções de prestígio ou mesmo em classes privilegiadas, constatando que os fatores raciais configuram impeditivos para uma mobilidade ascendente (HANDERSON, 2010). Inclusive, a negação do racismo é vista enquanto uma barreira, pois apoiadas no mito da democracia racial, as discriminações baseadas na etnicidade e cor da pele são invisibilizadas (ONU, 2014). Cuti (2010) considera que a prática da sociedade em omitir situações de opressão promove a continuidade dessas situações, ademais ele considera que entre aqueles, vítimas do racismo, o tema é doloroso, “lembrar que ele [o racismo] pode nos surpreender na próxima esquina dói mais ainda” (ibidem, p. 8).

Retomando os aspectos migratórios da análise, a legislação brasileira não possui atualmente critérios raciais para entrada no país, no entanto, observa-se a entrada de uma população imigrante composta por africanos ou afrodescendentes que correm o risco de experienciar discriminação múltipla em função de sua ascendência africana e de seu status migratório (ONU, 2014). Nesse sentido, não é possível desconsiderar o impacto que essas políticas tiveram para a formação da sociedade brasileira.

Cabe sublinhar que, na seara das migrações contemporâneas, a aversão que se possa ter em relação a um nacional de outro país é comumente identificado como xenofobia, e não está necessariamente vinculada a critérios raciais, mas recai também sobre o conjunto de valores e crenças que o estrangeiro carrega de seu grupo de origem. Seyferth (2002) identifica, por exemplo, como os imigrantes alemães foram considerados uma ameaça em um determinado período da história do Brasil, pois se mantinham em grupos e não se esforçavam em partilhar da proposta de assimilação difundida pelo país.

A partir dessas considerações concernentes à figura do não nacional no Brasil, procuramos, a seguir, identificar as atuais circunstâncias das quais o haitiano emerge para, posteriormente, assumir a figura do “estrangeiro entre nós”.

2.2.3 O haitiano “entre nós”

Ao mencionar o haitiano “entre nós”, objetivamos identificar este indivíduo fora de seu país e não necessariamente no Brasil. Recorremos às informações gerais que se tem sobre o Haiti para situar seu nacional, visto que, como abordado anteriormente, o estrangeiro, ao aproximar-se de uma nova sociedade, reflete a condição do seu lugar de origem (SAYAD, 1998). Mediante o exposto, retomamos alguns elementos da história haitiana a fim de atualizar e discutir características do Haiti contemporâneo.

O haitiano, enquanto nacional, vivencia um contexto em que a desigualdade de brancos e negros, no período colonial, foi substituída por uma lógica de discriminação racial entre negros e mulatos (ROSA, 2006). Devido às dificuldades que o país enfrentou nos últimos anos, o último censo foi aplicado em 2003 e atualmente existem aproximações referentes à situação demográfica que foi precarizada, sobretudo após o terremoto de 2010.

Considerado o país mais pobre das Américas, o Haiti apresenta um percentual (aproximado) de 59% de famílias que vivem em extrema pobreza - menos de 1,23 dólares por dia (OFPPRA, 2017). O país também aponta taxas altas de analfabetismo que, segundo Rosa (2006), seria um dos grandes problemas do país. O relatório da OFPPRA (2017) indica que, a cada dez haitianos três são analfabetos. A língua é um aspecto fundamental para compreender este cenário (HEBBLETHWAITE, 2012).

Sobre este aspecto, Hebblethwaite (2012) argumenta que, no período colonial, somente as famílias mais ricas possuíam condições de enviar seus filhos para uma

formação na metrópole, enquanto que entre a população escravizada a educação (colonial) era mediada pela tradição oral. Após a independência, as elites haitianas consideraram o francês como a língua capaz de intermediar as relações com outras nações a fim de contornar o isolamento, vinculando o creole a aspectos de incivilização da cultura dos ex-escravizados que simbolizariam inferioridade (ibidem, p. 259).

Segundo Hebblethwaite (2012), o período de ocupação dos Estados Unidos (1915 - 1934) despertou um movimento de intelectuais anti-imperialistas voltados para a valorização da cultura local, no entanto, foi a partir dos anos 1970 que se registrou um aumento de publicações em creole. E, somente em 1986, o idioma passou a ser reconhecido enquanto oficial (ROSA, 2006), sendo que atualmente menos de 10% da população domina a língua francesa (ROSA, 2006; HEBBLETHWAITE, 2012) que era, até então, considerada a única língua da nação. Ainda que reconhecido oficialmente e considerado o único idioma capaz de unificar o país (HEBBLETHWAITE, 2012), o creole encontra um lugar secundário na sociedade haitiana.

Sobre esse aspecto, o país é considerado pela sociolinguística uma sociedade diglósica (MARTÍNEZ; GOROVITZ, 2017). O termo refere-se à existência de duas ou mais línguas num mesmo espaço geográfico, onde se observa um tratamento diferenciado para o uso de uma dessas línguas. Não se trata simplesmente de uma situação de bilinguismo, numa sociedade diglósica as duas línguas se diferem quanto ao seu uso (ibidem). No caso do Haiti, a língua de prestígio é o francês, empregado em instituições públicas e meios de comunicação, enquanto que o creole fica restrito aos espaços mais particulares e informais.

Essa situação contribui para a reprodução de desigualdade social, limitando o acesso aos serviços para aqueles que não dominam o francês. Rosa (2006) observa que tal cenário constitui principalmente a realidade das mulheres haitianas, que são, de maneira geral, monolíngues. Posto que as mulheres só foram reconhecidas no Haiti como iguais aos homens (em seus direitos) através da constituição de 1986, elas acabam por constituir um grupo de vulnerabilidade mais acentuada (ibidem, p. 20).

A partir do entendimento que o estrangeiro numa nova sociedade inicia sua aproximação ao grupo novo, ou seja, sua instalação numa nova sociedade, fazendo uso dos costumes e valores do seu grupo de origem, Martínez e Gorovitz (2017) postulam que os nacionais de uma sociedade diglósica ao adentrar num novo país podem reproduzir o comportamento a que já estavam habituados. Isto é, se dominam a língua de prestígio desenvolverão uma atitude mais proativa em busca por informação, ao

passo que, aqueles que não dominam a língua prestigiada acabam por assumir uma atitude mais passiva e, conseqüentemente, reiteram a situação de marginalização que vivenciavam no país de origem.

A despeito dos baixos índices de educação, os estudos sobre o Haiti mostram que os seus profissionais qualificados encontram-se majoritariamente no exterior, cerca de 83% desse grupo (CEPAL, 2013). Entretanto, se a compreensão do país configura um parâmetro para identificar o estrangeiro entre nós (enquanto imigrante ou estrangeiro), o haitiano sofrerá uma qualificação no país de destino, ocasionando, sobretudo no tocante à entrada no mercado de trabalho, a *inconsistência de status*. Segundo Cavalcanti (2014), este fenômeno é recorrente na experiência do imigrante, o que significa dizer que este passa a exercer uma atividade laboral não correspondente à sua bagagem profissional e intelectual no país de destino.

2.3. A encruzilhada

A abordagem interseccional da entrada do indivíduo numa nova sociedade permite compreender a experiência do estrangeiro de forma a não invisibilizar processos que vão além da não nacionalidade. Desse modo, acreditamos que os trabalhos que procuram evidenciar as possíveis diferenças relativas à presença do “outro” entre nós reforçam a necessidade do cruzamento desse “outro” com os demais grupos aos quais ele possa pertencer.

Os trabalhos de Ricoeur (2006) e Sayad (1998) explanam sobre a presença do estrangeiro numa nova sociedade e apontam para compreensões divergentes do “outro”, baseadas no cruzamento com informações do seu lugar de origem e com a sua alocação no mercado de trabalho. Se, de maneira geral, os estrangeiros são considerados não pertencentes e provisórios, é a intersecção com outras categorias que influenciará na distinção do estrangeiro (se desejável ou indesejável).

As categorias referem-se aos eixos de poder em que uma localização desprestigiada confere certo grau de desigualdade, como ocorre nas categorias de gênero, raça, classe, nacionalidade, etc. Vale ressaltar que, o status de inferioridade é resultado de fundamentos simbólicos referentes ao outro e “as lógicas de dominação operam de maneira a criar fronteiras simbólicas capazes de colocar determinado indivíduo ou grupo de indivíduos à parte” (REA; TRIPIER, 2008, p. 59).

Acreditamos, então, que para melhor captar a experiência do haitiano no Brasil é fundamental entender que não se trata apenas de um não nacional - ele se inscreve em outros grupos que precisam ser ressaltados. Ora, a experiência de um não nacional lusófono, por exemplo, vai se distinguir daquela praticada por um não nacional anglófono, ainda que os dois possuam necessidades similares para inserção na sociedade brasileira. Nessa situação ilustrativa, o idioma é fundamental para compreender os processos particulares que marcarão suas vivências, tanto o idioma que o estrangeiro traz consigo como o praticado no país de destino. Dessa forma, ainda que não nacionais, a experiência do primeiro não corresponderá integralmente à experiência do segundo. Logo, a eventual dificuldade de adaptação não pode ser compreendida enquanto um problema raso do processo migratório (tempo para decifrar os valores da nova sociedade), visto que outros subfatores podem incidir sobre essa inserção.

Nesse contexto, procuramos sublinhar certas categorias que podem ocupar um lugar de subordinação no que concerne à realidade do haitiano no Brasil. A não nacionalidade, a situação do país de origem, o idioma (e o respectivo fenômeno de diglossia), o grupo étnico-racial, gênero e a qualificação profissional são relações simultâneas que se sobrepõem na realidade do haitiano. Nesse quadro, acreditamos que o entrecruzamento das categorias em que se inscrevem auxilia a compreensão dos entraves com os quais se deparam.

Ademais, evidenciamos que durante muito tempo falar de imigrante no país significava um tipo específico, ao qual o haitiano não corresponderia. Mesmo que extintos os requisitos raciais para imigração no país, há ainda uma desigualdade racial manifesta na construção das classes sociais no Brasil, em que os menos privilegiados são marcados racialmente, herança dos processos de embranquecimento e discriminação da população negra (HANDERSON, 2010; SILVA, 2016).

Sobre a relação dos aspectos raciais e a população imigrante, há estudos que indicam que - em sociedades racialmente marcadas - o indivíduo não branco pode encontrar níveis de desintegração que se aproximariam da condição de imigrante (HIRSCHMAN; KASINITZ; DEWIND, 1999). Não obstante, a entrada dos haitianos no Brasil não esbarrou em um cenário hostil a nível político, pelo contrário, houve solidariedade em relação à entrada no país, o que resultou numa política humanitária frente aos haitianos, conforme explicado no capítulo primeiro.

Isto posto, pretendemos contrastar a realidade do haitiano com aquela brasileira, visto que a inserção numa nova sociedade é uma via de mão dupla, que dependerá tanto

do empreendimento do indivíduo como, também, da nova sociedade. O nível de comprometimento desses atores vai impactar num cenário positivo ou negativo da inserção deste imigrante. Julgamos indispensável, nesse âmbito, atentar para a relação entre os imigrantes e as estruturas do país de instalação, considerando as situações diversas que os imigrantes ocupam (estruturas de desigualdades), a fim de se inserirem no mercado de trabalho (REA; TRIPIER, 2008. p.51).

No tocante às características individuais e o mercado de trabalho, Vilela, Collares e Noronha (2015), a partir de estudos que se dedicam à temática, apontam fatores que devem ser considerados para melhor compreender a condição do imigrante: o gênero assume importância, pois globalmente as mulheres encontram-se em pior situação econômica do que homens; o capital humano, visto que níveis educacionais mais altos, experiência profissional e o domínio da língua oficial podem contribuir para uma melhor posição no mercado de trabalho e por conseguinte melhores salários; o tempo de instalação no país de destino é relevante, dado que ao longo do tempo esse indivíduo apresentaria maior conhecimento da língua oficial e do funcionamento da sociedade e de seu mercado de trabalho. Entretanto, Vilela, Collares e Noronha (2015) ponderam através da crítica que:

[...] rejeita a hipótese de que as desvantagens dos imigrantes possam enfraquecer-se ao longo do tempo de residência no país de destino. Isso porque as desvantagens, segundo essa proposição, são baseadas ou no capital social do imigrante ou em práticas discriminatórias da sociedade hospedeira (ibidem, p.21).

Essa proposição se fundamenta pela concepção da assimilação segmentada, cujas contribuições apontam para a possibilidade de que a adaptação aconteceria em diferentes setores da sociedade e, portanto, certos imigrantes (seja por causa da cultura, raça, etc.) não integrariam a classe média dominante, mas seriam incorporados em classes racializadas e/ou menos favorecidas (PORTES; ZHOU, 1993, p. 82).

Outros fatores que Vilela, Collares e Noronha (2015) apontam são a distância geográfica e social. As autoras argumentam que quanto maior a distância entre destino e origem mais altos serão os custos para um retorno, o que agiria enquanto estímulo para investir numa melhor qualificação no país de residência, e por consequência alcançar um melhor posto no mercado de trabalho. E, a distância social refere-se às diferenças - culturais, de aparência física e *background* socioeconômico - entre a população local e

os imigrantes, que propiciariam discriminação no mercado de trabalho. As autoras sublinham, ainda, o aspecto religioso, promotor de estilos de vida variáveis, que pode reforçar esse distanciamento.

Quanto à religião, Marinucci (2012) demonstra que o apego às crenças religiosas no processo migratório ocorre, pois estas fornecem um apoio simbólico para o enfrentamento diário de uma vida longe da terra natal, atuando como fonte de sentido para os indivíduos que compartilham determinada crença. A crença religiosa nesse contexto não pode ser considerada enquanto válvula de escape, pelo contrário, “a dimensão religiosa torna-se uma preciosa ferramenta de reinterpretação da realidade, na tentativa de conciliar o presente e o passado, num complexo e sofrido processo de ‘negociação identitária’.” (ibidem, p. 8).

Mediante o exposto, reforçamos que a perspectiva interseccional, empregada nesta pesquisa, não é utilizada para definir a identidade haitiana. No entanto, ao adentrar a sociedade brasileira, há a necessidade de “mapear as margens” em que essa população possa se anexar. Desse modo, julgamos necessário o entrecruzamento desses marcadores da diferença relativos à situação do estrangeiro, imigrante, de origem haitiana, (majoritariamente) negro, falante do creole, de uma sociedade diglósica, de maneira a dar visibilidade à sua peculiaridade enquanto não nacional no processo de inserção laboral no país.

Por fim, a encruzilhada seria o ponto onde os caminhos se encontram, onde as vias se tocam e podemos refletir sobre as intersecções possíveis, uma vez que a noção de encruzilhada nos faz substituir “ou” por “e”, permitindo que esses encontros não se anulem (DOS ANJOS, 2006; SANTANA JR, 2017).

2.4 Reflexões Finais do capítulo

O capítulo apresentou, a partir de uma perspectiva interseccional, as categorias que cruzam a presença dos imigrantes haitianos no Brasil, uma vez que essa perspectiva oferece suporte para a análise de relações sociais onde há a sobreposição de desigualdades (CHO; CRENSHAW; MCCALL, 2013). É certo que essas desigualdades emanam das diferenças que existem entre os indivíduos, as quais são utilizadas – por grupos dominantes – arbitrariamente para criar fronteiras simbólicas que legitimam uma hierarquia social (REA; TRIPIER, 2008). Porém, não afirmamos que este seja o destino único das diferenças, para as quais observamos dois outros cenários.

Em primeiro lugar, as diferenças entre os indivíduos não vão incorrer em desigualdade na totalidade dos casos e, em segundo lugar, o indivíduo marcado por uma característica estigmatizante não, necessariamente, assumirá uma postura de resignação e subordinação.

Acerca do primeiro cenário, há propostas em que as diferenças coexistem promovendo um contexto de diversidade, como, por exemplo, as sociedades consideradas multiculturalista tal e qual o Canadá (CAVALCANTI; SIMOES, 2013), onde se procura assegurar a diversidade cultural entre os componentes do corpo social. No entanto, segundo Hirschman, Kasinitz e Dewind (1999), é necessário enfatizar que, a celebração dessas diversidades e do pluralismo cultural será bem empregada dentro de uma sociedade onde não exista uma ampla diferença econômica marcada pela etnicidade, ou ainda, onde não existam barreiras étnicas para a mobilidade geográfica e social. Do contrário, esse reconhecimento de culturas étnicas múltiplas pode abrir precedente para uma fragmentação social.

Quanto ao segundo cenário, ou seja, sobre a resposta do indivíduo frente a uma estrutura de dominação, frisamos a capacidade de agência do imigrante que lhe permite contornar as coações impostas pela estrutura. Algumas pesquisas apontam para a capacidade de agência dos indivíduos imigrantes como preponderante na definição de seus projetos migratórios (PAUL, 2011). Esse tipo de abordagem contribui para o reconhecimento/empoderamento dessa população e permite não só pensar o imigrante como gerador de mudanças como, também, a imigração como um fato social promotor de mudanças e não somente como consequência de um evento social anterior, visto que a mobilidade humana é um aspecto fundamental para entender a sociedade contemporânea (CASTLES, 2012).

Ademais, cabe ressaltar que, a perspectiva na qual nos apoiamos para compreensão do fenômeno aqui abordado surge a partir dos estudos de gênero, nesse âmbito salientamos que este aspecto não foi desprezado. Assim, ainda que o trabalho de campo não tenha focado a experiência feminina, a análise dos resultados visou notabilizar a variável marcada e aquela camuflada, ou seja, experiências femininas e masculinas que encontramos nos dados levantados.

Consideramos, portanto, que a junção desta com as demais categorias anunciadas são fundamentais para abordar a inserção do imigrante na estrutura produtiva brasileira. Não restringindo os projetos migratórios à questão laboral e ciente de que a necessidade de trabalho perpassa inúmeros desses projetos, Cavalcanti (2014)

argumenta que a observação do mercado de trabalho é fundamental para compreender a posição social que o imigrante ocupará na sociedade brasileira.

Castel (1998) apresenta de forma consoante, em *As metamorfoses da questão social*, elementos que permitem reforçar este argumento. Ao analisar a instabilidade laboral, o autor observa a relação entre o mercado de trabalho e a integração do indivíduo na sociedade - para ele, a degradação do percurso laboral contribuiria para a desfiliação do indivíduo numa sociedade.

Em vista disso, e para os propósitos desta pesquisa, interessa perceber como a análise do mercado de trabalho pode evidenciar repercussões em outras esferas da sociabilidade. Desse modo, o olhar sobre a inserção dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho contribui para uma compreensão mais ampla de sua inserção na sociedade brasileira.

3. DESDOBRAMENTOS DA PRESENÇA HAITIANA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Nos primeiros anos em que se registrou a entrada de haitianos no país, o Brasil estava se preparando para grandes eventos. Em Brasília, havia grandes obras em andamento, como a construção de um novo terminal no aeroporto Juscelino Kubitschek e ainda a reforma do estádio Mané Garrincha. Em 2010, o mercado de trabalho formal registrava uma presença ínfima de haitianos empregados no Brasil, enquanto que em 2014 esta nacionalidade passou a ser a mais contratada dentre os estrangeiros no Brasil. (CAVALCANTI et al, 2015). Posteriormente, no ano de 2015/2016, o Brasil presenciou o maior encolhimento do PIB desde 1990, segundo os dados do IBGE (*apud* CAVALCANTI; TONHATI, 2017). Diante desse cenário, pretendemos neste capítulo analisar os desdobramentos da presença haitiana no contexto brasileiro a partir dos dados coletados pela pesquisa qualitativa e quantitativa.

3.1. Ditos e não ditos – Considerações sobre a entrada dos haitianos no Brasil

A nossa proposta de investigação residiu em conhecer os desdobramentos da presença dos haitianos no Brasil. Esse interesse não é exclusivo da academia, uma vez que, como propõe Sayad (1998, p.11), a imigração (de maneira geral) consiste em um fato social total, o que significa dizer que se refere à sociedade como um todo. Nesse contexto, os haitianos, que compõem o nosso objeto de estudo, não assumem um posicionamento passivo de grupo observado; antes, percebemos que o conhecimento sobre a condição dessa população no Brasil desperta o interesse daqueles que colaboraram com a pesquisa, o que muitas vezes se mostrou como motivação para participar do campo.

Já que nós somos considerados imigrantes neste país, tem informações importantes que eles devem saber, como por exemplo, como estamos vivendo neste país. Não é só o Brasil que tem que saber, [...] é o mundo inteiro que tem que saber como os haitianos estão vivendo no Brasil, já que em menos de 4 anos, tem uma quantidade significativa de haitianos que deixaram o país deles para virem para o Brasil, eles precisam saber. (Eltius, grupo focal)

A fala de Eltius¹⁶ apresenta a necessidade de dar visibilidade para a situação dos haitianos no Brasil. Como mencionado, a presença desta população tem alcançado números relevantes no país, o que o permitiu constatar a iminência de se abordar a temática.

Eltius é um jovem haitiano. Na época que o procuramos, tinha dois empregos, fazia faculdade à noite e participava também de uma associação de haitianos no Distrito Federal. Ele já possuía um nível relevante de português e procurava ajudar outros haitianos nesse aspecto. Ele compartilhou seu receio em conceder entrevistas, dada a maneira como alguns jornalistas se apropriavam dessas falas¹⁷. Relatou ainda um caso de um estadunidense que se convidou para participar de uma reunião da associação e, quando lá esteve, queria entrevistar a todos, ocasião que, segundo Eltius, os deixou bastante ofendidos.

Entendemos seu posicionamento. E assim mantivemos algumas conversas no horário de almoço, intervalo que ele tinha entre o primeiro e o segundo emprego. Por fim, Eltius concordou em participar do grupo focal, como reforçado em sua fala, porque *têm informações importantes que precisamos saber*.

De fato, como mostra a tabela 1, os haitianos conformam a nacionalidade que se destaca no território brasileiro.

Tabela 1. Entrada e saídas de estrangeiros do território brasileiro nos pontos de fronteira, segundo principais países de nacionalidade - Brasil, 2010 – 2016.

¹⁶ Os nomes aqui mencionados são fictícios para preservar a identidade daqueles que contribuíram com a pesquisa.

¹⁷ Ver *Considerações do campo e metodologia* na Introdução.

Entrada e saídas de estrangeiros do território brasileiro nos pontos de fronteira, segundo principais países de nacionalidade - Brasil, 2010 - 2016			
Origem	Total		Saldo
	Entrada	Saída	
Total	8.104.343	8.007.878	96.465
HAITI	95.691	21.283	74.408
ARGENTINA	1.818.101	1.794.627	23.474
CHINA	329.234	318.759	10.475
FRANÇA	380.059	370.140	9.919
MÉXICO	211.721	203.012	8.709
CHILE	251.425	242.871	8.554
ALEMANHA	418.574	411.686	6.888
REINO UNIDO	251.051	245.129	5.922
COLÔMBIA	226.741	220.845	5.896
JAPÃO	265.220	261.092	4.128
VENEZUELA	82.487	78.362	4.125
ESPANHA	364.648	361.201	3.447
URUGUAI	178.416	175.206	3.210
PAÍSES BAIXOS	127.356	124.315	3.041
FILIPINAS	64.372	61.745	2.627
PERU	164.045	163.228	817
PORTUGAL	485.069	489.970	-4.901
ITÁLIA	447.055	451.978	-4.923
ESTADOS UNIDOS	1.056.724	1.064.837	-8.113
BOLÍVIA	189.007	198.655	-9.648
PARAGUAI	697.347	748.937	-51.590

Fonte: Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema de Tráfego Internacional (STI) (OLIVEIRA, 2017, p. 46). Adaptação nossa.

Entre os anos de 2010 e 2016, a nacionalidade haitiana é aquela que apresenta o maior saldo, como observado na tabela 1. Isto significa que, entre os estrangeiros que entraram no país nesse período, os haitianos são os que mais permanecem. Por exemplo, os nacionais dos Estados Unidos apresentam um número superior de entrada, todavia a saída do território é igualmente alta. Assim, a população haitiana representa mais de 75% do saldo de estrangeiros encontrado em 2016.

A numerosa entrada de imigrantes haitianos no Brasil corresponde à entrada do Brasil no espaço migratório haitiano¹⁸, que tem se diversificado. A escolha por diferentes destinos ocorre em função das políticas restritivas das últimas décadas. A crescente presença de haitianos no país também tem sido estimulada pela entrada de outros compatriotas, que aqui vêm se estabelecendo e inspiram projetos de imigrantes

¹⁸ Ver tópico 1.3 *Principais destinos – Tendência e Diversificações*.

em potencial. Ademais, a entrada dos primeiros fluxos haitianos no país levou à flexibilização da política migratória brasileira (RN nº 97, ver Anexo 1) frente a estes imigrantes, influenciando no aumento significativo do ingresso de haitianos após a publicação do documento.

De modo geral, a mobilidade haitiana para o Brasil não apresenta causa única. Há uma combinação de fatores estruturais, relacionais e individuais (conforme apresentado no capítulo primeiro¹⁹) que se reforçam mutuamente. O questionamento sobre a motivação da entrada no Brasil aparece como uma constante no cotidiano dos haitianos, e a resposta oferecida é frequentemente associada ao terremoto de 2010. Acreditamos que em função do parágrafo único da RN nº 97/2012 (Ver Anexo II), no entanto, de maneira mais ampla, a procura por uma vida melhor é o que parece guiar seus projetos. Destacamos a fala de Gilbert, porque nela observamos outra possibilidade.

Tem grupos de brasileiros que sempre fazem essa pergunta, eles perguntam: “o que vocês têm para vir para o Brasil? (no sentido de “por que escolheram o Brasil?”)”. Haitiano vem para o Brasil porque é difícil viajar para outro país a partir do Haiti. Se você vê que tem muitos haitianos entrando aqui é porque tem uma facilidade para entrar. Não posso jogar fora o meu país, entendeu? Vim para cá para passar um tempo e pedir visto para um país melhor do que o Brasil. (Gilbert, Grupo Focal)

Em seguida, Eltius o repreende, dizendo:

“Sim, mas se a gente continuar a falar assim, eles vão fechar”. (Eltius, Grupo Focal)

Observamos, a partir da fala de Gilbert, o reconhecimento das políticas restritivas em outros países, e ainda ciência da flexibilização da política migratória brasileira diante da situação dos haitianos e seu impacto nos projetos migratórios particulares. Ademais, Gilbert considera a possibilidade de, através da sua estadia no Brasil, reemigrar para outro destino²⁰, fala que é advertida por Eltius. Sobre a advertência de Eltius, observamos que, a despeito de sua fala anterior, ou seja, sobre as

¹⁹ Ver tópico 1.3.4 *O Brasil como destino possível*.

²⁰ Essa intenção aponta para uma possível imigração feita passo a passo, ou *stepwise migration*, como abordada por Paul (2011). Este projeto, segundo Audebert (2011), demonstra o uso funcional que os imigrantes podem fazer dos países parte de seu espaço migratório, enquanto estratégia de sobrevivência e de ascensão social.

informações que precisam ser do conhecimento de todos, existem assuntos que não devem ser tematizados. Sobre este silêncio, e ainda porque se trata de uma fonte oral, parafraseamos Niane (1982, p. 7): somente se expõe o que permite sua comunidade, pois todo conhecimento verdadeiro tem seus segredos.

Em razão disso, procuramos, na seção a seguir, abordar os ditos e não ditos observados no campo de pesquisa sobre o que importa saber sobre a situação dos haitianos no Brasil.

3.2. Percepções dos atores intermediários

Entrevistamos quinze pessoas. Dentre elas, dez nacionais do Haiti, sendo três mulheres e sete homens; os demais eram brasileiros que contribuíram com a pesquisa enquanto atores intermediários. Os atores intermediários, ou informantes-chave, são pessoas bem informadas ou com um conhecimento especial de uma determinada realidade, consideradas como uma porta de acesso do pesquisador ao universo pesquisado (BISOL, 2012).

No que concerne à imigração haitiana no Brasil, esses atores são considerados intermediários não somente do ponto de vista do pesquisador, mas também pelos imigrantes. No caso dos haitianos, esses atores são pessoas e instituições que estão presentes no cotidiano de suas vidas e que auxiliam seus respectivos estabelecimento e adaptação à sociedade brasileira. Eles estão alocados no nível mesoestrutural para compreensão da presença haitiana no Brasil (conforme abordado no capítulo primeiro),²¹ ou seja, encontram-se entre o indivíduo e as estruturas mais amplas.

As teorias que se dedicam a esse nível da análise “procuram explicar os mecanismos de informação e de inserção dos migrantes” (DUTRA, 2012, p. 37). Nessa seara destacam-se duas teorias: a teoria do capital social das migrações, que refere-se aos recursos adquiridos enquanto resultado do diferentes tipos de relações que o imigrante cultiva e que podem ser transformados em outras formas de capital, reduzindo ainda os eventuais riscos (econômicos, sociais e psicológicos) gerados pelo processo de imigração (MASSEY, 1999); e a teoria das redes, na qual os estudos pioneiros

²¹ Ver capítulo 1, tópico 1.3.4 *O Brasil como destino possível*.

analisaram a influência que as relações interpessoais dos imigrantes exercia sobre o acesso ao emprego no país de destino (PEDONE, 2003).

Identificamos o SINE (Sistema Nacional de Emprego) enquanto uma das principais agências que intermediam a relação empregador/ trabalhador. Por entendermos sua ligação direta com o mercado de trabalho, realizamos nessa instituição uma de nossas entrevistas. Após a terceira visita ao local, fomos atendidos pela gerente da agência, que não permitiu a gravação da entrevista e também não atuava no atendimento direto ao cidadão. A gerente informou que naquela agência havia uma funcionária que, “por acaso”, sempre realizava o atendimento a estrangeiros e a fez subir para participar da conversa. A atendente, chamada Alcione, trabalhava na agência desde o início de 2015 e Tatiana, a gerente, desde 2013. Segundo elas, o SINE dispõe de 17 agências espalhadas pelo Distrito Federal e cada uma tem seu gerente e encaminhamentos próprios. Assim, a experiência delas diz respeito somente a esta agência.

As entrevistadas informaram que o número de estrangeiros procurando o SINE havia aumentado a partir de fevereiro de 2015. No entanto, não existiam registros desse atendimento por nacionalidade, de forma que não puderam informar números exatos. Entre os grupos de estrangeiros mais atendidos estavam os haitianos, paquistaneses e bengalis. Informaram que, aproximadamente, cerca de 1 a 5 estrangeiros procuravam a agência por dia.

Sobre a estrutura da agência, a gerente informou que não havia atendimento especializado, que os atendentes não eram bilíngues, e Alcione tampouco o era. Como justificativa para ser ela a pessoa com maior número de atendimento a imigrantes, foi alegada maior paciência e simpatia para lidar com as barreiras linguísticas. Não existiam, na agência, informativos em outras línguas. Ademais, para a contratação de novos atendentes, não era exigida uma segunda língua, e não havia, na época, qualquer projeto com o objetivo de facilitar esse serviço. Alcione relatou uma situação em que o imigrante não sabia se expressar em português e a conversa entre ela e o estrangeiro foi intermediada por outro cliente da agência que se disponibilizou para tal serviço.

Segundo a informante, ao comentar a respeito da área profissional em que os imigrantes se concentravam, a procura não se direcionava a um tipo de vaga ou campo de atuação específico, mas se adequavam, em geral, a serviços de auxiliar de limpeza, depósito e linha de produção. E os salários variavam entre um salário mínimo e R\$ 1.000,00.

Alcione enxerga os haitianos como muito determinados, humildes, educados e organizados com relação a seus documentos. Observa que, depois que conseguiam empregos, os parentes chegavam aos poucos, e em geral os provenientes do Haiti obtinham trabalho mais rápido que os bengalis. Sobre as vagas que exigiam outras línguas, elas costumam ter como pré-requisito o ensino superior, de forma que este contingente não se adequava a estas vagas. Em relação às motivações dos empregadores, as entrevistadas recebiam uma espécie de exploração devido à falta de informação dos estrangeiros. Segundo elas, os imigrantes costumam fazer serviços que os brasileiros não se submetiam, dado o baixo salário.

Sobre a escolaridade, foi identificada uma dificuldade. Aparentemente, saem de uma situação de dificuldade e que, se nos compararmos com eles, vivemos muito bem. Disseram que eles querem apenas viver. Tinham em média o ensino fundamental, de incompleto a completo. Segundo as conversas que teve com alguns haitianos, observou que costumavam procurar a agência entre 3 a 4 meses após a entrada no Brasil.

Sobre situações de preconceito, Alcione já os havia questionado nesse sentido, e lhe disseram que nunca aconteceu, mas caso tenha acontecido eles não perceberam. A agência informa que não há retorno dos empregadores e tampouco dos empregados, eles não costumam voltar. As entrevistadas não acreditam que Brasília seja uma boa cidade para se conseguir empregos, a não ser que se tenha alta qualificação. Observam que o forte em Brasília é concurso público.

Como sugestão para facilitar o atendimento e a vida dos estrangeiros, elas sugeriram qualificar os funcionários. Informaram que há alguns meses foi ofertado um curso de atendimento a PNE (pessoas com necessidades especiais), e que algo voltado para os estrangeiros também poderia ser ofertado. Sugeriram ainda a oferta de cursos de português e outros profissionalizantes para a comunidade estrangeira.

A relevância da instituição é evidenciada, pois ela passa a compor a rede desses imigrantes na busca por emprego. Conforme relatado, a busca pela agência aumentou; inclusive, uma vez que os imigrantes são bem-sucedidos nessa missão, a instituição observa que outros compatriotas seguem os mesmos passos. Assim, o relato da entrevista realizada na agência do SINE apresenta alguns elementos que precisam ser considerados na inserção do imigrante no mercado de trabalho brasileiro. Por um lado, são apresentados fatores microestruturais, ou seja, associados ao indivíduo; e por outro, aqueles que se referem à estrutura (macro).

No nível individual, observamos os aspectos relacionados às habilidades e qualificações (dificuldade com a língua e escolaridade) e desconhecimento de informações práticas que auxiliem a inserção no local. Enquanto que, no nível macro, observamos fragilidades na estrutura (falta de registro desses atendimentos por nacionalidade, falta de informativos em outros idiomas, falta de pessoal qualificado para estabelecer uma comunicação eficiente, que ficará a cargo da potencial empatia de um funcionário), baixos salários das ocupações que lhe competem, incompatibilidade das vagas com o capital humano oferecido (os empregos que exigem o conhecimento de outras línguas demandam o nível superior, que não faz parte da realidade de muitos), suspeição de vantagens usufruídas por empregadores, visto que essa população não conhece plenamente os direitos que a ela estão disponíveis, além da falta de acompanhamento da relação empregador/trabalhador.

Esses aspectos não são observados somente na relação desta instituição com os imigrantes haitianos. Eles se estendem aos demais espaços que estes indivíduos frequentam. As falas do pastor Célio, por exemplo, reiteram parte do que foi encontrado na agência de trabalho. Célio é líder religioso em uma igreja evangélica localizada numa periferia do Distrito Federal, ao qual tivemos acesso por indicação de Jocelyne (falaremos mais à frente sobre sua experiência), haitiana que entrevistamos e que havia frequentado a igreja de Célio por algum tempo. Segundo o pastor, cerca de quinze haitianos frequentavam a igreja, no entanto, o número decrescia, pois essa população estava se transferindo para regiões onde o valor do aluguel fosse mais barato (caso de Jocelyne) ou ainda por passarem a residir no local de trabalho, quando empregados domésticos. Sobre as áreas de atuação, o pastor pontuou

A maioria dos irmãos daqui, eles trabalham em construção civil, jardinagem, construção civil, empregada doméstica, diarista e essas coisas. Então, através deles, por exemplo, temos um irmão, um evangelista vital, ele é profissional da área de construção civil e através dele, por indicação, ou outros irmãos, que nós solicitamos aqui, a gente pede que todo mundo tenha conhecimento em uma vaga ou na área de empregada doméstica, ou na área de construção, qualquer coisa. Porque nós nos preocupamos muito, para que os irmãos haitianos não fiquem desempregados, porque nós sabemos que eles necessitam de trabalhar, né? Já tem a dificuldade do idioma, tem dificuldade da adaptação e eles desempregados fica muito difícil a sobrevivência, né? (Pastor Celio, entrevista)

A instituição da qual o pastor Célio se ocupa constitui ainda aquela rede que auxilia os imigrantes na busca por emprego. O pastor enfatiza que alguns membros desempenham funções que os haitianos também podem se inserir, como é o caso da construção civil. Em seguida ele lamenta que, apesar dos esforços da comunidade religiosa, alguns enfrentam o desemprego

No caso do Ian [haitiano desempregado], o que trabalha em construção civil. É, eu acho que é a questão do desemprego de modo geral. Que hoje não está fácil conseguir emprego. Talvez ainda haja uma dificuldade maior porque eles são estrangeiros, né? Eu acho que não sei, eu acho que entre um brasileiro e um estrangeiro na mesma função, não tenho certeza disso, mas talvez os empresários ou os contratantes deem preferência a um brasileiro, porque eles estão inseridos na sociedade brasileira, já são daqui. E os outros, eles pensam na dificuldade de relacionamento com o brasileiro na firma, de não conhecer o tipo de trabalho que ele executa o trabalho. E a sua relação no idioma com os demais companheiros pode ser que atrapalhe o seu desempenho no seu trabalho. Eu não tenho certeza, mas talvez seja isso ou talvez seja por conta da dificuldade de emprego e no caso do Ian né, foi um caso que acontece com todo mundo. Que segundo ele, terminou o contrato, inclusive um outro irmão brasileiro, daqui da igreja, também trabalha com ele e ficaram desempregados. (Pastor Celio, entrevista)

A situação do desemprego é considerada pelo pastor em uma dimensão mais ampla, que afeta tanto brasileiros quanto estrangeiros. Nesse contexto, segundo o líder religioso, os imigrantes correm o risco de serem preteridos em função da sua condição de não pertencente que implica a falta de conhecimento do idioma, dificuldade de relacionamento com os brasileiros e ainda a falta de conhecimento da atividade. Observamos aqui que estas considerações feitas pelo pastor referem-se ainda à “concepção relativamente natural do mundo” ou “pensar habitual”²² (SHÜTZ, 2010) da nova sociedade ainda não traduzida pelo imigrante. Também a respeito da ocupação dos haitianos que havia conhecido, o pastor informa que, de maneira geral, atuam nos setores já mencionados, no entanto, a ocupação desses postos não representa, necessariamente, a formação de cada um dos ocupantes.

²² Ver tópico 2.2.1 *O outro entre nós*.

Eles estão nessa área de doméstica. [...] E construção civil. E não consegue emprego melhor que esse. Olha, nós tivemos aqui na igreja, congregando conosco, inclusive agrônomos. [...] Do Haiti. [...] pessoas que tinham terceiro grau, até completo, formação universitária. Né! [...] Nós tivemos aqui também, é, profissionais na área de costura, né, profissional mesmo. Haitiano que costurava, costura muito bem. Faz roupa, faz terno e tudo ali. (Pastor Celio, entrevista)

Dos perfis mencionados pelo pastor Célio, não foi possível obter conhecimento sobre a situação do profissional de agronomia, visto que visitou a instituição religiosa aproximadamente três vezes. O segundo, profissional da área de vestuário, havia trabalhado algum tempo em uma empresa de reformas, vaga alcançada com auxílio de um amigo da igreja, porém estava desempregado na época desta entrevista. Essa incompatibilidade de suas habilidades e a atividade desenvolvida foi mencionada ainda pelo professor Bruno. Este foi um dos atores intermediários que nos possibilitou participar das atividades do curso de português para estrangeiros²³.

[...] eles têm curso superior, a gente tem agrônomos, enfermeiro, advogado e tem analfabetos. [...], tem que validar o diploma. Esse é outro problema. Eles estão trabalhando em construção civil, então imagina as dificuldades, né, [...] não menosprezando o papel de limpar o chão, mas você vai se tornar faxineiro? É complexo, né. (Professor Bruno, entrevista)

O curso não estava aberto somente a haitianos, no entanto observamos a presença massiva desta nacionalidade. O professor Bruno e demais auxiliares procuravam compartilhar, além da língua, a cultura brasileira. Dessa maneira, à medida que o professor apresentava a sociedade brasileira (em seus mais diferentes aspectos e tentando, sobretudo, satisfazer as necessidades dos imigrantes que se concentravam no mercado de trabalho), os alunos apresentavam suas experiências ora vinculadas ao Haiti, ora vinculadas à estadia no Brasil. Nesse sentido, Bruno conseguia captar parte de suas experiências. Nesse contexto, aquela suspeição de obtenção de vantagens por parte dos empregadores, mencionada anteriormente pelas entrevistadas da agência de trabalho, encontra correspondência na fala do professor Bruno.

²³ Ver tópico *Considerações do campo e metodologia* na Introdução.

Pelo que eu percebo, eles são bem requisitados, acho que eles são muito coerentes, muito disciplinados. Então parece que as empresas gostam disso, não trazem problemas. Não sei se isso é positivo ou se isso é negativo. Mas o que a gente percebe é que eles falam que os patrões gostam deles. Mas também se precisar trabalhar até as três, eles trabalham. Se precisar até as cinco eles trabalham. Se precisar até as oito, eles trabalham. Não sei até que ponto, eu nunca... Eu não entrei nesse detalhe de questionamento. Mas me preocupa um pouco. (Professor Bruno, entrevista)

A fala de Bruno leva a questionar se a compreensão encontrada no trabalhador haitiano não tem se excedido para satisfazer demandas laborais encontradas no seu local de trabalho. Se assim o fosse, essa atitude compreensiva configuraria antes um comportamento defensivo e antecipado frente a qualquer acusação de “lealdade duvidosa²⁴” (SHÜTZ, 2010), isto é, ingratidão frente ao grupo que o recebe. Dada a pouca informação que encontram em sua língua e o não acompanhamento de instituições dessa relação empregador/trabalhador, pode-se considerar que existe uma margem para violação de seus direitos enquanto trabalhadores estrangeiros.

Sobre situações de discriminação, a agência de trabalho afirmou que, caso ocorresse, eles não percebiam. O Pastor Célio, apesar de ter insistido que nunca ouviu qualquer situação dessa natureza, conseguiu recuperar em sua memória um caso ao qual teve acesso pela televisão, ocorrido em Santa Catarina. O professor Bruno informou que abordava no espaço da aula questões de discriminação

Então aquelas questões, [raciais] a gente procura despertar isso neles, que aqui existe esse preconceito. Não podemos ficar falando: “Olha cuidado que vão olhar para você e tal”. Então, a gente abrande, mas não... A gente ameniza um pouco a situação. [...] “Tem discriminação? Tem.” isso a gente fala. A gente fala da questão homossexual, a questão da mulher, da violência doméstica. A gente aborda. (Professor Bruno, Entrevista)

Os temas trabalhados estão relacionados a questões de gênero e opção sexual, no entanto, no tocante a discriminações raciais, o entrevistado não esteve confortável para anunciar eventuais situações desta natureza, visto que Bruno os reconhece enquanto vítimas potenciais de racismo. Notamos uma atitude cautelosa e de prevenção, na qual a problemática não é evidenciada. Nesse contexto, Cuti (2010) argumenta que qualquer

²⁴ Ver tópico 2.2.1 *O outro entre nós*.

atitude que pretenda contribuir para a resolução de problemas sociais precisa ser posta à luz, isto é, evidenciada.

Questionados sobre o que poderia ser feito a fim de melhorar a situação dos haitianos, as entrevistadas do SINE sugeriram atividades direcionadas à qualificação da equipe local e para os imigrantes - diretamente, oferta de cursos de capacitação profissionalizante e de português. O professor Bruno também enfatizou o aprendizado do português. Atuando como voluntário no ensino de português para estrangeiros, Bruno considera que a política de governo, no que concerne ao acolhimento de imigrantes, precisa priorizar o aprendizado desta língua

Por parte do governo, criar um programa como esse [curso de língua e cultura brasileira]. Os nossos estudantes recebem uma bolsa. [...] Eu estou pagando para trabalhar, eu não preciso fazer isso. Então que se crie, que contrate pessoas para um trabalho como esse. [...] Porque os filhos agora estão vindo. As mulheres estão vindo e trazendo os filhos. Eles estão com sete ou oito anos, eles vão para a escola pública. Quem dá acompanhamento para essas crianças? Eles estão soltos dentro de uma sala. Claro que ele vai aprender português logo. Mas gente, tem que ter um acompanhamento, deveria ter uma política do governo para esses imigrantes de amparo, moradia. [...] Eu ouvi uma expressão muito interessante essa semana no meu departamento, um professor falou que um chefe perguntou para um diretor, foi alguma coisa assim: 'E se a gente preparar esse pessoal...' era sobre os empregados. 'e se a gente capacitar esse pessoal e eles forem embora?' Aí o presidente, ou o diretor respondeu 'o pior é a gente não preparar e eles ficarem na empresa né!'. Então tá aí, eu acho que a gente tem que prepará-los, eu acho que tem que dar um incentivo, um estímulo a essas empresas que estão acolhendo [...]. Então eu vejo que tem muita coisa para ser feita. Uma das políticas do governo, eu acho que deveria ter uma política pública de acolhimento deles, e esse acolhimento, uma língua. Oferecer... Não tem cursos, não tem CIL (Cento Interescolar de Línguas), cursos de inglês, de francês. Por que não tem o curso de português para eles se o fluxo é grande? (Professor Bruno, entrevista)

A importância do aprendizado da língua é ressaltada, visto que esta é o meio privilegiado para a inserção numa nova sociedade²⁵ (BARBOSA; SÃO BERNARDO, 2017b) e é por meio desse aprendizado que se pode contribuir para a diminuição das

²⁵ Ver tópico 2.2.1 *O outro entre nós*.

dissimetrias entre os nacionais e não nacionais (RICOEUR, 2006). As considerações do pastor Célio estão mais relacionadas com o acesso ao mercado de trabalho, visto que, segundo ele pontua, a situação de desemprego coloca o indivíduo numa situação vulnerável, possivelmente agravada quando este indivíduo é estrangeiro.

Então se fosse possível o Governo dar uma prioridade, não deixar nenhum haitiano desempregado. Eu não queria nem que o Governo desse aluguel e cesta básica para eles, eu queria que o Governo oferecesse dignidade para eles, emprego. Porque através do emprego eles poderiam trabalhar para pagar a sua alimentação, o seu aluguel. Porque eles se sentiriam honrados. É muito triste você ter conhecimento de que um brasileiro está desempregado, chefe de família. Muito pior é você saber que o irmão haitiano, um ser humano, com dificuldade de idioma, com dificuldade de interagir com brasileiros, está desempregado. Eles vão procurar quem? Então já que deu essa abertura para eles virem aqui para o Brasil, o Governo deveria, falo Governo de um modo geral, Governo Federal, Governo Distrital, Estadual, priorizar esse pessoal, mas proteger mesmo. (Pastor Célio, entrevista)

Observamos que, para Célio, o trabalho afeta as demais dimensões da vida do imigrante. Ele menciona ainda o fator ‘dignidade’, que será providenciado através de uma ocupação laboral. Se a posição no mercado de trabalho terá impacto na posição social do indivíduo na sociedade (CAVALCANTI, 2014), a não incidência neste mercado atuará como processo de desfiliação (CASTEL, 1998), no caso do imigrante (que é por definição não pertencente, conforme explicitado no capítulo segundo), terá peso negativo na tentativa de se estabelecer na sociedade brasileira. Na ótica de Sayad (1998), o trabalho é que dá vida (faz nascer) ao imigrante, logo, quando o trabalho termina, a existência desse provisório (o imigrante) o acompanha. Desse modo, um imigrante desempregado - que configura um paradoxo para Sayad - terá sua existência negada, ainda que presente fisicamente. O trabalho é entendido como constitutivo e orientador da vida do imigrante a ponto de um imigrante desempregado ser paradoxal. Ademais, a fala de Célio aponta para sobreposições de categorias que marcam a vida desses imigrantes, situação agravada por conta dos fatores que lhes acometem ao entrar no país, como ‘dificuldades no idioma e de interação’, que emergem da sua condição de não nacional.

Nas seções seguintes, procuramos abordar como reagem os elementos levantados pelos atores intermediários quando observados os dados do mercado de trabalho e as percepções dos haitianos sobre a instalação no país.

3.3. O Haitiano e o Mercado de Trabalho Brasileiro

A imigração haitiana não foi interpretada pelo governo brasileiro como laboral, antes esteve enquadrada em função de questões humanitárias. No entanto, entre as mais diversas possibilidades de se engajar no processo migratório, o trabalho tem sido uma das variáveis que perpassa boa parte desses projetos (CASTLES et al, 2001). Mais além, o trabalho tem sido identificado como um influente fator para a promoção da independência econômica e planejamento para o futuro (AGER; STRANG, 2008). Doravante, analisaremos quais os entraves enfrentados pelos haitianos ao procurar inserir-se no mercado de trabalho brasileiro.

3.3.1. “Não é válido!”: Contradições para o exercício dos direitos

*Eu toquei nesse assunto porque trabalho aqui é primordial, entendeu?
(Wesley, Grupo Focal)*

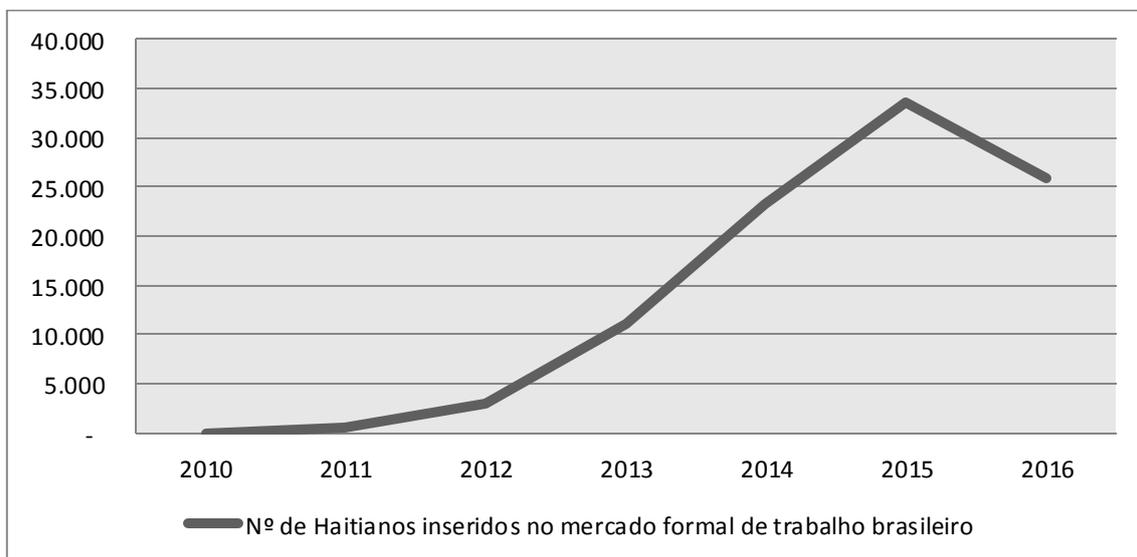
A fala de Wesley reafirma a importância da categoria. Wesley é um haitiano de 24 anos e chegou ao Brasil em 2013. Na época, estava empregado e trabalhava como entregador para uma empresa de móveis. Sua mãe e irmão também estavam no Brasil, outros irmãos e parentes ficaram no Haiti. Saiu do seu último emprego por que afetava o período noturno, então dedicado à conclusão do ensino médio no Brasil, via supletivo. Para ele, estar empregado é fundamental, e considera que o setor formal de trabalho - ou seja, com a carteira assinada - tem sido mais vantajoso por causa dos direitos que são garantidos.

O setor formal é mais fácil, por quê? Você nunca vai encontrar muito dinheiro mas é mais fácil. Porque quando a pessoa pega a sua carteira de trabalho, ela assina e faz o desconto, ela tem um valor para te dar por mês, você trabalha durante 10 dias e vai receber pelos dias trabalhados, pode ser 20 dias ou 6 meses, você vai receber os dias trabalhados com os descontos,

mas quando trabalha sem a carteira assinada, acho que não é uma vantagem, entendeu? Porque às vezes o cara foge, às vezes fica te devendo e se você se machuca no trabalho ninguém é responsável, porque o Estado não sabe se você está trabalhando, (...) muitos fogem.(...) Tem tanta gente que fala mal do trabalho informal que ninguém se interessa mais. (Wesley, Grupo Focal)

De acordo com a fala de Wesley, apesar dos descontos que são efetuados em seu salário, as vantagens do mercado formal de trabalho referem-se à certeza de que o pagamento será realizado e à responsabilização da empresa para com o empregado, por exemplo, num eventual acidente. Conforme apresentado, situações em que o empregador não cumpre com o pagamento do funcionário estão presentes nas narrativas de terceiros, o que influenciaria no desinteresse pelo setor informal. Observamos, entre 2010 e 2015, que o mercado formal de trabalho brasileiro absorveu continuamente a mão de obra haitiana, conforme apresentado no gráfico 1. Em 2011 esse fluxo não chegava a compor 1% da mão de obra estrangeira empregada no país, passando a representar um pouco mais de 25% de todos os estrangeiros empregados formalmente no país em 2015.

Gráfico 1. Haitianos inseridos no mercado formal de trabalho brasileiro, 2010 a 2016



Fonte: RAIS/MTb, concedido por OBMigra, confecção nossa.

Até o ano de 2015, esse crescimento é totalmente ascendente. O total de haitianos empregados em 2015 era de 33.507 indivíduos. Em 2016, podemos observar a

mudança de comportamento desta tendência, isto é, a redução dos números, ao compará-los com o ano anterior, 25.782.

Desse processo de inserção no mercado formal de trabalho, os imigrantes apontam algumas situações de contradição para efetivação de seus direitos no Brasil. Se, por um lado, eles recebem a carteira de trabalho, o que lhes permite trabalhar regularmente no país, por outro, tem sido exatamente a apresentação deste documento que configura uma dificuldade. Isto ocorre porque a carteira de trabalho de estrangeiros possui uma cor diferente daquela utilizada por brasileiros, e, quando apresentada em certos locais, a coloração distinta desperta a desconfiança dos empregadores

[...] não é bom ter a carteira de trabalho com outra cor diferente do que a dos brasileiros, as pessoas falam isso, elas não sabem que existe carteira de trabalho com outra cor, mesmo em português, falaram que é do Haiti. Você tem um CPF na mão, o fato da cor ser diferente, a pessoa já fala que o documento não é válido e tem que entregar outro. [...] Muitas vezes fui chamado, cheguei no trabalho e disseram para mim que esse documento não é válido, quando você tenta convencer a pessoa de que o documento foi dado pela polícia federal, e está assim porque é estrangeiro, que a diferença é a cor mas está registrado normalmente, às vezes a pessoa não acredita e quer que você entregue uma declaração da embaixada, da embaixada do Haiti aqui no Brasil, tudo isso é uma falta de informação sobre a imigração, até os brasileiros não sabem, aliás, até os que estão formados aqui não sabem disso, assim dificulta mais ainda a vida dos imigrantes no país. (Eltius, Grupo Focal)

Observamos, pela fala de Eltius, que essa diferenciação dos documentos atinge suas vidas de duas maneiras. Em primeiro lugar, reforça o seu lugar de 'não pertencentes' e em segundo lugar, inviabiliza o reconhecimento de seus direitos, visto que há informações sobre o trabalho do estrangeiro no Brasil que não são do conhecimento geral da população. Casos similares a este, ou seja, que apresentam contradições para o exercício de seus direitos, foram abordados no tocante ao documento provisório que haviam recebido.

Como abordado no capítulo primeiro, inicialmente os haitianos faziam uso da solicitação de refúgio, e assim, a princípio, o documento que confirmaria a sua situação regular no país consistia no *protocolo*. A precariedade deste documento (informações inseridas em papel sulfite, adicionada de carimbo oficial que valida o documento)

acentua qualquer desconfiança direcionada à figura do ‘outro’, como observado na fala de Wesley

Cheguei em um lugar, entreguei um documento, o protocolo, olharam para ele e disseram que não é válido, falei que isso foi dado para mim aqui e não é válido? Entreguei também o CPF, foi federal que deu. Pediram a identidade, falei que não tenho, a que eu tenho comigo vocês não vão entendê-la, e quando entreguei para eles, realmente não entenderam (identidade haitiana)... Eu falei, então vocês têm que considerar o que eu dei para vocês, entendeu? Falei, “você não respeita o seu país, porque está escrito federal no documento, se você não aceitá-lo aonde vou achar outro?” Isso também é um grande problema para um haitiano aqui. (Wesley, Grupo focal)

A situação do protocolo é, fazendo alusão à Sayad (1998), uma metáfora sobre a condição do imigrante, pois pelo direito define-se como provisório, no entanto, pela experiência, se torna duradouro. Os entrevistados que fizeram uso da solicitação de refúgio queixaram-se do longo tempo (em média dois anos) que passaram para receber um documento “não provisório”. Na realidade dos haitianos, a expectativa não recaía sobre a deliberação dos casos individuais de solicitação de refúgio, mas, sim, era aguardada a publicação de seus nomes pelo CNIg, com o respectivo número de protocolo que os habilitavam a uma situação regular de permanência através da aquisição do RNE (Registro Nacional de Estrangeiro). Os que chegaram com o visto desde o Haiti (ou outros países), propiciado pela RN nº 97/2012, tiveram maior celeridade para a obtenção deste documento.

3.3.2. “Você faz o que acha”: Sobre a inconsistência de status

Conforme observado nas falas dos atores intermediários, o trabalho é imperativo na realidade dos haitianos no Brasil. Ótica compartilhada igualmente por eles, como observado na fala de Wesley

[...] Quer dizer, chegando aqui tem que trabalhar, tem gente que sabia fazer comércio e ganhava bem, mas aqui não dá para fazer comércio e também não tinha uma profissão, e são obrigados a trabalhar no restaurante ou em outro lugar, estou falando de mulher, mas para o homem, a construção chega e pega. (Wesley, Grupo Focal)

A fala de Wesley apresenta a urgência de se exercer uma atividade, ainda que não seja aquela à qual eles estavam habituados no país de origem. Wesley elabora ainda uma diferenciação dos trabalhos que as mulheres podem exercer e como a construção civil é a alternativa mais acessada pelos homens haitianos.

Diante disso, observamos, a partir da tabela 2, uma presença acentuada da imigração masculina. Neste cenário, a presença feminina gira em torno de 20% do total da população haitiana no mercado de trabalho formal brasileiro. E no tocante às ocupações desses imigrantes no mercado formal de trabalho, o setor de *produção de bens e serviços industriais* concentrou 66,9%, em 2015, e 62,2%, em 2016, de toda a mão de obra haitiana empregada em cada um desses anos. A área de *vendas e comércio* é responsável por 24,5% e 27,4% dessa mão de obra, respectivamente, para os anos analisados.

Tabela 2. Haitianos com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo principais grupos ocupacionais, Brasil, 2015 – 2016.

Grupos ocupacionais	2015			2016		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	33.507	26.982	6.525	25.782	20.304	5.478
MEMBROS SUPERIORES DO PODER PÚBLICO, DIRIGENTES DE ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO E DE EMPRESAS, GERENTES	62	48	14	54	48	6
PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS E DAS ARTES	62	46	16	26	20	6
TÉCNICOS E PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO	306	264	42	260	227	33
TRABALHADORES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.513	1.312	201	1256	1.096	160
TRABALHADORES DOS SERVIÇOS, VENDEDORES DO COMÉRCIO EM LOJAS E MERCADOS	8.205	4.757	3.448	7074	4.270	2.804
TRABALHADORES AGROPECUÁRIOS, FLORESTAIS E DA PESCA	538	475	63	717	607	110
TRABALHADORES DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS INDUSTRIAIS	22.423	19.712	2.711	16047	13.712	2.335
TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO	397	368	29	347	324	23
MEMBROS DAS FORÇAS ARMADAS, POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES	1	0	1	1	0	1
IGNORADO	0	0	0	0	0	0

Fonte: RAIS/MTE

Percebemos, ainda, que a retração verificada em 2016 impactou principalmente estes dois setores mencionados. Como apresentado por Roger, há maior facilidade para homens haitianos em relação às mulheres desta nacionalidade:

O homem é mais fácil [para trabalhar no Brasil], o homem pode trabalhar na construção, pode carregar peso, entendeu?” (Roger, grupo focal).

Roger é um haitiano de 35 anos, chegou ao Brasil em 2013 e em Brasília em 2014. Primeiramente, estava em Santa Catarina. Mudou-se para a capital por convite de um compatriota, com o qual passou a dividir o aluguel. É separado e tem uma filha que mora no Haiti. Estava empregado na construção civil. Segundo sua experiência, a mão de obra haitiana masculina encontrou um terreno vasto para sua alocação no mercado laboral brasileiro. Associamos esse fenômeno ainda aos grandes eventos para os quais o Brasil se preparava, e que demandavam força de trabalho masculina. A absorção no mercado de trabalho mais elevada entre os homens é produto de uma divisão de atividades; ou seja, aquelas atividades para as quais se observava uma demanda mais significativa, as mulheres não ocupavam. Observamos, pela fala de Wesley, que essa classificação de tarefas está presente também no país de origem

Haiti não tem trabalho para mulher, entendeu? A maioria das mulheres no Haiti tem comércio, mas aqui, colocando um pedaço de madeira na sua porta para fazer comércio tem que pagar imposto, entendeu? (Wesley, Grupo Focal)

Segundo apresentado por Wesley, esta classificação de trabalho por gênero ocorre também no Haiti, onde as mulheres costumam desempenhar atividades informais. Ademais, como observado no capítulo anterior, globalmente as mulheres encontram-se em pior situação econômica e no Haiti fazem parte de um grupo de vulnerabilidade mais acentuada²⁶. Assim, como verificado por Dutra (2017, p. 53), observa-se “uma identidade profissional feminina e masculina que o próprio mercado de trabalho lhes atribui e que não se trata de um fenômeno isolado que acontece no Brasil com os trabalhadores e trabalhadoras migrantes”. Jocelyne, por exemplo, era comerciante no Haiti, na época da entrevista estava trabalhando na cozinha de um

²⁶ Ver tópico 2.2.3 *O Haitiano “entre nós”*.

restaurante em Brasília e sentia que estava com a idade avançada para estar presente no estabelecimento de domingo a domingo, inclusive no dia primeiro de janeiro, como enfatizava a entrevistada.

[...] eu estou velha para ficar lá, trabalhando todo dia, lavar panelas, pratos. E eu falei com meu chefe que precisava ficar em outro lugar, por exemplo, fazer salada, fazer suco. E meu chefe falou para esperar um pouco. (Jocelyne, entrevista)

Jocelyne aproximava-se dos 53 anos e chegou ao Brasil com 49. Apesar das dificuldades, receava trocar de emprego, pois em seu horizonte a outra atividade possível seria a de trabalhadora doméstica.

Se eu sair de lá, eu vou cumprir 53, se eu sair lá eu vou conseguir outro emprego. Eu não gosto de trabalhar na casa de família, por muitas razões. Eu trabalhei muitas vezes na casa de família aqui e eu saí sem receber [...] quase nada. (Jocelyne, entrevista)

Yolande, assim como Jocelyne, demonstrou descontentamento com o serviço doméstico. Ela é uma haitiana de 38 anos, quando chegou ao Brasil passou a trabalhar com faxina e levantou queixas sobre longas horas de trabalho e descontos salariais. Na época da entrevista, trabalhava na construção civil e realizava as mesmas atividades que um homem neste segmento. Além dela havia apenas outras duas mulheres brasileiras na atividade. Ela informa que era a primeira vez que atuava nesse setor, e no Haiti sua profissão era outra:

Negócio. Eu comprava em Santo Domingo, na República Dominicana e vendia pro Haiti. [...] Porque, eu pensei, quando eu chegar aqui vou montar um negócio. Quando eu cheguei nunca tive oportunidade pra fazer negócio. [...] Aqui é muito longe. (Yolande, entrevista)

A experiência de Jacques também vai de encontro a essa identificação profissional (por gênero) atribuída pelo mercado de trabalho. Jacques, um imigrante de 44 anos, chegou ao Brasil em 2013. Na época da entrevista estava desempregado. No Haiti trabalhava como comerciante e como costureiro. No Brasil, só encontrou trabalho

na construção civil, pois, segundo expressou, “aqui só mulher tem trabalho de costura” (Jacques, entrevista).

Além dessa classificação existente no mercado de trabalho, que acaba por afetar a inserção laboral desses imigrantes, as atividades que os haitianos exercem aqui nem sempre lhes dão a satisfação esperada. A este respeito Frantz lamenta, visto que a necessidade de se exercer uma atividade remunerada assume prioridade e que nem sempre correspondem ao planejado: “Você faz o que acha, mas não é o que esperava fazer” (Frantz, Grupo Focal).

Eltius compartilha um caso emblemático desta insatisfação.

[...] encontrei um haitiano que falou que tinha 3 caminhonetes [no Haiti], ele ganhava 4000 dólares haitianos por semana por cada uma, ele colocou na cabeça que aqui no Brasil vai ser melhor ainda, então, ele vendeu duas das caminhonetes. [...] Quando chegou aqui e viu o salário [...] ele chorou e estava falando que tinha 3 caminhonetes com um motorista e um carro pessoal, ele vendeu o carro e deixou apenas uma caminhonete em serviço, ele chorou muito, perdi o número dele mas ele tinha falado que iria ficar apenas três meses aqui e depois iria embora. (Eltius, Grupo Focal)

A frustração encontrada ao não atuar na área em que se considera apto não diz respeito somente a suas percepções subjetivas. Nesse aspecto, Vilela (2011) observa que o mercado de trabalho oferece posições de prestígio e posições de precarização, e os imigrantes de maneira geral ocupariam a segunda fração, o que concorre para menor proveito em relação a rendimentos e a *status* socioeconômico/ ocupacional. Os rendimentos obtidos pelos haitianos no mercado de trabalho brasileiro são majoritariamente baixos. Como observado na tabela 3, o maior registro é encontrado em rendimentos que variam entre 1 e 2 salários mínimos, seguido por rendimentos de até 3 salários.

Tabela 3. Haitianos com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo faixas de renda (sm), Brasil, 2015 – 2016.

Renda (SM)	2015			2016		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	33.507	26.982	6.525	25.782	20.304	5.478
< 1	860	646	214	781	548	233
1 -- 2	23.584	17.949	5635	19.465	14.647	4818
2 -- 3	8.081	7.447	634	5.047	4.648	399
3 --5	937	897	40	463	437	26
5 -- 10	39	37	2	22	21	1
10 --20	6	6	0	4	3	1
20 --	0	0	0	0	0	0
S/ remun.	0	0	0	0	0	0

Fonte: RAIS/MTb

O baixo salário praticado no Brasil²⁷ é um fator de lamento entre os haitianos

O que a gente ganha não atende às nossas necessidades porque o aluguel é caro, luz, água e ainda tem família para ajudar no pagamento do aluguel, pois o terremoto destruiu a casa deles, a gente dá um jeito, mas não porque atende as necessidades. (Roger, Grupo Focal)

A fala de Roger representa de maneira geral o descontentamento desses imigrantes frente ao salário recebido. A remuneração é baixa, pois precisam suprir suas necessidades básicas no Brasil e, além disso, enviar dinheiro para os parentes que ficaram no Haiti.

As falas anteriormente apresentadas elucidam as dificuldades que os imigrantes encontram ao tentar se inserir no mercado de trabalho, uma vez que os empregos ditos precários vão contar com uma maior absorção dessa força de trabalho.

Vilela, Collares e Noronha (2015) acreditam que uma análise sobre o capital humano dos imigrantes pode auxiliar na compreensão da condição em que se encontram na sociedade de destino, conforme observado no capítulo anterior²⁸. Assim, no que respeita ao nível de escolaridade dessa população, a tabela 4 apresenta uma predominância do ensino médio completo, variando em seguida entre o nível fundamental completo e o nível médio por completar.

²⁷ O salário mínimo no Brasil em 2015 era de R\$ 788,00, em 2016 passou para R\$ 880,00.

²⁸ Ver tópico 2.3 *A encruzilhada*.

Tabela 4. Haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo grau de instrução, Brasil, 2015 e 2016.

Grau de Instrução	2015			2016		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	33.507	26.982	6.525	25.782	20.304	5.478
Analfabeto	1.350	1.061	289	1.280	936	344
Até o 5º ano Incompleto do Ensino Fundamental	2.242	1.838	404	1.573	1.239	334
5º ano Completo do Ensino Fundamental	1.606	1.303	303	1.128	908	220
Do 6º ao 9º ano Incompleto do Ensino Fundamental	4.719	3.738	981	2.957	2.303	654
Ensino Fundamental Completo	6.454	5.216	1238	4.835	3.776	1059
Ensino Médio Incompleto	3.478	2.764	714	2.645	2.067	578
Ensino Médio Completo	12.881	10.438	2443	10.440	8.306	2134
Educação Superior Incompleta	320	259	61	271	225	46
Educação Superior Completa	457	365	92	653	544	109

Fonte: RAIS/MTE

Consideramos que o capital humano não se refere apenas a níveis educacionais, mas também à experiência profissional, que pode contribuir para uma melhor posição no mercado de trabalho. Como apresentado nas falas dos imigrantes e ainda a partir das percepções dos atores intermediários, os haitianos trazem consigo uma bagagem profissional e intelectual que não tem sido absorvida no país, o que configura, segundo Cavalcanti (2014), uma inconsistência de *status*.

Sobre a ocupação de empregos com menos prestígio pela população imigrante, Vilela (2011) aponta algumas causas: há rejeição desses setores pelos nativos e, além disso, ocorre que os imigrantes nacionais de países pobres, de maneira geral, não usufruem de um investimento em capital humano no país de origem e, quando o detêm, este capital humano é subvalorizado na nova sociedade. Além disso, a crença de temporalidade que perpassa o projeto migratório autoriza a inserção em certas áreas a despeito do *status*, desde que o objetivo de ganhar dinheiro - e aplicar na melhoria da sua vida no país de origem - seja cumprido (ibidem). Também, como sugerido pelos atores intermediários, aqueles que possuem nível superior encontram dificuldade para a validação de seus diplomas.

3.3.3. “Ser haitiano já resume tudo”: desdobramentos da intersecção

“A primeira dificuldade do haitiano é porque ele é haitiano. Ser haitiano já é a maior dificuldade”. (Eltius, Grupo Focal)

Esta foi a resposta apresentada por Eltius quando perguntávamos sobre as dificuldades encontradas ao imigrar. Wesley, em seguida, não apenas confirmava a fala de Eltius, como ainda adicionava

Ser haitiano já resume tudo, nem precisa dizer mais nada, chegando ao local a pessoa já vê que você é de outra cor e não parece com uma pessoa que possa viajar, depois de tantas perguntas, você já tem um outro caráter para ele, você aparece no mapa do mundo, todo mundo já sabe quem é você, [...] o haitiano não era conhecido, passou a ser conhecido depois do terremoto. (Wesley, Grupo Focal)

A partir da fala de Wesley, observamos alguns aspectos atribuídos ao haitiano que podem condicionar seus projetos de vida: a cor de sua pele não parecer com a de uma pessoa que possa viajar, e mesmo o seu país de origem ser notabilizado em função de um desastre ambiental. Nesse sentido, verificamos que a entrada do indivíduo numa nova sociedade não pode estar relacionada somente à não nacionalidade, mas existem outras categorias envolvidas que precisam ser evidenciadas de maneira a não invisibilizar a condição do imigrante (conforme proposto pela abordagem interseccional²⁹).

A princípio, o imigrante haitiano é um estrangeiro, visto que é um ‘não pertencente’ (SIMMEL, 2005; SHÜTZ, 2010). Ademais, nas palavras de Simmel, tal figura não superou o movimento de ir e vir, ou, como diria Sayad, vive uma situação que não é nem provisória nem permanente. Ao aprofundar a análise, a categoria de estrangeiro não é capaz de abranger toda a diversidade de nacionalidades. Em razão disso, Sayad (1998) e Ricoeur (2006) observam a sobreposição de outras categorias operantes na classificação desse estrangeiro, com destaque ao país de origem, cujo peso é significativo. Wesley oferece informações complementares sobre seu país de origem:

Anteontem eu estava vendo na internet que o Haiti apareceu como o primeiro país mais pobre do mundo, Somália e os outros agora são melhores do que o Haiti, entendeu? E foi recente, foi em 2014, por causa disso nós haitianos viajamos para um país, é preciso ter dinheiro mas é difícil para conseguirmos o visto, entendeu? Porque já colocaram isso na cabeça. Você viaja, eles já sabem que você não vai ser proveitoso para o país, ao

²⁹ Ver tópico 2.1. *Compreensão da abordagem interseccional.*

contrário, você vai usufruir dele, porque, imagina, saindo de Santo Domingo para ir para o Equador, é preciso ver isso, pode ver a fila muito longe, mas ela vai andar muito rápido. Se a fila parar, quer dizer que um haitiano está sendo entrevistado, pegando o passaporte dele com inúmeras perguntas. Quando é uma outra nacionalidade, o cara chega e passa logo, entendeu? Quer dizer que isso é um problema, falar que é haitiano já resume todos os problemas. (Wesley, Grupo Focal)

Segundo a experiência de Wesley, seu país passou a ser notado por causa do terremoto (adicionamos a baixa capacidade do país para lidar com as consequências resultantes desse evento) e, mais recentemente, como um dos mais pobres do mundo. Assim, o haitiano passa a ser entendido no ciclo da necessidade, e não no ciclo da liberdade conferida ao estrangeiro (RICOEUR, 2006). Na ótica de Sayad (1998), essa diferenciação é compreendida através da relação desigual entre os países nos âmbitos político-econômico e cultural, na qual há países dominantes que produzem estrangeiros e dominados que produzem imigrantes³⁰. Em razão disso, observamos na fala de Wesley que os haitianos são reféns de um tratamento negativamente diferenciado.

A esta situação, adicionamos o fator cor da pele, mencionado por Wesley, como característica de quem “não parece poder viajar”. A partir da história haitiana³¹, observamos como a população negra era numerosa desde o período colonial, aumentando ao longo do tempo. Atualmente, cerca de 95% da população haitiana é composta por negros e mulatos (ROSA, 2006). Diante desta informação, observamos na tabela 5 como são classificados os haitianos no mercado formal de trabalho. Vale ressaltar que esta classificação é incluída pelo empregador.

Tabela 5. Haitiano com vínculo formal de trabalho, por cor ou raça, segundo principais nacionalidades, Brasil, 2015 – 2016.

ANO	RAÇA							
	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não Identificado	Ignorado
2015	33.507	2.419	24.128	2.074	54	10	4.806	16
2016	25.782	1.728	19.009	1.325	47	6	3.665	2

Fonte: RAIS/MT b

³⁰ Conforme apresentado no tópico 2.2.1 *O outro entre nós*.

³¹ Ver tópico 1.1 *Aspectos Históricos do Haiti*.

Conforme apresentado na tabela 5, a população negra e parda corresponde a aproximadamente 78% dos registros, tanto no primeiro como no segundo ano analisado. A população reconhecida enquanto branca representa 7,22% dos registros em 2015 e 6,7% no ano de 2016. Nos chama a atenção o percentual de 14%, em ambos os anos, onde não foi possível identificar raça ou cor. A este respeito, Cuti (2010) considera que as palavras trazem conteúdo e este pode ser acolhido ou rejeitado. Dado o racismo “velado” que acomete a sociedade brasileira e o receio de ser identificado enquanto tal, a não identificação desta classificação racial pode ser explicada, em parte, enquanto fruto da dificuldade que um racista tem em pronunciar a palavra positivamente (ibidem, p. 4).

Como tratado no capítulo segundo, a noção hierarquizada de raça prestou-se enquanto estratégia que alimentou a divisão internacional do trabalho. E esta, por sua vez, contribuiu para a noção inferiorizante de raça, segundo a qual os grupos não brancos encontram-se desprestigiados e passam a ser alvo de discriminações que acabam por reduzir suas chances de vida. Assim, a cor da pele, como fala Wesley, assume um valor negativo, um estigma que tem a capacidade de se estender a outros indivíduos que compartilham dessa mesma característica.

Quando questionados se já haviam sofrido racismo no Brasil, a negação toma conta das reações de vários, seguida de relatos vividos por terceiros: “Eu não, mas tem gente que sofre” (Eltius, grupo focal); “No meu caso, lá onde eu trabalho não tem isso” (Cenel, grupo focal); “Nós que estamos aqui, podemos não ter sofrido ainda disso (...) mas conheço muita mulher haitiana que sofreu e também haitianos” (Eltius, grupo focal).

Segundo Cuti (2010), a negação do racismo ocorre em função da dor causada a cada lembrança, pois trata-se de uma situação de sofrimento para a vítima. Além disso, a eventual vergonha que as vítimas de racismo possam ter ao relatar esses casos em primeira pessoa pode ser explicada a partir das considerações de Gaulejac (2006) sobre a vergonha social, entendida pelo autor como o receio de ser estigmatizado por sua identidade.

A vergonha revela as violências humilhantes que caracterizam as relações de dominação e poder, de tal modo que “essa humilhação é entendida como um meio de reforçar a autoridade, mas não se trata de obediência e sim de inferioridade, desvalorização e decadência” (ibidem, p. 67). Se considerarmos as postulações de Gaulejac (2006), entendemos que, ao apontar o outro como a vítima dessas violências

humilhantes, o emissor da narrativa se isenta de reforçar qualquer ligação direta a esta condição simbólica de inferioridade que estaria ligada a um terceiro. Alguns dos entrevistados relataram casos em terceira pessoa, postura que não se mostrou generalizada. Jocelyne e Wesley, por exemplo, compartilharam situações em que foram vítimas de discriminação racial. Walner, por seu turno, apresentou uma situação que vinculava raça e idioma.

[...] vou falar a verdade. É que brasileiras são racistas, que não quer falar com negro. [...] eu estava falando creole no ônibus, tinha uma brasileira que estava com muita coisa, estava como zangada, porque falava outra língua que ela não entendia. (Walner, entrevista)

Walner é um jovem de 18 anos que chegou ao Brasil em 2014, morava na República Dominicana. A maioria de seus familiares reside no Haiti, outros parentes na República Dominicana e seu pai nos Estados Unidos. Já havia trabalhado no Brasil, mas na época da entrevista estava desempregado. Segundo relatado por Walner, não somente a sua cor, mas ainda o seu idioma era alvo de um sentimento negativo.

Sobre o aspecto linguístico-cultural, observamos que o aprendizado do português é fundamental na vida dos haitianos. O decifrar de uma língua constitui uma das principais barreiras postas ao estrangeiro que pretende adentrar a uma nova sociedade. Considera-se fundamental, ainda, perceber que o aprendizado de um novo idioma implica “não somente conhecimento linguístico estrutural de uma língua, mas também suas variantes sociais e os elementos culturais intrínsecos ao pensamento humano, transformados pela língua e transmitidos por meio dela” (BARBOSA; SÃO BERNARDO, 2017a, p.60).

Ainda, o domínio da língua da nova sociedade é considerado um tipo de capital humano (AMADO, 2017) e, nesse sentido, é destacada a importância do aprendizado do português para uma melhor inserção laboral. As palavras de Wesley ajudam a compreender a situação:

[...] eu achei esse emprego porque ela percebeu que eu falo um pouco melhor português, mas não porque eu falo outra língua. Se for por outra língua, eu acho que eu ia trabalhar em outro lugar, no aeroporto. Porque eu deixei currículo, mas nunca chamou, né? Mas estou trabalhando porque eu

falo um pouco, né, melhor português, mas se eu não falo português eu não ia conseguir. (Wesley, Entrevista)

Wesley falava sobre o novo emprego que havia conseguido. Questionamos se o conhecimento do português foi importante para conseguir esse posto ou mesmo se o fato de falar outras línguas poderia ter contribuído. Como observado, para o novo emprego de Wesley o conhecimento de português foi o diferencial. Além disso, Wesley observa a dificuldade de trabalhar sobreposta à necessidade de aprender a língua, e no seu caso, especificamente, ter que estudar em uma língua outra que não seja a materna:

[...] Para estudar é preciso ter a cabeça em paz, sobretudo estudar em uma língua que não é a sua. Além de estudar o que está estudando, tem que entender bem a língua. (Wesley, Grupo Focal)

Nesse âmbito, Barbosa e São Bernardo (2017a) percebem que, para um público adulto numa nova sociedade, o uso da língua estará relacionado com o agir, com a realização de novas tarefas nesta nova língua, cujo objetivo é a participação como integrante desta nova sociedade. A esse respeito, observamos, a partir de Ricoeur (2006), que a língua exerce a função de reduzir a dissimetria entre o nacional e o estrangeiro.

O conhecimento de outras línguas é entendido ainda como capital humano. A partir da fala a seguir, observamos a influência que tal habilidade exerce na inserção laboral desses imigrantes.

Quando tem um estrangeiro que vem aqui, de um país que não é ruim economicamente, entendeu? Eles são mais confiáveis, porque encontrei colombianos e outras nações, até porque os países deles não são muito pobres, eles acharam oportunidades para fazer um trabalho no gosto deles. Por exemplo, tem um africano, considero eles como haitianos, entendeu? Tem um africano que fala inglês, francês, fiz mais de 20 currículos para ele, foi para vários hotéis, tem bastante hotéis internacionais, são internacionais mas são brasileiros que trabalham neles, fomos para o aeroporto, ele fala inglês e francês, dizem não para ele, porque pediram o português, mas ele vai exercer um serviço para falar e traduzir para os clientes, concordo que eles tem que falar alguma coisa, ele tem uns 4 anos mas já é velho, entendeu? Ele não fala como nós jovens falamos, mas ele pode falar, pode explicar. Não pegaram ele por causa disso, mas tem um colombiano que

trabalha com eles, ele fala espanhol e não fala português direito. (Wesley, Grupo Focal)

Conforme mencionado no relato de entrevista com o SINE, constatamos que as habilidades de que os haitianos dispõem em relação ao conhecimento de outros idiomas não têm sido absorvidas pelo mercado de trabalho brasileiro. Observamos também que os aspectos de intersecção das categorias em que estão inseridos são evidenciados, como nacionalidade, classe e raça.

A dificuldade descrita por eles em empregar seu capital humano depara-se com a falta de fluência na língua portuguesa. Entretanto, o relato apresenta que, para o nacional da Colômbia, a condição em comum não configurou um empecilho. Nesse sentido, observamos que as nacionalidades mencionadas se encontram no sul global das migrações, com a particularidade de a experiência do haitiano aproximar-se mais àquela de origem africana que àquela latino-americana. Entendemos que isto ocorre ou por fatores linguísticos ou por uma questão racial.

Notamos também em outras falas que há uma percepção de diferenciação em relação a outras nacionalidades:

Aqui, o japonês veio, o chinês veio, eles se organizaram, entendeu? O chinês não veio para trabalhar para o brasileiro. [...] Ele veio, procurou outro grupo de chinês ou japonês, se juntam e fazem negócios. O que o japonês faz aqui? Comércio. Chinês é restaurante e não é só aqui, é no país todo. (Eltius, Grupo Focal)

Eltius afasta a experiência dos haitianos daquela vivenciada por chineses e japoneses, pois, segundo o seu entendimento, o brasileiro tem trabalhado para os comerciantes asiáticos, o que não é uma realidade na relação de haitianos e brasileiros. Quando questionados sobre o que poderia ser mudado a fim de melhorar suas vidas no Brasil, verificamos outra aproximação, dessa vez aos brasileiros:

[...] na realidade não tem nada que possa ser mudado para nós no Brasil, porque a lei é feita para todos, os preços mudam e eles mudam também para os brasileiros, o salário muda e ele muda também para os brasileiros, [...] seria legal mas é difícil facilitar mais ainda, porque estão tratando a gente como se fosse brasileiro. Nunca entrei num trabalho onde o brasileiro recebesse mais do que eu ou tivesse mais direito do que eu. Todo mundo tem

folga, eu tenho também. Todo mundo tem um salário, eu tenho um também, entendeu? (Wesley, Grupo Focal)

Identificamos que o tratamento concedido aos haitianos é reconhecido enquanto tratamento similar àquele vivido pelo brasileiro, mas questionamos com qual brasileiro essa identificação é feita. Conforme abordado no capítulo anterior, o Brasil apresenta uma desigualdade social que foi, a princípio, pautada pela raça e que hoje, como consequência, é racialmente marcada. Ao considerarmos a equivalência estabelecida na percepção dos haitianos entre sua nacionalidade e aquelas de origem africana, destacamos, sobretudo, o fator racial. Sobre a aproximação mencionada em relação aos brasileiros, ressalta-se a dimensão de classe, que no Brasil reforça o componente racial.

Outra experiência que auxilia a compreensão dessa aproximação de haitianos a certos grupos de brasileiros é observada nas falas abaixo, a respeito do acesso à saúde no país:

No Brasil, tudo tem que demorar, você está doente e vai para o hospital tem que demorar, tem que esperar. (Daniel, Grupo Focal)

[...] aqui é difícil, não tem médico no hospital público, cada hospital tem apenas um médico, se estiver doente e for para o hospital, não encontram médicos para atender eles, é um grande problema. (Marier, Grupo Focal)

Uma vez, fui para um hospital e fiquei 4 horas esperando, ninguém me atendeu aí resolvi ir embora para comprar comprimidos para febre. (Roger, Grupo Focal)

As falas de Daniel, Marier e Roger mostram as condições precárias no sistema de saúde pública, seja em função da espera, seja em função da falta de profissionais para a realização do atendimento médico. Visualizamos neste cenário que a inserção laboral e social dos imigrantes haitianos no Brasil aproxima-se da experiência vivenciada por brasileiros das classes menos favorecidas economicamente, que são, em sua maioria, racialmente marcados.

Diante disso, consideramos duas análises possíveis. Em primeiro lugar, ao observar que os imigrantes haitianos não se aproximam de uma classe média dominante, pode-se entender que há uma adaptação ou inserção vigente no seio das classes menos

favorecidas, que no Brasil são racialmente marcadas. E em segundo lugar, a aproximação dos imigrantes haitianos a esses grupos desencadeia a compreensão de que as classes racialmente marcadas apresentam níveis de desfiliação social que as aproximam da figura do imigrante, do ‘não pertencente’.

3.4. Reflexões Finais do Capítulo

O capítulo procurou apresentar os dados sobre a entrada dos haitianos no Brasil e ainda da inserção no mercado laboral. Ao contrastarmos os dados expostos na tabela 1 (entrada e saídas de estrangeiros do território brasileiro nos pontos de fronteira, segundo principais países de nacionalidade, Brasil, 2010 a 2016) com aqueles encontrados no gráfico 1 (haitianos inseridos no mercado formal de trabalho brasileiro, Brasil, 2010 a 2016), encontramos duas possíveis indicações. A primeira refere-se ao número de haitianos que podem estar inseridos no setor informal de trabalho, apesar da dita preferência pelo setor formal que lhes oferece melhores garantias. A segunda sugestão refere-se ao movimento de saída do mercado de trabalho formal, que pode estar associada à saída do território brasileiro, ainda que a explicação mais coerente para o declínio dessa presença no mercado formal de trabalho possa ser encontrada no período de recessão que o país se encontra.

Sobre as dificuldades no Brasil, conseguimos encontrar em suas falas alguns desses entraves, como os baixos salários praticados no Brasil - sobretudo por conta da necessidade da remessa de recursos para os familiares, acrescida da dificuldade de exercer uma função na qual já acumulam experiência ou ainda de fazer uso das línguas que dominam para uma melhor inserção laboral.

Nesse contexto, o aprendizado do português foi considerada uma questão iminente. Entretanto, observamos na experiência de campo que os imigrantes haitianos não se permitem fazer críticas sobre o Brasil. Ao destacarmos falas como “você não pode criticá-lo, não é o seu país!” (Jocelyne, Grupo Focal); ou ainda “com brasileiro sempre vou falar bem do país dele” (Wesley, Grupo Focal), percebemos que essa atitude pode ser um comportamento defensivo e antecipado frente a uma eventual acusação de “lealdade duvidosa”, que caracteriza o estrangeiro em Shütz (2010), isto é, uma postura de ingratidão frente ao grupo que o recebe. Nesse sentido atentamos para os “não ditos” que afetam a vida desses imigrantes, ou seja, não acreditamos que o

material aqui levantado tenha conseguido captar todos os obstáculos pelos quais passam os haitianos.

Em termos de intersecção, entendemos que, apesar de serem imigrantes, há uma diferenciação estabelecida entre os haitianos e outras nacionalidades e uma aproximação a certos grupos de brasileiros. Estes grupos de nacionais são aqueles que ocupam posições precárias no mercado de trabalho, compostos majoritariamente pela população preta e parda do Brasil. Nesse sentido, recorreremos ainda às afirmações dos atores intermediários, cujas indicações apontam para um deslocamento habitacional em direção a regiões mais periféricas, o que, em Brasília, especificamente, refere-se a valores de aluguéis mais baratos e também corresponde à predominância de uma população negra, conforme observado no Anexo 3 (Distribuição da população negra no Distrito Federal).

No tocante à religião, identificamos que frequentar o culto ministrado em creole propiciou um espaço de socialização com outros haitianos. A atuação religiosa é entendida ainda como fundamental à entrada no Brasil, visto que as instituições confessionais são aquelas com destaque no processo de acolhida dos haitianos no país. Ademais, identificamos, por um lado, que a religião presta-se a um suporte simbólico que os acompanha em seus projetos, como observado por Marinucci (2012). Por exemplo, quando questionados sobre o que esperavam para o futuro, a referência a Deus foi frequente, cujo significado expresso naquele contexto parecia ter a ver com a contingência e o desconhecido para a orientação futura da vida. Suas vidas, diziam, seriam conduzidas como Deus quisesse. Por outro lado, identificamos que essa definição de projetos remetida à direção divina foi utilizada como válvula de escape, senão da realidade, no mínimo das perguntas que realizávamos, cujas respostas não precisavam tomar amplo conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta dissertação buscamos apresentar os aspectos que tiveram impacto na imigração dos haitianos em direção ao Brasil. Primeiramente recorremos aos acontecimentos históricos haitianos que contribuíram para a criação de seu espaço migratório³² que se refere aos locais que passam a estabelecer relações com o Haiti através da presença dos haitianos emigrados. Em seguida apresentamos quais os principais países que passaram a compor este espaço, identificando, por conseguinte, uma recente alteração dos principais destinos.

O Brasil passa a compor este espaço no início desta década e assim procuramos levantar os fatores que neste país puderam influenciar no projeto dos imigrantes haitianos. Entendemos que existem causas nos níveis estruturais, relacionais e individuais³³ cujas relações entre si são de retroalimentação e somente a partir da combinação delas podemos compreender a entrada desses imigrantes no país.

Através da compreensão da perspectiva interseccional³⁴, procuramos evidenciar a experiência do haitiano enquanto estrangeiro no Brasil. Nesse âmbito, dedicamo-nos à análise da figura do estrangeiro em seu aspecto amplo³⁵, que permitiu entender que algumas sobreposições de categorias podem conferir ao não nacional uma classificação de maior ou menor prestígio numa nova sociedade.

Com base nesse entendimento, apresentamos como o cenário brasileiro reagiu à presença do estrangeiro³⁶ e em contrapartida evidenciamos aspectos da realidade do haitiano que podem ser ressaltados quando se encontram na situação de não nacional³⁷. Ao contrastar essas duas realidades³⁸, atentamos para a possibilidade do haitiano no Brasil se localizar numa situação de vulnerabilidade.

Nesse seguimento, exibimos os dados referentes à inserção laboral dos imigrantes haitianos no Brasil acompanhado do material qualitativo que levantamos para esta análise³⁹. Nesse cenário, além da percepção do próprio imigrante, consideramos pertinente o olhar dos atores intermediários que nos auxiliaram a

³² Conforme tópico 1.3. *Principais destinos – Tendências e Diversificações*

³³ Conforme tópico 1.3.4 *O Brasil como destino possível*

³⁴ Conforme tópico 2.1. *Compreensão da abordagem interseccional*

³⁵ Conforme tópico 2.2.1 *O outro entre nós*

³⁶ Conforme tópico 2.2.2 *O contexto brasileiro*

³⁷ Conforme tópico 2.2.3 *O haitiano “entre nós”*

³⁸ Conforme tópico 2.3. *A encruzilhada*

³⁹ Conforme apresentado no capítulo 3: *Desdobramentos Da Presença Haitiana No Contexto Brasileiro*

compreender outras dimensões deste fenômeno. Neste ponto, nos orientamos por compreender os principais entraves encontrados pela população haitiana ao inserir-se no Brasil.

Salientamos que a análise aqui apresentada configura uma versão da realidade observada, pela qual buscamos contribuir com as reflexões em torno desse fenômeno, seja de maneira específica, sobre a imigração haitiana no Brasil, seja de maneira mais ampla, sobre os estudos migratórios. Nesse aspecto, dedicamo-nos a exposição de algumas questões que nos pareceu importante destacar.

Em primeiro lugar, a dificuldade relacionada aos baixos salários relatada pelos haitianos diz respeito ao resultado de uma inserção já efetuada no mercado de trabalho. Logo a principal dificuldade estaria relacionada à dificuldade de se exercer uma função à qual já estavam adaptados, no país de origem ou em terceiros. Isto é, segundo informaram, o capital humano que trazem consigo não tem sido absorvido ou tem sido descreditado no mercado de trabalho brasileiro, como por exemplo quando observado a possibilidade de se inserir em um emprego que requer o conhecimento de outras línguas.

Em segundo lugar, ao observarmos as atividades que os haitianos exercem no Brasil, os salários recebidos, as localidades onde residem, ou ainda o difícil acesso à saúde, verificamos que a condição dos haitianos no Brasil aponta para uma inserção nas classes economicamente desfavorecidas. A insatisfação dos haitianos em ter um salário baixo era amenizada quando observado que os nacionais obtinham remunerações idênticas.

Diante disso, este cenário sugere que não só os imigrantes haitianos vivem uma situação vulnerável, como também os brasileiros que compõem estas classes menos favorecidas. No Brasil, dado o contexto de hierarquia social marcada pelo componente racial, questionamos se o brasileiro negro não estaria vivenciando níveis de desintegração que os aproximaria da situação de imigrantes. Tal questionamento encontra seu fundamento no projeto de nação brasileiro pautado pelo embranquecimento que, apesar de ter sido oficialmente abandonado, parece persistir nos dias atuais.

Acreditamos que pesquisas futuras que comparem ambas as populações auxiliem a compreender se o brasileiro negro é no próprio país um imigrante, ou seja, se os níveis de integração são passíveis de os identificar enquanto “não pertencentes”.

Em terceiro lugar, sobre os planos futuros observamos que alguns são encobertos⁴⁰. Nesse âmbito destacamos o processo de reemigração ou ainda de retorno corroborado pelo aumento da saída dos haitianos do território brasileiro⁴¹. Trata-se de mais um fenômeno carente de análises. Ademais, entendemos que (o Brasil) ao tornar-se parte do espaço migratório haitiano, a saída desses imigrantes não se opõe à permanência deles no país, antes conformarão processos complementares.

E quarto lugar, consideramos que há espaço no conhecimento para a proposição de uma sociologia das migrações a partir de uma perspectiva brasileira, ou mesmo latino-americana. Ao observamos a literatura para elaboração desta pesquisa, observamos que há alguns aspectos particulares nesse contexto que precisam ser evidenciado. Por exemplo, a construção do imigrante no país inicialmente foi considerada como elemento de civilização e não somente um trabalhador. Além disso, no quesito étnico racial, o país apresenta uma especificidade que torna necessário se evidenciar a variável do indivíduo imigrante, sendo ela marcada ou camuflada para melhor compreensão do fenômeno.

Por fim, ressaltamos que no âmbito das migrações o Brasil tem avançado no debate, e no ano de 2017 a lei de imigração de 1980 foi finalmente substituída por um texto mais atualizado, a lei 13.445 que procura lidar com os fenômenos mais contemporâneos da mobilidade humana internacional.

⁴⁰ Ver tópico 3.1. *Ditos e Não Ditos: Considerações sobre a entrada dos haitianos no Brasil*

⁴¹ Ver ‘tabela 1’ no tópico 3.1. *Ditos e Não Ditos: Considerações sobre a entrada dos haitianos no Brasil*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, C. N. **O perigo da História Única**. TED Global, 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br

AGER, A.; STRANG, A. Understanding integration: a conceptual framework. **Journal of Refugee Studies**, vol. 21, Issue 2, p. 166–191, jun. 2008.

AMADO, A. Idioma. In: CAVALCANTI, L et al. (Org.). **Dicionário crítico de Migrações Internacionais**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2017.

ANGLADE, G. **Espace et Liberté en Haiti**. Montréal: ERCE. Groupe d'Études et de Recherches Critiques d'Espace, département de géographie, UQÀM, Centre de recherches Caraïbes de l'Université de Montréal, 1982.

ARANGO, J. Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, UNESCO, n. 165, p. 33-47, 2000.

ARAUJO, D. DUTRA, D; CAMARGO, V; VINCE, N; OLIVEIRA, M. Notas metodológicas. In: CAVALCANTI, L.; TONHATI, T.; DUTRA, D.; OLIVEIRA, M. (Orgs). **A imigração haitiana no Brasil**: características sócio-demográficas e laborais na Região Sul no Distrito Federal. Relatório de pesquisa, 2016.

AUDEBERT, C. La diaspora haïtienne: vers l'émergence d'un territoire de la dispersion ?. In: CÉLIUS, C. A. (dir.) **Le défi haïtien**: économie, dynamique sociopolitique et migration. Horizons Amérique Latine. Paris: L'Harmattan, 2011. pp. 193-212.

AUDEBERT, C. **La diaspora haïtienne**: Territoires migratoires et réseaux [en ligne]. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2012.

AUDEBERT, C. The recent geodynamics of Haitian migration in the Americas: refugees or economic migrants?. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 55-71, abr. 2017.

BARBOSA, L. M. A.; SÃO BERNARDO, M. A. de . A importância da língua na integração dos/as Haitianos/as no Brasil. **PERIPLoS - GT CLACSO - Migración Sur-Sur**, vol. 1, n. 1, 2017a.

BARBOSA, L. M. A.; SÃO BERNARDO, M. A. de. Língua de Acolhimento. In: CAVALCANTI, L. et al (Orgs.). **Dicionário crítico de Migrações Internacionais**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2017b.

BISOL, C. A. Estratégias de pesquisa em contextos de diversidade cultural: entrevistas de listagem livre, entrevistas com informantes-chave e grupos focais. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 29, supl. 1, p. 719-726, dez. 2012.

BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. (org.). **A miséria do mundo**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012 [1993].

BRACEY, D. O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti. **Contexto int.** [online]. vol.33, n.2, pp.315-331, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

CARRERA, G. B. La migración haitiana hacia Brasil: Ecuador, país de tránsito. La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos. **Cuadernos migratorios**, Organización Internacional de las Migraciones (OIM), Buenos Aires, n. 6, pp. 67 – 82, 2014.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTLES, S. Migration and Social Transformation. In: MARTINIELLO, M.; RATH, J. (Eds). **An Introduction to International Migration Studies**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2012.

CASTLES, S.; KORAC, M.; VASTA, E.; VERTOVEC, S. **Integration: 'Mapping the Field'** - Report of a project carried out by the Centre for Migration and Policy Research and Refugee Studies Centre. University of Oxford, 2001.

CAVALCANTI, L. Imigração e mercado de trabalho no Brasil. Características e tendências. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Orgs.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014.

CAVALCANTI, L.; SIMÕES, G. Assimilacionismo x multiculturalismo: reflexões teóricas sobre os modelos de recepção dos imigrantes. **ESFERAS - Revista Interprogramas de Pós-graduação em Comunicação do Centro Oeste**, v. 3, 2013.

CAVALCANTI, L.; ALMEIDA, S.; OLIVEIRA, T.; TONHATI, T.; DUTRA, D. Os imigrantes haitianos: perfil e características da principal nacionalidade no mercado de trabalho brasileiro. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; TONHATI, T.; DUTRA, D. (Orgs.) **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2015. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015, p.105-124.

CAVALCANTI, L.; TONHATI, T. Características sociodemográficas e laborais da imigração haitiana no Brasil. **PERIPLOS - GT CLACSO: Migración Sur-Sur**, vol. 1, n. 1, 2017.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Disponibilidad de remesas externas y pobreza en los hogares: un análisis aplicado al caso de Haití**. Colección Estudios y Perspectivas – Sede Subregional de la CEPAL en México, 2013. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/35919-disponibilidad-remesas-externas-pobreza-hogares-un-analisis-aplicado-al-caso>

CHARLES, C. Political refugees or economic immigrants? A new “old debate” within the Haitian immigrant communities with contestations and division. **Journal of American Ethnic History**, Immigration, Incorporation, Integration and Transnacionalism: Interdisciplinary and International Perspectives, vol. 25, n. 2/3, pp. 190-208, 2006.

CHOO, H. Y.; FERREE, M. M. Practicing intersectionality in sociological research: a critical analysis of inclusions, interactions, and institutions in the study of inequalities. **Sociological Theory**, vol. 28, n. 2, p. 129–49, 2010.

CHO, S.; CRENSHAW, K. W.; MCCALL, L. Toward a field of intersectionality studies: theory, applications, and praxis. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, vol. 38, no. 4, 2013.

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COTINGUIBA, G. C. Imigração haitiana para o Brasil – a relação entre trabalho e processos migratórios. UNIR/ RO, 2014.

CRENSHAW, K. W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.** [online]., vol. 10, n.1, pp.171-188, 2002.

CRENSHAW, K. W. A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>

CUTI, L. S. Quem tem medo da palavra negro. **Revista Matriz**: uma revista de arte negra, Grupo Caixa Preta, Porto Alegre, nov. 2010.

DEM. DEPARTAMENTO DE EXTRANJERIA Y MIGRACION. Migracion haitiana en Chile. **Boletín informativo**, n. 1, Santiago de Chile, 2016

DOS ANJOS, J. C. G. **Território da linha cruzada**: a cosmopolítica afro-brasileira. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

DUTRA, D. M. M. S. **Mulheres migrantes peruanas em Brasília**: o trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade. 2012. 236 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DUTRA, D. Migrantes haitianos e mercado de trabalho no Distrito Federal. Uma análise sociológica a partir da perspectiva das relações sociais de gênero. **PERIPLOS - GT CLACSO**: Migración Sur-Sur, vol. 1, n. 1, 2017.

DUARTE, E. C. P.; QUEIROZ, M. V. L. A revolução haitiana e o atlântico negro: o constitucionalismo em face do lado oculto da modernidade. **Direito, Estado e Sociedade**, n. 49, jul/dez. 2016.

FAIST, T. The crucial meso-level. In: MARTINIELLO, M.; RATH, J. (Eds). **Selected Studies in International Migration and Immigrant Incorporation**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010 [1997].

FERGUSON, J. **Migration in the Caribbean**: Haiti, the Dominican Republic and beyond. London: Minority Rights Group International, 2003.

FERRER, A. A sociedade escravista cubana e a revolução Haitiana. **Almanack**, Guarulhos, n. 3, pp. 37-53, jan-jun. 2012.

FUNES MONZOTE, R. O Grande Caribe: das plantações ao turismo. **RCC Perspectives**, Novas Histórias Ambientais da América Latina e do Caribe, n. 7, pp. 17-24, 2013. Published by: Rachel Carson Center Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/26241146>

GAULEJAC, V. **As origens da vergonha**. São Paulo: Via Lettera, 2006.

GLICK SCHILLER, N.; FOURON, G. Terrains of blood and nation: haitian transnational social fields. **Ethnic and Racial Studies**, vol. 22, n. 2, p. 340-366, 1999.

GOFFMAN, E. **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Mathias Lambert Data da Digitalização: 2004. Data Publicação Original: 1981. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/308878/mod_resource/content/1/Goffman%20%20Estigma.pdf

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004 [1997].

GOOGLE MAPS. Grandes Antilhas. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/maps/GYs9AAsobst>

GORENDER, J. O épico e o trágico na história do Haiti. **Estud. av.**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 295-302, abr. 2004.

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos**, n. 43, pp. 26-44, nov. 1995.

HANDERSON, J. As ações afirmativas raciais na universidade pública como uma política social: percepções de estudantes afro-brasileiros e brancos e propostas alternativas. **Política Social**, Pelotas, 2010.

HANDERSON, J. **Diáspora**. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2015.

HAZARD, S. Santo Domingo, past and present: with a glance at Hayti. Published in 1873. Original from the University of Michigan. Digitized feb. 17, 2006. Disponível em: <https://dl.wdl.org/339/service/339.pdf>

HEBBLETHWAITE, B. French and underdevelopment, Haitian Creole and development: educational language policy problems and solutions in Haiti. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, vol. 27, n. 2, p. 255–302, 2012.

HIRSCHMAN, C.; KASINITZ, P.; DEWIND, J. **The Handbook of International Migration**. New York: Russell Sage Foundation, 1999.

IANNI, O. As ciências sociais na época da globalização. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 33-41, jun. 1998.

LAHIRE, B. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LIMA SANTOS, J. **O Vodun e a resistência negra no Haiti**. Geledés - Instituto da Mulher Negra. 2010. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-vodun-e-resistencia-negra-haiti/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2017.

MARINUCCI, R. As migrações dos fiéis e a mobilidade das religiões: um estudo sobre migrações internacionais e tradições religiosas. In: **Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS**, 2012.

MARQUES, P. M; DOS ANJOS, J. C. G. Quem quer ser Toussaint Louverture? Banalização e silenciamento na produção de narrativas oficiais sobre a história haitiana. **Revista Brasileira do Caribe**, Goiânia, vol. XVI, n. 31, pp. 125-169, jul.-dez. 2015.

MARTÍNEZ, S. M.; GOROVITZ, S. Diglossia. In: CAVALCANTI, L. et al (Org.). **Dicionário crítico de Migrações Internacionais**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2017.

MASSEY, D. S. Why Does Immigration Occur?: A Theoretical Synthesis. In: HIRSCHMAN, C. et al (Eds). **Handbook of international migration: the American experience**. Russell Sage Foundation, 1999. pp. 34–52.

NIANE, D. T. **Sundjata, ou a epopéia mandinga**. São Paulo: Ática, 1982.

OFPRA. OFFICE FRANÇAIS DE PROTECTION DES RÉFUGIÉS ET APATRIDES. **Rapport de mission en République d'Haïti**, 15 September 2017. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/59bbb8d74.html>

OLIVEIRA, A. T. R. Características da imigração regular no Brasil: um olhar através dos registros administrativos. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; ARAUJO, D., TONHATI, T. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2017. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017.

ONU. UN Human Rights Council. **Report of the working group of experts on people of african descent on its fourteenth session**, Addendum: Mission to Brazil, 23 September 2014. Available at: <http://www.refworld.org/docid/543794674.html>.

PAUL, A. M. Stepwise international migration: a multistage migration pattern for the aspiring migrant. **American Journal of Sociology**, University of Chicago, vol. 116, n. 6, p. 1842–86, may 2011.

PEDEMONTE, N. R.; AMODE, N.; VÁSQUEZ, J. Racismo y matrices de “inclusión” de la migración haitiana en Chile: elementos conceptuales y contextuales para la discusión. **Polis**, Revista Latinoamericana, vol. 14, n. 42, p. 217-245, 2015.

PEDONE, C. **Tú siempre jalas a los tuyos** - cadenas y redes migratorias de las familias ecuatorianas hacia España. Universidad Autónoma de Barcelona, 2003.

PIERRE-LOUIS, F. **Haitians in New York City**: transnationalism and hometown associations. Gainesville: University Press of Florida, 2006. 160 pp.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul-dez. 2008.

POPKIN, J. D. Uma revolução racial em perspectiva: relatos de testemunhas oculares da Insurreição do Haiti. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 293-310, jun. 2008.

PORTES, A.; ZHOU, M. The new second generation: segmented assimilation and its variants. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 530, p. 74-96, 1993. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1047678>. Acesso em: 17 de novembro de 2017.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. In: LANDER, E. (ed.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

REA, A.; TRIPIER, M. **Sociologie de l’immigration**. Paris : Édition La Découverte, 2008.

RICOEUR, P. La condition d'étranger. **Esprit**, n. 3, pp. 264-275, mars/avril 2006. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-esprit-2006-3-page-264.htm>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

ROSA, R. de M. A construção da desigualdade no Haiti. **Universitas: Relações Internacionais** (Impresso), vol. 4, pp. 5-30, 2006.

SANTANA JÚNIOR, H. M. de. Conhecimento universal na encruzilhada: quando o europeu se torna nativo. **VII Semana dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social** (VII SAPP GAS), 2017. Disponível em: <http://www.seminariodosalunos.com/wp-content/uploads/2018/05/ANAIS-SAPP GAS-2017.pdf>

SANTARÉM, P. H. da S. **A cidade Brasília (DFE)**: conflitos sociais e espaciais significados na raça. 2014. 158 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

- SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.
- SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, Brasil, n. 53, p. 117-149, mai. 2002.
- SCHULZ, J.; BATALOVA, J. **Haitian immigrants in the United States**. Migration Policy Institute, Washington, DC; Migration Policy Institute Europe, Brussels, 2017. Disponível em: https://www.migrationpolicy.org/article/haitian-immigrants-united-states#Age_Education. Acesso em: 03 de março de 2018.
- SHÜTZ, A. O estrangeiro – Um ensaio em psicologia social. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 113, p. 117–129, 2010.
- SILVA, S. A. da. Aqui começa o Brasil: haitianos na Tríplice Fronteira e Manaus. In: SILVA, S. A. da (Org.). **Migrações na PanAmazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais**. São Paulo: Hucitec Editora, 2012.
- SILVA, P. K. M. da. **Seguindo rotas: reflexões para uma etnografia da imigração haitiana no Brasil a partir do contexto de entrada pela tríplice fronteira norte**. 157 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2014.
- SILVA, P. B. G. Reconhecimento da história, cultura e direitos dos negros brasileiros. In: COELHO, W. de N. B. C.; OLIVEIRA, J. M. (Orgs.). **Estudos sobre relações étnico-raciais e educação no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Livraria da Física, 2016. p. 17-49.
- SIMMEL, G. O Estrangeiro. **RBSE**, vol. 4, n. 12, 2005 [1908].
- SIMON, G. (Org.). **Dictionnaire des migrations internationales: approche géohistorique**. Paris: Colin, 2015. 807 p.
- VÁSQUEZ, T.; BUSSE, E.; IZAGUIRRE, L. La migración haitiana en Perú y su tránsito hacia Brasil. **Cuadernos migratorios**, Organización Internacional de las Migraciones (OIM), Buenos Aires, n. 6, pp. 83 – 105, 2014.
- VERD PERICÁS, J. M.; LÓPEZ ROLDÁN, P. La eficiencia teórica y metodológica de los diseños multimétodo. **Empiria** - Revista de metodología de ciencias sociales, 2008.
- VILELA, E. M. Desigualdade e discriminação de imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 89-128, 2011.
- VILELA, E. M.; COLLARES, A. C. M.; NORONHA, C. L. A. de. Migrações e trabalho no Brasil: fatores étnico-nacionais e raciais. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 19-42, fev. 2015.
- VIVEROS VIGOYA, M. **La interseccionalidad: perspectivas sociológicas y políticas**. Ponencia presentada en el Seminario Internacional "Direitos Sexuais, Feminismos e Lesbianidades - Olhares diversos". Cedefes, Brasil, 2010.

ANEXOS

ANEXO I

Resolução Normativa nº 97 de 02/12/2012 / CNIg - Conselho Nacional de Imigração
(D.O.U. 13/01/2012)

Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

Art. 3º Antes do término do prazo previsto no caput do art. 1º desta Resolução Normativa, o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor.

Art. 4º Esta Resolução Normativa vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado.

Art. 5º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

Presidente do Conselho Nacional de Imigração

ANEXO II

O Estrangeiro

— A quem mais amas tu, responde homem enigmático:

teu pai, tua mãe, tua irmã ou teu irmão?

— Não tenho pai, nem mãe, nem irmã, nem irmão.

— Teus amigos?

— Eis uma palavra cujo sentido, para mim, até hoje permanece obscuro.

— Tua pátria?

— Ignoro em que latitude está situada.

— A beleza?

— Gostaria de amá-la deusa e imortal.

— O ouro?

— Detesto-o como detestais a Deus.

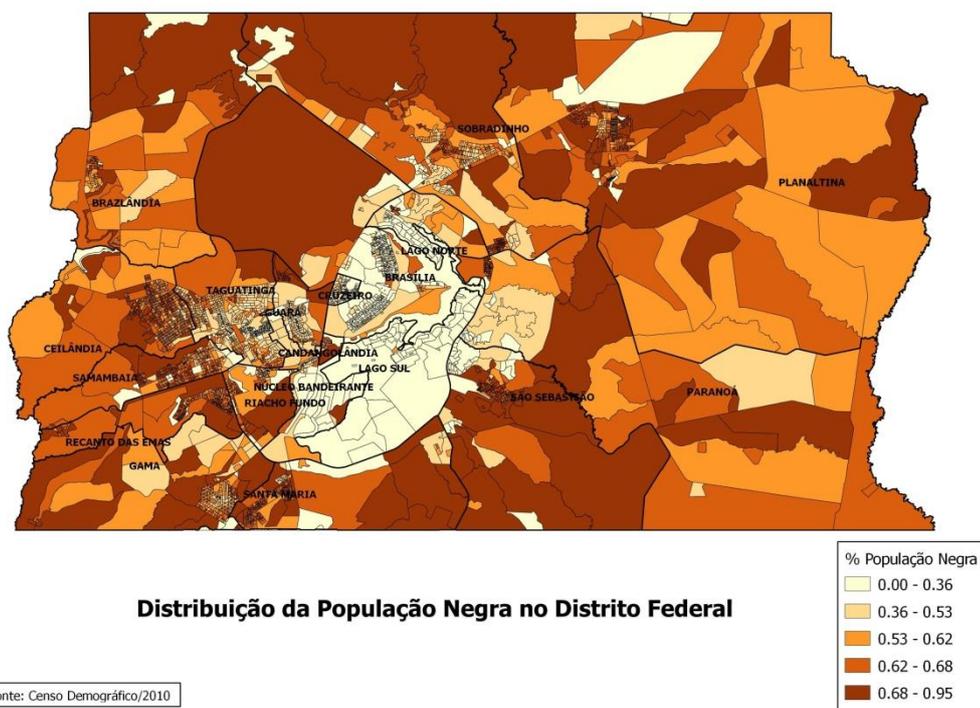
— Então a que é que tu amas, excêntrico estrangeiro?

— Amo as nuvens... as nuvens que passam... longe... lá muito longe...

as maravilhosas nuvens!

BAUDELAIRE. Charles. O estrangeiro. 1862

ANEXO III



Retirado de: SANTARÉM, Paulo Henrique da Silva. A cidade de Brasília (DFE): conflitos sociais e espaciais significativos na raça. 2014. 158 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília.